

PLAUTO DANIEL SANTOS ALVES

O “FAZER INTELECTUAL” BRASILEIRO (1930-1946):

Rachel de Queiroz e o Congresso de 1946

FRANCA

2015

PLAUTO DANIEL SANTOS ALVES

O “FAZER INTELECTUAL” BRASILEIRO (1930-1946):

Rachel de Queiroz e o Congresso de 1946

**Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
da Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho” para obtenção do
título de mestre em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrilha
Pinheiro.**

FRANCA

2015

PLAUTO DANIEL SANTOS ALVES

O “FAZER INTELECTUAL” BRASILEIRO (1930-1946):

Rachel de Queiroz e o Congresso de 1946

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de mestre em História.

Banca examinadora:

Presidente: _____

Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro

1º Examinador: _____

Dra. Márcia Regina Capelari Naxara

2º Examinador: _____

Dr. Adriano Luís Duarte

Franca, ____ de _____ de ____.

AGRADECIMENTOS

Recentemente, um colega à beira da qualificação me segredou sua desilusão com a vida acadêmica. Dizia ele que as pessoas que escolhem seguir por esse caminho só podem genuinamente contar com duas alegrias: a de “entrar” e a de “sair”. Ao término do processo, é preciso confessar que a frase soa bastante verdadeira... Contudo, se foi realmente assim tão ruim, um tipo molenga, que nem eu, somente logrou sobreviver porque alguns, aqui e acolá, se mostraram verdadeiros *compagnons de route*. Portanto, só cabe agradecê-los pelo carinho e pela assistência.

Em primeiro lugar, à Hannah, que está sentada agora a revisar minhas notas de rodapé enquanto eu digito essas letras e que além do companheirismo, da paciência e da serenidade (quase) sempre sorriu de volta quando eu lhe fiz algum gracejo. Sem você, com certeza a vida seria só poeira largada no meio da estrada.

Em segundo ao Airton, pela amizade e por ter interrompido, mais uma vez, sua atribulada rotina noturna para reler minhas anotações. Sinceramente, obrigado por tudo. Lembre-se, o mundo é cão, mas nossa carne é dura. É preciso agradecer também ao Carlos que imprimiu não apenas esses papéis, mas, muitas outras modalidades de formulários, relatórios e todo tipo de bugiganga burocrática que se imaginar. Obrigado meu amigo, você foi um alento nesses tempos sombrios de Franca do Imperador.

Aliás, obrigado à matilha de lobos que me acolheu por essas bandas: Elvinho, Anaja, Vinícius, Naíla, Taís, Lola, Fred (o alemão orgulhoso), Luiza, Rosa, Amanga, Pedro. Obrigado também aos integrantes do IPA (Mateus, Pedro Zonta, Mayara, Henrique, Fred) que discutiram a versão de qualificação.

Agradeço também ao orientador pela aprendizagem e pelo cuidado. À banca, pela leitura atenta do texto e pela facilidade com que se disponibilizaram a comparecer.

Do lado de cá, um abraço muito apertado a todos os que fizeram a vida mais quente. Em primeiro lugar, à família: à força de mamãe e à solidariedade de Neto e Bruno. Em segundo, aos amigos, sem os quais nada vale realmente, Biel, Tom, Digão, Nilo, Daniel. À trupe que me revigorou de álcool quando precisei e aos meus colegas de Sarau (uma lista enorme que não cabe nessas páginas). Guardo todos vocês no peito.

Um abraço à Ana Amélia pela compreensão todos esses anos e por ter me ajudado tanto nessa história toda.

Um agradecimento especial ao Tio César pelo tempo vivido.

Por fim, agradeço à Capes pelo financiamento da pesquisa.

“Quem gosta de miséria é intelectual, pobre
gosta de luxo”

Joãozinho Trinta

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ENTRADA	29
2.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	30
2.2. OBSCURECIMENTOS.....	30
2.3. REALCES.....	47
2.4. O CONCEITO DE INTELLECTUAL DE PROVÍNCIA.....	54
3. SAÍDA	65
4. (RE) ENTRADA.....	70
4.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	71
4.2. QUEM TEM MEDO DE RACHEL DE QUEIROZ?	72
4.3. INTELECTUAIS MAL RESOLVIDOS	74
4.4. OS INTELECTUAIS DE RACHEL DE QUEIROZ	105
5. SAÍDA	132
6. BIBLIOGRAFIA.....	136

RESUMO

Este trabalho enseja estudar duas modalidades do “fazer-se”, ou, caso se prefira, da “formação” do intelectual brasileiro, a partir de uma análise das autoconcepções dos sujeitos históricos que as aborda como uma hibridização – ou seja, a fusão de elementos alienígenas com outros, internos à realidade dos atores – marcada por expedientes de convencimento (retóricos) engendrados pelos agentes para legitimar as suas próprias noções de intelectual. Na primeira modalidade, a ser estudada a partir dos romances e da trajetória de Rachel de Queiroz, enseja-se acenar ao universo dos “mediadores e produtores” dotados de visibilidade nacional e às formas retóricas propriamente literárias do Romance de 30. Na segunda, se enfoca as vivências literárias de um grupo de escritores cearenses de pouco vulto nacional, o coletivo CLÃ. Estes letrados de pouca sorte realizaram no ano de 1946 um congresso de escritores cuja pauta principal se resume nos problemas do “intelectual/escritor de província”. Noção que ensejava aludir às limitações que restringiam suas obras e suas atividades à dimensão local.

ABSTRACT

This work aims to study two types of “make up”, or, if you prefer, the “construction” of the Brazilian intellectual, from an analysis of the self-conceptions of historical subjects that refers to hybridization – or the fusion of alien elements with other, internal reality of the actors – marked by expedients of persuasion (rhetorical) engendered by the agents to legitimize their own intellectual notions. In the first mode, we study the novels by Rachel de Queiroz and her trajectory, by aiming to show the universe of “mediators and producers” endowed with national visibility and proper literary rhetorical forms of the Romance of 1930s. Second, we focus on the literary experiences of a group of writers from Ceará little, the collective CLÃ, These scholars of bad luck made in 1946 a congress of writers whose main agenda is summarized in the problems of “intellectual/province writer”. Notion that showed the limitations that restricted their works and activities to the local dimension.

Alves, Plauto Daniel Santos.

O “fazer intelectual” brasileiro (1930-1946): Rachel de Queiroz e o Congresso de 1946 / Plauto Daniel Santos Alves. – Franca : [s.n.], 2015.

143 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Marcos Sorriha Pinheiro.

1. Intelectuais. 2. Literatura brasileira. 3. Direita e esquerda (Ciencia politica). I. Título.

CDD – 869.94

1. INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrar o termo “intelectual” nas produções da historiografia contemporânea. Ele é tão proeminente que chega até mesmo a nomear subcontinentes da disciplina tais como a *Intellectual History* americana, praticada por Felix Gilbert, La Capra e Lovejoy, a *Histoire Intellectuelle* francesa, ou ainda, por fim, mas não menos importante, a “história dos intelectuais” propriamente dita.¹

No entanto, nesse caso a repetição do vocábulo se mostra algo enganadora, visto que não se pode deduzir daí que a confraria dos historiadores alcance um alto índice de interesse pelo assunto em questão. Na realidade o objeto das duas primeiras correntes não se restringe, de forma nenhuma, à experiência dos sujeitos históricos comumente designados pela menção ao termo “intelectual”. Suas zonas de abrangência são extremamente mais largas e por essa razão a expressão é aí invocada com o intuito de aludir às diversas formas de pensamento coletivo, à cultura de um modo geral ou antropológico, ou, ainda, à ideia de um acervo das “grandes obras” produzidas pela humanidade.²

É apenas no que consta à última vertente, que se pode admitir a existência de um foco deliberadamente voltado para a atividade intelectual enquanto praticada por homens de carne e osso e assim identificados entre si. No caso brasileiro a popularização de tal tradição acadêmica remete ao texto “Os intelectuais”, de autoria do historiador francês Jean-François Sirinelli. Nesse breve trabalho o autor dedica-se, dentre outras coisas, a estabelecer definições para o fenômeno. Para tanto, retoma certa “cena” ocorrida “na Maison des Syndicats de Bourges em junho de 1934”, onde alguns professores dissertaram “gravemente” sobre o que viria a ser o intelectual. A resposta ofertada por esses tipos – o intelectual “é uma questão de qualidade humana” – poderia vir a provocar, como argumenta Sirinelli, algumas risadas de deboche, contudo – como ele igualmente sinaliza através da expressão “fariamos mal em sorrir” – ela expressa

¹ Por razões de organização e síntese estou privilegiando a taxonomia de Helenice Rodrigues. Não obstante, outras divisões poderiam ser construídas.

² Ver nesse sentido as definições de Darnton (DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. In: _____. O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990) e Chartier (CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990).

uma dificuldade que não se encontra plenamente superada pelos estudos voltados ao assunto.³

O problema sobre o qual Sirinelli se debruça através da anedota é relativo ao caráter processual do conceito de intelectual, ou, em seus próprios termos, ao aspecto “polimorfo” e “polifônico” da noção. Se o raciocínio deste historiador foi corretamente interpretado por aquele que escreve, a primeira expressão remete às mudanças quantitativas que pode sofrer o número de intelectuais de um meio qualquer em função da passagem do tempo e, sobretudo, ao fato de que essa apuração está sempre subjugada às mudanças na “acepção [...] da palavra”. O que, trocando em miúdos, significa dizer que o número de sujeitos que se outorgam ou que podem ser assim nomeados varia não somente por conta das condições sociais (aumento ou diminuição do público leitor, engrandecimento ou minoração do número de quadros universitários ou burocráticos, etc.), mas, também por causa das mudanças nas diferentes formas que o conceito toma. Por sua vez a ideia de “polifonia” implica de partida que as “representações do intelectual” são “secretadas pelo próprio meio”, o que traz dificuldades, visto que essas definições são “dissonantes” entre si e tendem, portanto, a ser excludentes em relação aos grupos rivais.⁴ Ainda segundo Sirinelli, essas duas características provocam a variabilidade de formas, que motivam as principais dificuldades em se lidar analiticamente com o conceito.

O autor então soluciona o dilema criado pelas constatações acima através do que chama de “definição de geometria variável, mas baseada em invariantes”. O que significa “partir” de uma “definição ampla” que engloba os “mediadores e os criadores culturais” para, em certos momentos, “fechar a lente” mediante o uso de uma definição mais estreita ligada à ideia de “engajamento”⁵. Procedimento, que, não obstante seja assaz interessante e frutífero, parece ainda problemático.

Antes de tudo, compete frisar que o empreendimento acima parece mais bem ajustado à análise dos fenômenos posteriores à invenção do intelectual enquanto termo substantivado e modelo de ação coletiva no ocidente. Processo cujo marco fundador a historiografia situa sobre o feixe de eventos coberto pela menção ao famoso “Caso

³SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 242.

⁴*Idem.* p.242-243.

⁵*Ibid.* p. 243.

Dreyfus” no qual – disse, certa vez, o historiador Cristophe Prochasson – “a história dos intelectuais [...] enraíza-se de forma quase maníaca”⁶.

De forma sucinta, o “Caso” consistiu em certa polêmica literário-jornalística, iniciada por volta dos últimos anos do século XIX e desencadeada pela condenação, realizada em circunstâncias bastante anormais e duvidosas, do capitão judeu e oficial da artilharia francesa de origem alsaciana, Alfred Dreyfus.⁷

Em meio ao clima de forte antissemitismo pelo qual passava a França daqueles anos, a degradação militar do capitão, acusado de fornecer segredos militares a um país inimigo, soava de forma muito positiva nos ouvidos da opinião pública sedenta de um bode expiatório capaz de centralizar uma série de frustrações que, de modo geral, foram mal digeridas pela população.⁸

Contra tal ocorrência se interpôs um conjunto de letrados, na sua maioria, jovens⁹ que ainda despontavam em suas carreiras. Uma célebre exceção a esta regra encontra-se justamente na pessoa do escritor Émile Zola, que depois de agregar-se ao lado dos “dreyfusistas” publicou um dos documentos públicos mais famosos produzidos em meio a essa situação, o “*J'accuse!*” – ou, “Eu acuso!” – carta publicada no jornal *L'Aurore* e dirigida a Felix Faure, o então presidente da república.¹⁰

No dia seguinte, um manifesto “pró-Dreyfus”, assinado por homens de letras e cientistas, dentre os quais o próprio Zola, é publicado. É interessante atentar para a estrutura desse documento, que mais tarde ficaria conhecido como “manifesto dos intelectuais”. Não apenas por sua carga discursiva, embasada em termos como razão, verdade e justiça, mas também pelo simples fato de que as assinaturas – nos casos em que o signatário não considerava seu nome suficientemente conhecido em meio ao grosso da sociedade – se faziam seguidas dos títulos universitários ou dos cargos e

⁶PROCHASSON, Cristophe. **O caso em todos os seus aspectos**. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa, Editora Estampa, 1998.

⁷Sobre isso ver: WINOCK, Michel. O Século dos Intelectuais. Lisboa, Terramar, 2000.

⁸Ver o 1º capítulo de GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo. Companhia das letras. 1987.

⁹É o que demonstra o artigo: CHARLE, Cristophe. **O nascimento dos intelectuais contemporâneos**. In: História da Educação, ASPHE, Fae, UFPel, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003.

¹⁰GULHEMIN, Henri. Prefácio In: ZOLA, Émile. *J'accuse!*. Porto Alegre. L&PM, 2009.

profissões ocupadas, expediente que ensejava obviamente reter e direcionar qualquer potencial autoridade presente no respaldo dessas ocupações e honrarias.¹¹

A audácia dos “dreyfusistas” em se autoneomarem intelectuais, contudo, não passaria incólume, logo viria a crítica de Maurice Barrès, escritor que ocupava as trincheiras “anti-dreyfusistas”, e que, não sem um pouco de razão, acusaria os “intelectuais” signatários do tal manifesto, de elitismo, de ensejarem juntos, forjar uma classe especial dentro da sociedade. Emergia dessa maneira, o significado negativo do termo, que para alguns historiadores, como Pascal Ory, marca o “batismo do intelectual”. Tais sentidos, como explica Carlo Marletti, são ainda hoje, ativos nos usos que se faz da expressão, em suas próprias palavras:

Recebido com desconfiança nos dicionários e considerado freqüentemente como gíria ou expressão depreciativa, o termo Intelectuais conserva ainda o sentido político que recebeu, como se fosse um nome de guerra, no conflito entre conservadores e progressistas em torno do caso Dreyfus. Ainda hoje, de fato, indicar uma pessoa como Intelectual não designa somente uma condição social ou profissional, mas subentende a opção polêmica de uma posição ou alinhamento ideológico, a insatisfação por uma cultura que não sabe se tornar política ou por uma política que não quer entender as razões da cultura.¹²

Em suma, para o caso de se evitar anacronismos, a noção de intelectual pode sempre ser comparada – quando não melhor substituída – por categorias “nativas” anteriores aos eventos do “Caso Dreyfus”, como é o caso, por exemplo, dos vocábulos “clercs”, “sábios”, “philosophes”, “homens de letras”, etc.

No que concerne à primeira acepção da “definição de geometria variável” de Sirinelli, parece indiscutível que, de alguma maneira, ela compõe a linha de partida obrigatória de todos aqueles que se voltem ao estudo dos intelectuais, as dificuldades, por conseguinte, não se encontram exatamente aqui, mas na articulação com o segundo significado fixado. Não obstante, poder-se-ia contestar muito corretamente – em consonância com o pensamento de Antonio Gramsci e de Raymond Williams – que “não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não

¹¹ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales: nacimiento y peripecia de un nombre**. In: Nueva Sociedad No 245, mayo-junio de 2013.

¹²MARLETTI, Carlo. **Intelectual**. In: BOBBIO, N.; MATEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**, 2 vols. Brasília: Ed. UnB, 7a edição, 1995. p. 637.

se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*”¹³. Ou, em outros termos, a criatividade e a inteligência – o exercício intelectual, em suma – “não são meramente” especificidades da “atividade do artista, mas, sim de toda mente humana”¹⁴. Tendo tais princípios em mente, pode-se então afirmar que todos os atores históricos são, em certa medida, “mediadores, produtores e receptores”. Portanto, se for o caso de ser rigoroso com a categoria que se enseja delimitar, poder-se-ia somar às características acima, a especificidade da dedicação, por parte do propenso intelectual, da maior parte de sua energia a tais atividades, ou o fato de se ocupar posição social ligada a alguma honraria característica da atividade cerebral ou ainda, a preocupação em produzir com o trabalho tipicamente “inteligente” ou “criativo”, gêneros de onde tirar o seu sustento.

Por seu turno a segunda definição parece compor o verdadeiro lugar do quiproquó. Isto porque ao escolher trabalhar com a noção de “engajamento” o autor retoma certa tradição específica, cujo ponto de maturação – o qual culmina com a invenção do termo “intelectual engajado” – remete de modo muito particular à experiência e ao pensamento de Jean-Paul Sartre e Albert Camus¹⁵. Pois, como explica a historiadora Helenice Rodrigues, essa expressão dá conta de “um novo esquema de pensamento e uma nova maneira de pensar a ação intelectual” que são configurados pela “conjuntura histórica” do “final da Segunda Guerra” e que encontra seus expoentes mais fortes nas figuras dos dois escritores. De uma maneira geral, a autora define este impulso como a superação de uma postura moralista pela adoção de uma “práxis coletiva”, a qual compõe, no limite, uma “resposta a mística do comunismo” (RODRIGUES, 2003).

O termo é ainda, diga-se de passagem, parte funcional da filosofia política sartriana sinalizando para o comportamento de “alguém que se intromete no que não lhe diz respeito”¹⁶. Ou seja, certos tipos que, de berço pequeno-burguês, interpretam o movimento da história mediante o recurso ao universal, e, desse modo, “põem-se ao lado das classes proletárias”¹⁷.

¹³GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982. p.7.

¹⁴WILLIAMS, Raymond. *La Larga Revolucion. Nueva Visión*, Buenos Aires, 2003. p.31, tradução do autor.

¹⁵Essa tradição é estudada em DÊNIS, Benoit. **Literatura e engajamento**. Bauru, EDUSC, 2002.

¹⁶SARTRE, J.-P. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

¹⁷CHAUÍ, Marilena. “Intelectual Engajado: Uma figura em extinção?”. In: NOVAES, Adauto (org). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo, Cia das Letras, 2006. p. 25.

A presença desse tipo de definição – embasada em conceitos produzidos pelos próprios sujeitos que se enseja analisar – recoloca em questão aquilo que o próprio Sirinelli chamou de “polifonia” do conceito de intelectual. O problema que emerge aqui é que, ao se privilegiar tal significação essa escolha se concretiza, necessariamente, em detrimento de outras. Isto pode implicar em primeiro lugar, caso se realize uma abordagem mais rígida, na exclusão, do subconjunto dos intelectuais, daqueles elementos que não balizaram sua prática segundo os parâmetros da tendência “engajada”. No caso de uma abordagem mais flexível que, embora não deixe de reconhecer os “desengajados” como intelectuais, estabeleça a primazia conceitual tendo o outro grupo como modelo, há ainda o risco, que em história não pode ser menosprezado, de situá-los segundo uma “escala”, que “mede” suas práticas através de valores alheios.

Em certa medida, as considerações acima se sustentam mesmo quando contrastadas à tradição de estudos que utiliza a noção de intelectual/engajamento à maneira daquilo que E. P. Thompson chamou, certa vez, de “categoria heurística”. Ou seja, termos ausentes “no sistema de conhecimento das próprias pessoas” estudadas que são postos em prática em vista da “carência de categorias alternativas adequadas à análise do processo histórico evidente e universal”¹⁸. O procedimento dessa tradição pode ser sintetizado na proposta de um sentido mais “universal” e, portanto, menos historicamente situado para a ideia de “engajamento”. O ato de engajar-se é aí subscrito, em termos bem gerais, como a inserção do intelectual “como ator” na “vida da cidade”¹⁹.

Parecem alinhar-se com essa direção, por exemplo, os cuidados conceituais de Robert Darnton²⁰ e Benoit Denis, os quais propõem, por razões semelhantes, diferenciar “intelectual engajado” – expressão que seria característica do pós-guerra – de “intelectual com engajamento”. Esse último inclusive chega a propor uma definição mais abrangente para o termo “engajamento”, através de um retorno à etimologia da palavra, ou seja, ao sentido de que o ato de “engajar-se é, portanto, dar a sua pessoa ou a

¹⁸THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre a classe e a falsa consciência” In: THOMPSON, E. P. **Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. São Paulo, UNICAMP, 2001. p. 273.

¹⁹SIRINELLI, Jean François. **Op. Cit.** p.243.

²⁰Consultar: DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**. São Paulo, Cia das Letras, 2005.

sua palavra em penhor, servir de caução e, por conseguinte, ligar-se por uma promessa ou juramento constrangedor”.²¹

A crítica que se faz a essa tradição é voltada ao aspecto social e não epistemológico. O que implica dizer que ela não recai sobre as possibilidades heurísticas ou hermenêuticas advindas do uso do termo, mas sim, sobre os desdobramentos políticos e culturais que ele pode trazer, visto que, tais categorias, consciente ou inconscientemente, parecem colaborar para a consagração da perspectiva “engajada” e, portanto, para a manutenção de um “panteão” dos intelectuais que assim se portaram. Nesse sentido parece profícuo concordar com a historiadora Rebeca Gontijo, que em trabalho relativamente recente, advertiu para o fato de que “a história dos intelectuais tem suas lendas e seus heróis”, os quais devem ser estudados como “formas de mistificação” capazes por sua vez de engendrar visões do processo histórico na forma, por exemplo, de uma “idade de ouro”, ou, “através da utilização de modelos, repetições, clichês e estereótipos”²².

As confusões tornam-se ainda mais prováveis quando se constroem considerações voltadas ao universo brasileiro, uma vez que o próprio Sirinelli admitiu em entrevista recente que “essa palavra, engajamento, é muito francesa”²³ e, assim sendo, diz respeito a uma “peculiaridade” nacional. Isto não significa afirmar que o intelectual – ou ainda o “engajamento” – seja uma exclusividade da história daquele país, mas, antes defender, em concordância com o historiador chileno Carlos Altamirano, a necessidade de se “tomar precauções contra” as análises, “que dão por certo a universalidade” das “formas francesas de atividade política e intelectual”, ou, “em termos mais gerais”, o “cuidado com certa perspectiva que só diz respeito à vida cultural ou à notoriedade das grandes metrópoles.”²⁴

No que concerne ao caso brasileiro, seria preciso esclarecer, portanto, que a transposição da condição e do termo “intelectual” antecedeu bastante a da expressão “engajamento”, que como informa Daniel Pécaut, só se fez presente na alvorada dos

²¹DENIS, Benoît. **Op. Cit.** p.31.

²²GONTIJO, Rebeca. História, Cultura Política e Sociabilidade Intelectual. In: GOMES, Ângela de Castro. **História, Historiografia e Cultura Política no Brasil**: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.) Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Maud, 2005.

²³SIRINELLI, Jean François. **Sem mocinhos nem bandidos**: entrevista publicada em 1/03/2013.Revista de Historia.com.br. Concedida a Bruno Garcia.

²⁴ALTAMIRANO. Carlos. **Op. Cit.** p. 53.

anos 50. Na visão desse autor há, em verdade, uma tradição intelectual brasileira – que não está certamente ligada desde o início a esta palavra, mas que pode ter sido praticada por sujeitos auto-identificados como homens de letras, etc. – anterior ao ideal do “engajamento”. O que motivava essa tradição não seria, pois, de modo algum a busca pela superação do “*status* pequeno-burguês” ou do “ditame moral” de “fazer prevalecer valores de justiça”, que caracterizam a experiência do “engajamento” de um modo geral ou a filosofia de Sartre, mas, desde pelo menos o século XIX, a crença romântica numa “missão” especialmente reservada aos setores cultivados, a qual advoga, por sua vez, o “estar a altura da construção da nação”, o assumir-se como “portador [...] da identidade nacional e, além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica”.²⁵

O fato da postura “*engajée*” ter demorado a tomar vulto no Brasil não implica, pois, que a noção de intelectual não tenha escoado por outros canais. Pelo contrário, tal fato só demonstra a presença de diversas tradições e modelos de comportamento. O próprio “Caso Dreyfus” nesse sentido, não pode ser ignorado como difusor de atitude intelectual, visto que, como informa Altamirano, ganhou realmente dimensões de um “acontecimento internacional”. Em suas próprias palavras:

[...] El caso Dreyfus no fue un hecho de repercusión puramente local, sobre todo desde el momento en que ingresó en la liza un escritor de fama mundial, como Zola. París se hallaba por entonces en el apogeo de su condición de metrópolis cultural de los países occidentales. Si gracias al vapor la riqueza podía desplazarse de un extremo a otro del mundo, gracias al telégrafo – el otro motor de aquella primera globalización capitalista –, las noticias relativas al *affaire* y al proceso que se instruyó al autor de *Naná* llegaban en pocos minutos a todas las capitales, no solo a las europeas. En Buenos Aires, por ejemplo, el diario *La Nación* del 20 de enero de 1898 destacaba que el caso Dreyfus constituía «el hecho de mayor actualidad que existe en el terreno internacional. Más que la guerra de Cuba y del reparto de China, se habla en todas partes de Zola y de sus acusadores». Tarde o temprano, en suma, como observa Yvan Lamonde, el análisis de los intelectuales y su surgimiento debe enfrentar la cuestión del *affaire*.²⁶

Nesse sentido, há que se frisar também a força da tradição espanhola de uso do termo, que, durante o ano de 1898 – o mesmo da publicação do “*J’accuse!*” – já lançava mão da expressão para designar a “geração” encabeçada pelo filósofo Ortega y Gasset²⁷,

²⁵PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990. p. 5-6.

²⁶ALTAMIRANO, Carlos. **Op. Cit.** p.43.

²⁷Consultar: SERRANO, Carlos. **El «nacimiento de los intelectuales»: algunos replanteamientos**. Madrid. Asociación de Historia Contemporánea Marcial Pons, Ediciones de Historia, S. A. 2000.

ou, ainda, para a relevância da corrente gramsciana, que, muito embora ativa desde meados dos anos 30, só encontrou difusão em solo brasileiro a partir dos anos 60.²⁸

Em suma, o que se conclui é que existe uma enorme diversidade de modelos e de canais que podem ser levados em consideração para a construção de uma história dos intelectuais que leve em conta a elaboração de suas auto-representações.

O que se propõe aqui, afinal, é retomar o impulso primeiro do texto de Sirinelli, apostando no caráter “polifônico” do meio intelectual, a fim de perceber seus conflitos e a maneira pela qual tal modelo de comportamento se constituiu enquanto fenômeno histórico. Trata-se, de certa maneira, de trabalhar com uma categoria de “geometria variável”, pois de início o procedimento aqui implantado subentende a localização de intelectuais a partir da referência a “mediadores e produtores culturais” e, posteriormente, a “focalização” de suas auto-representações sempre conflitantes.

Numa terminologia thompsoniana, poder-se-ia afirmar que o que se enseja aqui é lançar luz sobre algumas modalidades do “fazer-se”, ou da “formação” do intelectual brasileiro, que é aqui melhor entendido como um “acontecimento”, ou mais simplesmente como o ato ou o fenômeno de alguns sujeitos “se fazerem” intelectuais, ou seja, se reconhecerem praticando atividades intelectuais e promoverem, em vista disso, o seu reconhecimento enquanto tais. Afirmar essas que podem parecer, à primeira vista, um tanto tautológicas e insuficientes, mas, que, à bem da verdade, são capazes de colocar destaque em questões pertinentes, como as que se enumera abaixo.

Em primeiro lugar, o intelectual, entendido no viés descrito acima, passa a ser o resultado de algumas tendências históricas, por um lado, o processo de auto-identificação dos sujeitos – ou, como no Caso Dreyfus, de imputação e aceitação de uma alcunha. Em segundo, há a busca pela implantação de certo monopólio, ou de certa “tipicidade”, sobre determinadas práticas – que podem ser letradas, políticas, lúdicas, etc. – as quais, na medida em que são reconhecidas como atitudes intelectuais passam a ser interpretadas como um comportamento característico desse grupo social. A máxima sartriana que admite toda escrita, independente da vontade do autor, como algo por si mesmo engajado parece compor uma situação em que esse artifício foi colocado em prática. Além dela pode-se ainda citar, como exemplos, a característica boêmia de

²⁸ Para essa informação consultar: COUTINHO, Nelson. **Gramsci no Brasil: recepção e usos**. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora Unicamp. 2007.

alguns, ou a escrita de manifestos. Por fim, cabe ainda afirmar a possibilidade de que, além de apenas apoderar-se de práticas já existentes, os intelectuais tenham também concebido suas próprias formas de ação e, ou, reinventado o uso de outras técnicas já conhecidas.

Tudo isso leva a concluir que ao focar como objeto desse trabalho precisamente as auto-representações do intelectual – ou melhor, as mudanças no conceito de intelectual engendradas por sujeitos que assim se designaram – o que se está delimitando é apenas a ponta de um iceberg enorme que compõe todo o “fazer-se” dessa categoria, ou modelo de comportamento. É evidente, no entanto, que as concepções têm de ser vividas para terem alguma efetividade e que – sempre que for possível e pertinente – esta pesquisa tentará aludir a tais relações, especificando, por exemplo, como a escrita de romances pôde ajudar a difundir certo conjunto de significados.

Nesse sentido, há uma série de práticas a que se poderia aludir a fim de argumentar que, no que diz respeito à realidade brasileira e até mesmo de modo mais geral ao panorama latino-americano, o processo de construção do intelectual, ou seja, seu “fazer-se”, constituiu um amplo conjunto de “hibridizações” culturais. O exemplo a pouco citado, da formação artística ficcional que se designa como romance, foi inclusive estudado pelo crítico literário Angel Rama, como uma forma de transculturação realizada de maneira muito criativa pelos escritores da América do Sul.²⁹

Não obstante, parece mais coerente atentar para o fato de que o uso do termo durante o “caso Dreyfus”, momento que é inclusive apontado pelo historiador Christophe Charle como o do “nascimento dos intelectuais contemporâneos”³⁰, já era resultado de uma modalidade de hibridização anterior, mais exatamente, um “crioulismo”, ou mais claramente, a apropriação de termos estrangeiros a partir da sintaxe nativa. Isto porque, como explica Carlo Marletti, o surgimento do vocábulo “intelectual” em um sentido substantivado, mais próximo ao que é empregado hoje, teria sido supostamente elaborado ainda na Rússia monárquica. Em seus próprios termos:

²⁹RAMA, Ángel. Transculturação Narrativa en América Latina. Buenos Aires. El Andariego. 2008.

³⁰Op. Cit.

[...] Afora alguns precedentes incertos, o adjetivo latino teve sua primeira forma de substantivação na língua russa, com o termo *inteligencija*, criado pelo romancista P. D. Boborykin e quase contemporaneamente retomado e difundido por I. S. Turgeneev. Traduzido para as principais línguas europeias esse termo indicou, inicialmente um grupo social particular, típico da Rússia Czarista e de alguns países eslavos; mas logo se generalizou para designar a classe culta, a categoria das pessoas que têm, em toda sociedade, uma formação superior.³¹

É apenas quarenta anos depois que as experimentações semânticas russas, emergiriam, em língua francesa, na expressão *intellectuels*. Palavra cujo uso provavelmente já ocorria “em alguns círculos literários e políticos”, mas, cujo “registro de nascimento” – isto é, sua popularização e “oficialização” – apenas aconteceria com o já mencionado *Manifeste des intellectuels*, publicado no diário *L’Aurore* em 14 de janeiro de 1898³².

Portanto, ao que tudo indica o intelectual é, pelo menos desde o seu debut político, senão uma forma de comportamento híbrido, no mínimo uma expressão híbrida. Isto vem ao caso porque põe de lado, de maneira muito interessante, a possibilidade de encarar o intelectual como uma “cópia” de valores europeus, visto que ele, mesmo na encarnação francesa, já seria o resultado de fusões e apropriações interculturais. O mais apropriado é insistir, e este insight é inerente ao conceito de “hibridização”, nas atividades criativas e na re-invenção desse modelo de comportamento.

O conceito de “hibridização”, ou simplesmente “hibridação” é aqui utilizado em consonância com as ideias de Nestor Garcia Canclini, para quem a categoria pode ser definida como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. A partir disso, cabe, um pouco em função da semelhança com o caso descrito acima, esclarecer que “as estruturas chamadas discretas”, por sua vez, são elas mesmas “resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras”. Para o autor, o processo de hibridização pode muito bem, em certas ocasiões, ocorrer “de modo não planejado”, contudo, “frequentemente a hibridação surge da criatividade individual e coletiva”, situação em que o sujeito busca por em prática o que Canclini define por meio da expressão “reconversão”, ou seja, “estratégias mediante as quais” os

³¹MARLETTI, Carlo. **Op. Cit.** p. 637.

³²**Idem.**

atores individuais ou coletivos, arriscam “reinvestir seus capitais econômicos e simbólicos em circuitos transnacionais”³³.

Por fim, cabe esclarecer que o interesse deste trabalho em torno do conceito de hibridização se faz também em vista de sua utilidade enquanto ferramenta capaz de “abranger [e aludir] conjuntamente contatos interculturais que costumam receber nomes diferentes”, tais como a ideia de “transculturação”, fusão, modalidades de “sincretismo” e a mistura de aspectos propriamente linguísticos, como o já referido “crioulismo”. A ideia de hibridização é, pois, composta por uma “família de conceitos”³⁴.

Em breve ensaio dedicado à temática do hibridismo, o historiador inglês Peter Burke enuncia algumas questões que parecem suscitar desdobramentos interessantes à análise do “fazer” intelectual. Em primeiro lugar, ele constata que, se é certo que a fusão, ou simples mistura de povos, abarca basicamente fenômenos baseados no cruzamento de “estereótipos e esquemas culturais” diferentes, estas também acontecem mediante a descoberta de “afinidades” ou, da efetivação de “convergências”, tais como, por exemplo, a relação de função desempenhada por deusas femininas como a Virgem Maria e a chinesa Kuan Yin, fato que, como argumenta o autor, supostamente facilitou a assimilação do cristianismo³⁵.

Nesse sentido, parece bastante produtivo refletir sobre as aproximações e similitudes de contexto e de função que a experiência intelectual brasileira pode ter mantido com a vivência de universos estrangeiros. Como ilustração disso poder-se mencionar que os intelectuais daqui estiveram desde cedo, homologamente aos franceses, preocupados com a questão do distanciamento frente aos problemas políticos, como bem expressa a metáfora da “torre de marfim” invocada por Machado de Assis em seu discurso de posse na ABL³⁶. Além disso, os homens de letra tupiniquins também assumiram para si, num contexto de aproximação com o Estado e de recusa da sugestão machadiana, certa postura de “vanguarda” ou “elite” política e cultural. Situação essa que guarda muita semelhança com a – já mencionada – realidade espanhola dos intelectuais da “geração de 1898”. No entanto, a questão realmente importante suscitada

³³CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p. XIX a XXII.

³⁴*Idem*. p. XXVII.

³⁵BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. RS: Unisinos, Aldus 18, 2003. p. 26-27.

³⁶Sobre isso ver: CAMARGO, L. G. B. **Uma história do romance de 30**. Campinas: Edusp/ Editora Unicamp, 2006.

pelo direcionamento de Burke, não parece dizer respeito apenas à maneira como o pesquisador percebe estas afinidades, mas, principalmente, ao modo como estas foram percebidas e interpretadas – sé é que foi assim – pelos sujeitos históricos, e em que medida elas se fizeram indispensáveis – quando foi esse o caso – nas diferentes formas de hibridização cultural do intelectual.

Em segundo lugar, Burke sublinha que toda hibridização é um movimento contínuo perpetrado através de “múltiplos encontros”³⁷. Aspecto já assinalado pelo próprio Néstor Garcia Canclini, para quem esse movimento de “trânsito do discreto ao híbrido, e a novas formas discretas”³⁸ pode ser encarado como um ciclo, ou, como na expressão de Brian Stross, “ciclos de hibridização”. Na prática, isto implica que, nos momentos em que alguma prática ou forma emerge enquanto algo “novo” no fluxo cultural, o pesquisador deve voltar a atenção para as diversas hibridizações presentes de maneira “residual”³⁹ na cena histórica e que, inversamente, em meio a situações já naturalizadas pelos sujeitos, é pertinente invocar a “novidade” de algumas apropriações inconscientes de aspectos de universos estrangeiros, tais como acontece bastante com as noções de intelectual.

Este movimento contínuo promove o que Burke chamou de “circularidade cultural”, que, ao que parece, pode ser sintetizado na ênfase sobre a reciprocidade de civilizações, ou seja, sobre a maneira como algumas sociedades são influenciadas e retornam esta influência em termos modificados. Aspecto que, sobretudo no caso do “fazer” intelectual não pode ser encarado de forma ingênua, afinal as modalidades de ação intelectual e até mesmo o reconhecimento como tal, implicam também a aceitação ou a resistência a um modo vida que, até onde tudo indica, é ditado pelas nações hegemônicas. Isto, de fato, não implica na impossibilidade da “circularidade”, mas não a favorece visto que há algum controle sobre os espaços em que esta porosidade acontece. Esse assunto, ainda nessa introdução, será discutido de forma mais demorada.

Em quarto lugar, parece interessante salientar a existência do que Burke chamou de “indivíduos híbridos”⁴⁰. Noção da qual esse trabalho vai se apropriar bem

³⁷BURKE, Peter. **Op. Cit.** p. 31.

³⁸CANCLINI, Néstor García. **Op. Cit.** p. XIX

³⁹Para o conceito de residual e emergente ver o capítulo homônimo em: WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

⁴⁰BURKE, Peter. **Op. Cit.** p. 36-37.

livremente no intuito de aludir de forma direta às implicações que essas fusões culturais trazem à trajetória e à identidade dos atores históricos. Dessa maneira, pode-se, então lançar questões sobre a experiência de uma série de indivíduos sem se preocupar de antemão em defini-los através de um jargão pré-estabelecido.

Em vista disso, parece conveniente, por exemplo, questionar-se sobre o efeito das viagens nos intelectuais, sejam elas realizadas dentro do espaço nacional, – como se frisarà um tanto aqui na trajetória de Rachel de Queiroz e Fran Martins – sejam elas de porte internacional, como é o caso, por exemplo, das estadias de Graciliano Ramos e Jorge Amado na U.R.S.S.

Além disso, é necessário atentar para a relação desses atores históricos com os espaços, seja, de forma mais simples, atentando para a mera incitação ao sincretismo da vivência cosmopolita provocada pela urbe – que no caso das colônias constituiu o “lar” quase natural do intelectual latinoamericano em vista de um ímpeto ordenador que, como diz Angel Rama⁴¹, gerou a aliança entre a “cidade real” e a “cidade letrada” – seja, para as definições identitárias, questão que não deve ser descartada, visto que, se há um ímpeto na noção de hibridização que a inclina, como explica Canclini, a “deslocar” seu interesse “do estudo da identidade para a heterogeneidade”, ou seja, da busca gêneses ou na crença em definições de uma essência da “pura” expressão nacional, há também outro que leva ao trabalho com aquilo que François Hartog chamou “homens-fronteira”⁴², indivíduos que, frente a uma alteridade radical situam-se propensos à troca – quer ou não queiram – transformando-se, então, eles mesmos, em “marcos” que traçam os “contornos de sua identidade”.

Por último, é necessário tratar de uma questão que emerge de forma especialmente difícil quando dirigida ao espaço intelectual, a das configurações de sua subordinação. Há mesmo que se refletir se este termo é adequado a uma categoria que, não raramente, enseja constituir, em suas realidades locais e nacionais, uma espécie de elite⁴³. Seria, pois, o “fazer-se intelectual” uma hibridização entre iguais? E, se é desigual, qual o tipo de opressão e violência envolvida nessa relação?

⁴¹RAMA, Ángel. A Cidade das Letras. São Paulo: Brasiliense, 1985

⁴²HARTOG, François. Memória de Ulisses. Belo Horizonte, UFMG, 2004. p. 15.

⁴³Em torno desse assunto o historiador Carlos Nelson Coutinho chega até a falar em uma ideologia prussiana marcante entre os intelectuais brasileiros. Além disso, o próprio Sirinelli sugeriu certa vez o estudo das elites intelectuais. Ver: COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil. São Paulo,

Uma resposta a tais indagações assenta, em princípio, nas especificidades globais próprias do período em que o processo em questão decorreu. Dito isso, pode-se começar pela constatação de que o “fazer-se intelectual brasileiro” parece encaixar-se bastante bem no que Canclini denominou, “modalidades clássicas de fusão”, ou seja, “aquelas derivadas de migrações, intercâmbios comerciais e das políticas de integração educacional impulsionadas por Estados nacionais”. Tal conjunto de fenômenos constitui-se, em suma, de “misturas interculturais” emergentes na América latina como desdobramentos de situações “propriamente modernas” ⁴⁴ cujo mote central advinha, conseqüentemente, do contraste entre práticas culturais “modernizantes” com as formas e modelos “tradicionais” já instalados. O “fazer-se intelectual” é, portanto, um fenômeno ligado ao processo que se costuma designar através da menção à expressão “modernidade”.

Quanto à ideia de “modernidade” parece pertinente compreender seu significado a partir das reflexões de Daniel Aarão Reis Filho, o qual prefere usar o termo no plural. Em suas próprias palavras:

[...] as modernidades, sempre flexionadas no plural, não surgem como algo completo, um cânone oriundo de um único ‘centro’, como se fora uma régua de referências, a partir da qual tudo deveria ser medido e graduado, e que se irradiaria desde um determinado momento pelo mundo afora, condicionando e fazendo “avançar” povos pelo mundo. As modernidades, ao contrário, aparecem como processos históricos sempre singulares, combinando-se com tradições específicas, fazendo emergir situações diferenciadas, únicas em cada espaço e temporalidade [...] ⁴⁵.

A partir disso, o “fazer-se” intelectual pode ser encarado como um dos aspectos dessas diversas “modernidades”, o que implica, em primeiro lugar, não tomá-lo como “etapa” necessária dos desenvolvimentos das sociedades, mas antes, tal como já dito aqui, como uma “modalidade híbrida tradicional” vivenciada, em diversos espaços do globo, desde pelo menos o fim do século XIX. Em segundo lugar, subentende-se, pois, que, quer queira quer não, os sujeitos que vivenciaram tal processo se viram entre duas alternativas, de um lado a (1) “tradicional”, que pode ter sido experienciada ou, como a conservação de formas anteriores a importação do intelectual enquanto termo, ou, como

Expressão Popular. 2011. e; SIRINELLI, Jean-François. **As Elites Culturais**. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa. Editorial Estampa. 1997.

⁴⁴CANCLINI, Néstor García. **Op. Cit.** p. XXIII

⁴⁵REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Intelectuais e Modernidades**. Rio de Janeiro, FGV, 2010. p. 7.

a manutenção do sentido e modelo pré-apropriado, de outro, a (2) “moderna” que implicava na modificação, transposição, substituição, ou ainda na fusão de um significado e práticas intelectuais propriamente estrangeiros.

Em terceiro e último lugar, é preciso admitir que, embora como dito antes, não se concorde com isso num nível analítico, o “modelo” de ação intelectual provavelmente chegou a ganhar ares de “modernidade” – impondo-se então como a única alternativa razoável às características de seu tempo – não apenas enquanto comportamento político, mas, sobretudo, quando tomado como um conjunto de práticas (formas de escrita, comportamentos, modalidades de sociabilidades etc.) que, individualmente, foram interpretadas como “avançadas”. Caso se encare a sério tais conjecturas, pode-se, então inferir porque razão o comportamento intelectual foi adotado de modo tão veemente em certas regiões, como é o caso da realidade brasileira, que pôde até mesmo ser significado como uma categoria universal, ou uma necessidade histórica.

O termo não fora igualmente apropriado em todas as dimensões do globo, ele não é moeda corrente, por exemplo, na cultura britânica, onde inclusive se criou o “mito”, muito bem desconstruído no livro *Absent Minds*⁴⁶, da inexistência de intelectuais em solo inglês. Tal recusa à expressão – que lá, mais que em qualquer outro canto do mundo, possui ares de elitismo – com certeza não se deve apenas a conhecida rejeição desta nação aos valores franceses, mas também as condições de seu desenvolvimento histórico e ao temperamento de seus letrados.

Também não basta referir-se à hegemonia francesa sobre o universo cultural brasileiro para por um ponto final na questão. Como demonstra Denis Rolland, a predominância deste idioma já se encontrava em declínio no início do século e se concretizaria plenamente com o tratado de Versalhes, datado de 1919⁴⁷.

Mais do que uma marca de influência francesa faz mais sentido conceber, a partir dos argumentos referidos até aqui, que o modelo de comportamento “intelectual” fazia parte da “unidade de uma cultura modernizada” de caráter global que, ao fim da

⁴⁶**Absent Minds: Intellectuals in Britain** Stefan Collini Oxford, Oxford University Press, 2006.

⁴⁷ROLLAND, Denis. **A língua vetor motriz da modernidade nacional: o caso da América Latina ou os caminhos paradoxais de referência linguística estrangeira.** In: ROLLAND, Denis. AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *Intelectuais e Modernidades*. Rio de Janeiro, FGV. 2010. p. 251.

Primeira Guerra, entrou em conflito com as culturas locais na busca pela hegemonia⁴⁸. Questão que fora estudada em direção semelhante pela crítica literária Letícia Malard, ocasião em que essa demonstrou como o regionalismo de 30 “transculturou” diversos elementos “modernos”, desde a instalação do Congresso Regionalista de 26. Nas palavras da autora:

Assim foi criado e solidificado o romance regionalista nordestino como movimento coeso, que explodiu com todo vigor na década de 1930, através de cerca de também 30 romances de primeira linha, sem incluir seus desdobramentos na década seguinte. Esse romance incorporava basicamente, dependendo das propostas de cada transculturador diante do contexto antes delineado: o regionalismo tradicionalista freyriano – o Nordeste rural verde, adoçado aqui e ali, com matizes sociais pontuadas pelas secas, como em Almeida e no primeiro Lins do Rego; o regionalismo crítico – o outro Nordeste, o das secas, temperado das idéias socialistas, como em Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, o regionalismo socialista propriamente dito, transculturado da União Soviética – trabalhando principalmente as tensas relações entre proprietários de terras do cacau e camponeses na Bahia, em Jorge Amado; o salto para o Nordeste urbano, em que foi pioneiro Amando Fontes – em que se reduplicam todos os problemas socioeconômicos presentes em todos esses escritores. [...] ⁴⁹.

Desse modo, chega-se ao desenvolvimento de uma hipótese de trabalho a ser testada durante os capítulos seguintes, que é a de que o “fazer-se intelectual” brasileiro configurou-se como uma “transculturação”. Emprega-se esse conceito em consonância com Mary Louise Pratt que o utiliza para “descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana”⁵⁰. Como hipótese esta noção subentende duas coisas: primeiramente a mistura, ou a hibridização e em segundo lugar, a posição subordinada dos letrados brasileiros. Esse segundo ponto é que se apresenta especialmente propenso a críticas e, não obstante se trate de algo a ser verificado empiricamente, parece de bom tom, explicar em que se fundamenta a crença nesse postulado.

Tudo leva a crer que noção de intelectual foi uma das frações impostas com a preponderância dessa forma de vida global de que fala Malard. Ela estava expressa em diversos canais e lugares de atuação dos letrados, seja no partido, o qual conformou

⁴⁸MALARD, Letícia. **Literatura e dissidência política**. Belo Horizonte, UFMG, 2006. p. 11.

⁴⁹**Idem**.

⁵⁰PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. EDUSC, 2001. p. 30.

mesma forma e conteúdo para os romancistas, seja em seus congressos, seja no mercado de trabalho, etc. A popularização do intelectual, então, implica na subjugação de alguns pertencentes ao “meio letrado”. Àqueles que aceitavam sua presença e se adaptavam eram concedidas facilidades, os outros que não se enquadravam eram tachados de ineptos, reacionários ou ultrapassados por seus pares, o “fazer-se intelectual” pode não ter sido constituído por esses que recusaram o termo e seus valores, mas isto não significa dizer que eles não tenham tido alguma relevância para o processo, mesmo que negativa.

DEFINIÇÕES DO OBJETO

Todavia, parece pertinente salientar a existência de diferentes graus e formas de subordinação intelectual a esta “cultura global”, os quais parecem tensionados segundo as condições de produção impostas aos letrados que vivenciaram o processo de “hibridização”. Nesse sentido, os “produtores e mediadores” de menor vulto – categoria social, cuja importância foi apontada por Robert Darnton através da expressão “subliteratos”⁵¹ – se estabelecem em circunstâncias notoriamente diferentes dos mais bem respaldados.

Como disse a historiadora Ana Tereza Martínez, a atenção ao conjunto de intelectuais de menor escalão – a esses “outros”, “que não tiveram seu desenvolvimento dentro de um campo relativamente autônomo aonde poderiam apoiar-se”, e, assim sendo, não lograram “acumular o capital [cultural] específico” a ser transferido às “lutas políticas, sociais e culturais”, ou, “caso o tenham feito, se encontram enraizados de tal maneira como produtores em zonas demasiado marginais de seus campos” que se torna improvável, quando não mesmo impossível, que adquiram “um capital de visibilidade” válido “em espaços centrais de poder” – faz emergir “uma variedade de condições, posições e modos de operar que não respondem, [...] ao perfil de intelectual habitual, e que, ainda sim, cabem perfeitamente na figura ampla do produtor cultural”⁵².

Além disso, é necessário ter em mente que, ao se apropriarem do termo “intelectual”, os sujeitos não o faziam simplesmente segundo seus anseios, ou através da simples expressão de sua experiência, eles esbarraram em certos limites próprios à

⁵¹DARNTON, Robert. **Boêmia Literária e Revolução**. São Paulo, Cia das letras, 1987.

⁵²MARTINEZ, Ana Tereza. **Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico**. In: *Prismas*, Revista de historia intelectual, Nº 17, 2013, p. 172.

organização mental que se fazia do mundo, ou, de modo mais simples, ao “senso comum” que se tinha em relação à forma de se pensar a sociedade. Para superar essa forma mais tradicional de conceber a vida foi necessário fazer uso de “expedientes retóricos”, por meio dos quais os atores buscaram promover consonância com seus valores ou ideias.

Em vista disso, afirma-se, em concordância com o crítico italiano Franco Moretti, a existência de uma “retórica” especificamente literária. Segundo este autor, as fórmulas “retóricas” estão disseminadas por diversos setores da sociedade – jurisprudência, publicidade, política, medicina, etc. –, no entanto, a literatura apresenta uma modalidade ímpar delas, caracterizada, sobretudo, pelo uso de metáforas e figuras de linguagem. É esse estilo polissêmico, atuante mediante o ofuscamento ou reforço de lugares-comuns, que garante a diversidade da “retórica literária”⁵³. É preciso, então distinguir esse expediente de convencimento de outro, mais tradicional, correntemente empregado nos lugares de sociabilidade intelectual, que se define pela existência do que Hans Ulrich Gumbrecht chama de uma “situação linguística”: a existência entre receptor e interlocutor de uma orientação balizada por “experiências históricas específicas do seu mundo de vida”, por um “passado consciente” e por “motivos elaborados”⁵⁴.

É em função de tais distinções de grau e forma que se optou por trabalhar aqui com duas situações de hibridização do intelectual. Na primeira, a ser estudada no terceiro capítulo a partir dos romances e da trajetória de Rachel de Queiroz, enseja-se aludir ao universo dos “mediadores e produtores” dotados de visibilidade nacional e as formas retóricas propriamente literárias do Romance de 30. Na segunda, a ser estudada no próximo capítulo, enfoca-se as vivências literárias de um grupo de escritores cearenses de pouco vulto nacional, o coletivo CLÃ. Estes letrados de pouca sorte realizaram no ano de 1946 um curioso congresso de escritores cuja pauta principal se resume nos problemas do “intelectual/escritor de província”. Noção que ensejava aludir às limitações que restringiam suas obras e suas atividades à dimensão local.

⁵³MORETTI, Franco. **Signos e estilos na modernidade**: ensaios sobre a sociologia das formas literárias. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

⁵⁴GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As Funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa**: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto. Belo Horizonte, Humanitas/ UFMG, 2003. p. 34.

Não foi por acidente que em um dos casos se privilegiou uma parcela do contingente letrado inclinada politicamente à esquerda e no outro um grupo de tendências à direita. Com isso se enseja aumentar as percepções do “fazer-se intelectual”.

A seleção do recorte temporal – décadas de 30 e 40 – se realiza em função de abarcar certo período correspondente à popularização da postura intelectual no meio nacional.

Nesse sentido, apesar de ter em mente a abrangência e facilidade com que, ainda no final do século XIX, ideias europeias eram apropriadas por letrados brasileiros – fato que leva a supor que, já na primeira década do séc. XX, o processo de transculturação do intelectual estivesse em andamento – estabelece-se como marco inicial da pesquisa o período que vai do final dos anos 20 até o início da década de 40. Tal escolha se dá, embasada em três fundamentos inicialmente, porque não se está de modo algum tentando rastrear a gênese desse movimento histórico, o que se enseja é apenas percebê-lo enquanto mudança. Em segundo lugar, há uma questão de afinidade com o período, e em terceiro porque, como aponta Ricardo Figueiredo de Castro, este corresponde a um momento de inflexão no surgimento dos intelectuais em solo nacional:

No Brasil, a partir das décadas de 20 e, sobretudo, 30, começaram a aparecer mais nitidamente no espaço público os intelectuais e, principalmente, formou-se o seu público específico e os seus primeiros espaços de sociabilidade. Até então, principalmente nos anos 20, a vida intelectual brasileira era hegemonizada pelos “homens de letras”, cujo público era reduzido. É necessário lembrar ainda que embora os intelectuais brasileiros dos anos 30 fossem oriundos de vários pontos do território brasileiro, eles só conseguiam legitimidade intelectual nacional se estivessem radicados em São Paulo; isto é, o público intelectual era, e ainda seria por muito tempo, restrito nacionalmente às cidades de Rio de Janeiro e São Paulo⁵⁵.

Ao se realizar essa opção, existe ciência de que, ao privilegiar tal marco temporal, pode-se estar também corroborando com certa visão à priori do fenômeno, sobretudo com a forma “engajada” com que é normalmente encarado, visto que é esse o parâmetro de Ricardo Figueiredo. Contudo, o final da década de 20 e início da década de 30 colocam a discussão do fazer intelectual em um plano bastante prestigiado, pois, sua relação com organizações partidárias, com os setores trabalhadores, com o fazer

⁵⁵CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Os intelectuais trotskistas nos anos 30**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000. p. 137.

artístico e, ainda, por fim, com o Estado torna-o um dos primeiros tópicos da agenda de tarefas. O que faz este trabalho se prolongar até os anos 40 é que, no caso das experiências analisadas, estes fatores foram vivenciados de modo tão difuso que só encontraram melhor definição para seus termos uma década depois.

Por fim, cabe apenas esclarecer a organização desse trabalho em “entradas” e “saídas”. Enseja-se com isso aludir ao formato do livro de Nestor Garcia Canclini, e à sugestão que Polar fez inspirado nele, para quem existem, como demonstrou o primeiro em relação ao fenômeno da “modernidade”, também formas de “entrar e sair” da “hibridização”. As “entradas” correspondem à investigação histórica dos anseios e das experiências envolvidos em cada caso selecionado, os quais são fundamentais para que se compreendam as “reconversões” efetuadas. As “saídas” enfocam as conclusões e as respostas a algumas das inquietações geradas por essa introdução.

2. ENTRADA

2.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Já era noite do dia sete de setembro de 1946 quando pouco mais de 30 aglutinados, reunidos no salão nobre do Palácio do comércio de Fortaleza, deram por iniciado o I Congresso Cearense de Escritores.

Na ocasião, certo grupo responsável pela promoção do evento apresentaria o conceito de “intelectual de província”, cujos diversos significados resultam da hibridização de ideias europeias com experiências, valores e interesses locais. Durante o decorrer do capítulo demonstrar-se-á como tal expressão operava a produção do consenso entre os congressistas a partir de remissões a uma identidade comum que se tentava produzir durante o certame.

Este processo, em si mesmo uma “reconversão”, se fundamentava basicamente em dois procedimentos que, embora complexos, podem ser simplificados para questões de organização. No primeiro, se situa toda uma estrutura de mitos e seleções narrativas que compõe o discurso que as lideranças do evento engendram sobre si com o intuito de obscurecer as diferenças em relação aos outros coletivos presentes. No segundo, alusões à estrutura de sentimentos de toda uma geração de escritores que tem por fim justamente o contrário, ou seja, realçar as similitudes entre as diversas facções reunidas.

Em vista dessas coordenadas, as lentes deste trabalho focalizarão em primeiro lugar o processo de formação dos artifícios presentes nos dois procedimentos acima listados, situando, portanto, cada parte deste esforço de elaboração de uma identidade por meio de uma história social mais ampla, a partir de onde será possível perceber elementos para se intuir o contexto e os motivos que promoveram a fusão de ideais locais e externos. Somente depois de realizadas essas etapas é que as atenções se voltarão para as questões relativas ao conceito de “intelectual de província” propriamente dito, ou seja, seus canais de hibridização, o conjunto de significados em órbita ao seu redor e suas “reconversões”.

2.2. OBSCURECIMENTOS

Em primeiro lugar é preciso que se esclareça que o mencionado discurso sobre si alcançou graus de convencimento tão efetivos que foi interiorizado por seus próprios criadores, compondo sua identidade coletiva. Com o passar dos anos estes argumentos foram apropriados pela imprensa e por boa parte da bibliografia relativa ao assunto

formando uma imagem cristalizada do que hoje é conhecido pelo epíteto de Grupo CLÃ.

Desse modo, uma série de cristalizações rege a forma de conceber este coletivo, a começar pelo próprio nome da coligação. Designativo que está imerso em diversas narrativas produzidas pelos próprios escritores a que alude e que por isso encontra algumas variáveis (CLÃ, C.L.A.N. CLAN, etc.). O que implica, por um lado, em pequenas disputas internas entre seus integrantes nas quais cada um tenta ressaltar sua participação na paternidade da coligação, e, por outro, num certo olhar panorâmico relativo à literatura cearense.

No primeiro caso, é fácil constatar a diversidade de versões que se debruçam sobre o tema da gênese do grupo CLÃ. Nesse sentido, o velho Eduardo Campos⁵⁶, em discurso pronunciado no Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará, faz questão de relacionar CLÃ, Fran Martins e o Congresso de 1946. Assim como Braga Montenegro, em um Resumo da História Literária Cearense, datado de 1957⁵⁷, presente na própria Revista CLÃ, traça afinidades entre a “imensa perplexidade” advinda da 2ª guerra e o coletivo. Sânzio de Azevedo, ainda toma deste último a referência a certo Congresso de Poesia realizado em 1942⁵⁸, onde já se podem enumerar diversos nomes familiares. Há também a Cooperativa de Letras e Artes, As Edições CLÃ de 1943, a ABDE – seção Ceará, etc.

Não parece fortuito, para os fins deste trabalho, deter-se sobre tamanha pluralidade de discursos, visto que a questão é um pouco mais complicada que demarcar esta ou aquela data como a origem primeva dos acontecimentos. Se fosse esse o caso, bastava escolher, dentre todos os integrantes, aquele cuja versão ou caráter mais apetecesse e erigi-lo protagonista.

Quanto à visão panorâmica da literatura cearense, pode-se caracterizá-la como a construção de painéis históricos em que se recuperam as diversas formas de coletividade cultural marcantes na região – tais como a Padaria espiritual, o Centro Literário, a

⁵⁶CAMPOS, Eduardo. **Fran Martins, o inspirador decifrador de ruas**. In: Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza, IUFC, 1996. Disponível On line.

⁵⁷CLÃ Revista do clube de Literatura e Arte. N. 16 (Setembro de 1957) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1957.

⁵⁸AZEVEDO, Sânzio. **Literatura Cearense**. Publicação da Academia Cearense de Letras, Fortaleza - Ceará, 1946. p.428.

Academia Francesa, O Maracajá, dentre outros – para ao fim, vinculá-los ao Grupo CLÃ no intuito de passar a sensação de ininterrupção entre eles.

Mais do que laços reais, esse modelo narrativo retoma uma tradição elaborada pelos integrantes do próprio grupo para fins de convencimento. Ela é evidente, para citar um exemplo sintomático, no discurso proclamado pelo crítico Dolor Barreira no primeiro dia do congresso de 1946, o qual iniciava da seguinte maneira:

[...] que ninguém se admire ou surpreenda porque – como algures fiz sentir – sem embargo da pobreza do seu povo e do empenho deste na aflictiva conquista do pão de cada dia, as letras, no Ceará – sempre na vanguarda delas, – têm sido, em todos os tempos, preocupação absorvente e constante, tendo exuberante e ininterrompidamente florescido, através das mais decisivas manifestações de caráter coletivo, como individual.⁵⁹

De acordo com o que se apontou anteriormente, o discurso transcrito acima seguiu em uma intensa descrição da “história literária cearense” iniciada justamente com os “oiteiros”, passou pela já citada Padaria Espiritual e pelos também já mencionados centros, clubes e Academias para ao fim, desembocar nesses “novos” intelectuais que presenciavam e suscitavam verdadeira “renascença literária, soerguendo as nossas letras da espécie de modorra que as quebrantara dos modernistas para cá”⁶⁰.

Naquele contexto tal explicação fornecia a legitimidade necessária às atividades do congresso de 1946 cuja realização padecia das críticas remetidas por certa parcela da comunidade local, composta, sobretudo, por intelectuais rivais excluídos do círculo de convivência do que viria ser conhecido como CLÃ. A figura de Dolor Barreira era especialmente adequada para a tarefa, em vista de contar mais anos de vida que a maioria dos organizadores do certame, fato que, possivelmente, provocava a sensação de um rito de passagem entre “velhos” e “novos”. Dualidade a ser retomada ainda nesse capítulo.

O caso é que esse tipo de expediente mais genuinamente retórico do que analítico se faz bastante presente na breve literatura dedicada ao assunto. Ademais, há ainda o agravante de que esta narrativa geralmente vem acompanhada de outra mitificação também elaborada pelos próprios integrantes do coletivo: a ideia de uma “geração espontânea”. Em suas primeiras versões este conceito implicava na existência

⁵⁹ **AFIRMAÇÃO** – Anais do I Congresso Cearense de Escritores, Fortaleza, Edições CLÃ, 1947. p. 26.

⁶⁰ Idem. p. 30

de um processo de formação “natural” destituído de lideranças, de sistematicidade e de algum esforço em torno da manutenção da união das partes. Sua forma mais bem acabada provavelmente encontrou corpo no seguinte relato do escritor Fran Martins:

De uma coisa estávamos certos: não tínhamos nenhuma intenção de criar um grupo, como acontecera com a Padaria Espiritual, ou a chamada Academia Francesa, ou como Centro literário. Não éramos, na verdade, criadores de movimento: éramos movimento, isto é, agíamos espontaneamente, inconformados, com ou sem razão, rebeldes, mesmo sem uma causa aparente para a rebeldia, sobretudo libertos de preconceitos ideológicos ou literários, cada um trabalhando em seu ofício segundo suas próprias tendências, sem o fato de, juntos, fazermos uma revista ou compormos uma associação que nos obrigassem a adotar atitudes que contrariassem, pelo mais íntimo que fosse, as nossas intenções... Daí o espanto que sempre tenho quando ouço falar em Grupo de CLÃ, em movimento de CLÃ e outras coisas que tais. Na verdade, se grupo houve, foi à margem de nossas ideias e atitudes, grupo nascido espontaneamente e que se caracteriza talvez pelo fato de, em determinado momento, termos existido, conversado, discutido, escrito.

A obra *CLÃ: Trajetórias do Modernismo em Revista* de autoria da crítica Vera Lúcia de Albuquerque, aparentemente inaugura a presença desta visão no meio acadêmico. Nela, além da retomada indireta da continuidade proposta por Dolor Barreira, que emerge então disfarçada na pele de uma breve inspeção sobre os antecedentes históricos do movimento, há ainda a seguinte conclusão:

Todos esses movimentos e manifestações acirraram o gosto intelectual do escritor cearense, cuja tendência natural sempre foi a de se reunir em grupos e conclaves, culminando, assim com a formação do grupo CLÃ.⁶¹

Trata-se com certeza, de uma variante do tema presente no depoimento de Fran Martins. Aqui, no entanto, o tom confessional é substituído pela generalidade do especialista e a ideia ganha ares de uma teoria geral (bastante ingênua) das formas literárias cearenses.

Uma encarnação distinta desta tendência, mas ainda bastante aparentada, reside na dissertação intitulada *Edições e Seduções*, produzida pela historiadora Maria Auxiliadora de Almeida Farias. Mais uma vez também se encontra apelo similar à

⁶¹ MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. *CLÃ: Trajetórias do Modernismo em Revista*. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2004. p.40. Pode ser pertinente ao interessado ver também a dissertação de Lia Raquel Vieira de Andrade: ANDRADE, L. R. V. **O CLÃ DE MOREIRA CAMPOS: ASPECTOS SOCIAIS DOS CONTOS PUBLICADOS EM REVISTA**. Dissertação de Mestrado, Fortaleza, UFC, 2009.

construção de um panorama histórico o que leva a conclusões similares, como se pode perceber pelo enxerto transcrito abaixo:

A formação de grupos e a criação de periódicos desde os primórdios do século XIX, assinala como uma marca, a nossa [do Ceará] História Literária. A formação de academias culturais e grupos literários, bem como, os seus instrumentos de voz, que eram os periódicos fossem esses os jornais ou as revistas, passaram a funcionar como uma espécie de *fermento cultural cearense* propiciando o surgimento de outras organizações culturais tendo esse fenômeno estendido-se ao século seguinte.

A efervescência desse legado ainda se fazia ativa até meados do século próximo passado quando um grupo de intelectuais, escritores e artistas, reuniram-se para logo em seguida, se organizarem em torno de uma revista a qual passou a ser o porta-voz formal do ideário do grupo. Desse modo, o CLÃ, revista e grupo, vieram corroborar com uma tradição que já se instalara no itinerário das letras cearenses.⁶²

A principal dificuldade que estas visões suscitam para uma análise séria da identidade do coletivo é a validade que concedem às mistificações elaboradas pelos atores históricos. De certa maneira, mais que legitimá-las, as autoras potencializaram seus danos ao buscar algum grau de cientificidade utilizando-as em seus trabalhos. Nesse sentido é bom salientar que, embora seja bastante comum que em determinados momentos da vida, sujeitos dotados de algum capital cultural reflitam sobre sua vivência e produzam apreciações inteligentes e úteis, tais autoexames (e os conceitos e noções atrelados a eles) não podem de maneira nenhuma ser tomados como índices neutros para o estudo da trajetória artística ou intelectual como fazem as autoras acima listadas, visto que estas circunstâncias, pela própria intensidade que as compõem, são parte integrante da produção do feixe de fenômenos que o crítico literário Raymond Williams designou certa vez através da expressão “tradição seletiva”, ou seja, um “senso de continuidade predisposta” que compõe uma falsa totalidade, “uma versão do passado que se deve ligar ao presente para ratificá-lo”⁶³. Em seus próprios termos:

Na literatura, a mais comum dentre essas totalidades falsas é a “tradição”, que é vista não como ela é, uma seleção e resseleção ativa e contínua que, mesmo em seu último ponto no tempo, é sempre um conjunto de escolhas específicas, mas que agora é vista (de forma mais conveniente) como um objeto, uma realidade projetada, com a qual temos que chegar a um acordo sempre submetido aos seus

⁶²FARIAS, M. A. **EDIÇÕES E SEDUÇÕES**: Revista CLÃ 1946-1957. Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE, 2003. p. 4.

⁶³WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. p. 119.

termos, mesmo que esses termos sejam e devam ser sempre as avaliações, seleções e omissões de outros homens⁶⁴.

Realizar tais afirmações, com certeza, não implica em recusar a força que certas noções presentes em depoimentos ou memórias podem trazer para o trabalho historiográfico. Como se vem insistindo desde a introdução desta dissertação, os termos e as ideias dos atores históricos devem ser levados em consideração, sobretudo como um antídoto contra o anacronismo. Porém, no que concerne aos trabalhos apontados aqui parece haver certa inversão do método, visto que no lugar de tomarem os referenciais do passado como ponto de partida para as reflexões, eles os alçam ao nível de ferramentas investigativas sem crítica nenhuma. Desse modo, mais do que a identificação e o exame dos elementos que compõem o que pode se chamar de “tradição seletiva” do Grupo CLÃ, o que as autoras produziram foram artifícios de divulgação e reprodução da visão do passado advogada pelo coletivo.

Resta então realizar algumas considerações sobre a noção de “geração espontânea”. De fato, há algo de bastante intrigante nela. Tome-se, por exemplo, o relato transcrito pouco acima. Nele a função da expressão era a de relacionar de modo sucinto o feixe de práticas de sociabilidade informais, colocando-as em realce em detrimento das afinidades estabelecidas por meio de algum dispositivo disciplinador (lideranças, estatutos, etc.). Fato que se torna especialmente curioso quando se pondera que esta argumentação foi produzida por um dos integrantes mais engajados e comprometidos com as atividades de CLÃ, inclusive tido por muitos como o líder do coletivo.

Tal situação inusitada acontecia porque esta forma de argumentação funcionava como linha de frente da defesa do Grupo CLÃ, contra as acusações eventuais de que o coletivo não passasse de uma forma de associação abalizada apenas pelo apoio mútuo entre seus camaradas e não por outros princípios mais “elevados”.

Um caso noticiado nas atas do Congresso de 1946 parece sinalizar bem para a utilidade retórica/defensiva da ideia de “geração espontânea”. Aconteceu durante a exposição da tese de Barros Fontenele, que tinha por título A SUBESTIMAÇÃO DO

⁶⁴WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo, UNESP, 2011. p. 22

ESCRITOR DE PROVÍNCIA, em certo momento, realizando uma digressão, o palestrante pronunciou as seguintes palavras:

Os chamados “iniciados”, os que teem já um nome feito, fecham-se, muitas vezes, nos grupinhos ou “igrejolas”, e se abancam, indiferentes aos plúmicos ora nos suplementos literários de “O Unitário” e “O Estado”, ora nas tertúlias acadêmicas.⁶⁵

Essa curta divagação rendeu um comentário bem mais longo de um afobado Antonio Girão Barroso, poeta vinculado ao grupo CLÃ que sentiu que a carapuça bem lhe servia. Segue a citação:

A respeito do problema “igrejinha” e também quanto ao problema dos “iniciados”, denominação que eu não aceito, não que eu me considere mais do que isso, mas porque lembra algo de esotérico, coisa de que eu não gosto, quero dizer o seguinte: não existem “igrejinhas” ou “igrejolas” no Ceará. Naturalmente, certas pessoas que se dão por qualquer motivo se agrupam em sociedade, mesmo em rodas de cafés, como acontece com um grupo aqui ao qual quis se referir o Sr. Barros Fontenele. Mas esses grupos tem uma formação tão espontânea e natural que não se pode absolutamente acusá-los de igrejas ou grupelhos como geralmente se diz.

Quando comecei a lidar com letrados no Ceará me lembro que tomei várias iniciativas, inclusive fazendo uma revista. Depois, espontaneamente, um pequeno grupo cresceu e hoje ele é precisamente o grupo que começou e está fazendo, com o apoio de outros grupos, este brilhante Congresso de Escritores que por si só mostra, como disse de início, que a tese do Sr. Barros Fontenele é contraditória.⁶⁶

Duas coisas são dignas de nota no trecho acima. Em primeiro lugar, as semelhanças expressivas com o relato de Fran Martins: em ambas, a ideia de “geração espontânea” realça a fluidez e a suposta falta de direção oficial no processo de formação do coletivo. Em segundo, o fato de que o recurso a esta mitificação se realiza a despeito de implicar, ou não, numa resposta efetiva às questões arremetidas ao grupo, pois, a bem da verdade, afirmar certa “naturalidade” na composição das relações pessoais não implica em nenhum tipo de garantia contra a proteção indevida ou a concessão de privilégios e favorecimentos aos entes mais próximos.

Contudo, é intrigante o fato de que, não obstante detenha tamanha debilidade lógica, o procedimento tenha se constituído numa fórmula popular, sendo adotado por inúmeras vezes por outros consortes do coletivo. É o caso, por exemplo, de Moreira Campos, integrante do CLÃ e tido por alguns como o mais renomado contista cearense

⁶⁵ **AFIRMAÇÃO**, 1946 Op. Cit. p. 201.

⁶⁶ *Idem*. p. 207.

do século XX. Já idoso, o autor realizou certo depoimento em que toca de relance a questão da geração espontânea opondo-a a formas de organização mais estáveis:

Retomando minha vida literária, quando cheguei em Fortaleza, espontaneamente fui me reunindo aos colegas do Liceu, todos literatos, parecia assim um chamamento [...]. O grupo CLÃ surgiu com a mesma espontaneidade que a Escola Moça de Cultura. E é um grupo curiosíssimo. Criou-se por geração espontânea. Nunca tivemos uma sede. Nós nos reuníamos nos cafés. Nunca tivemos um estatuto, um regimento. Temos umas atas iniciais, deliciosas, escritas pelo Aloísio Medeiros, grande espírito. Só isso e os discursos que o Eduardo Campos e Antonio Girão Barroso andaram pronunciando inicialmente, um manifesto de Mário de Andrade do Ceará, para se fazer distinção de Mário de Andrade de São Paulo. Mas não seria necessária a distinção. Pois bem, nos reuníamos em torno de cafés...⁶⁷

Do mesmo modo, personagens mais jovens cuja iniciação ao círculo de convivência do CLÃ só se deu tardiamente – como é o caso do crítico literário Sânzio de Azevedo – parecem igualmente corroborar com a noção de geração espontânea. Como se pode notar em seu prefácio ao já citado livro de Vera Lúcia de Albuquerque:

Lembro ainda que no livro *Falam os intelectuais do Ceará*, no qual Abdias Lima entrevistou, de março de 1944 a fevereiro de 1945, vários escritores de nossa terra, entre os quais quatro de CLÃ (Braga Montenegro, Joaquim Alves, Eduardo Campos e Artur Eduardo Benevides), não se encontra a menor referência ao grupo. Pode-se dizer talvez com algum exagero, que o grupo existia, mas tão espontaneamente que seus próprios membros não haviam tomado conhecimento disso...⁶⁸

Em vista de tantos indícios, cabe então perguntar onde exatamente reside o fascínio desta expressão. Que tipo de feitiço, afinal, levou os intelectuais a colocarem-na em uso, não obstante suas óbvias debilidades e o fato de que muitas vezes levava à depreciação de seus esforços pessoais pela manutenção do grupo?

Em primeiro lugar, como já dito, há uma clara função defensiva que ensejava operar a partir da ideia de uma separação entre o âmbito público e o privado em que as atividades deste último são consideradas, em si mesmas, como isentas de culpabilidade.

Em segundo lugar, e talvez mais decisiva, seja a afeição que envolve a rememoração dessa sociabilidade informal realizada mediante encontros em bares e

⁶⁷ **ROTEIRO SENTIMENTAL DE FORTALEZA** – Depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antonio Girão Baroso e José Maia. Transcriutores: Oswald Barroso, Catarina de Saboya, Sebastião Rogério Ponte, Fortaleza: UFC – NUDOC/SECULT-CE. p. 56, 57 e 58.

⁶⁸ MORAES, 2004, Op. Cit. p.8.

práticas lúdicas de outra sorte. De fato não há como querer denegar a veracidade deste ponto, pois os relatos mencionam reiteradamente estas atividades, sublinhando sempre de forma nostálgica o teor ético que embalava a amizade de alguns dos escritores do coletivo.⁶⁹

Além disso, pesquisadores contemporâneos têm assinalado a importância dos canais e das formas de sociabilidade para a história política e intelectual.⁷⁰ O próprio Raymond Williams salientou que, dentre as características da composição dos grupos culturais do século XX, se encontram a variedade de estilos e de disciplinas – supostamente possibilitada pelo fácil contato garantido pelos bares e outros meios informais – e a ausência de alguma elaboração de documentos voltados à regência das ações dos intelectuais, ou ao estabelecimento de princípios gerais que norteiem o coletivo.⁷¹

Não obstante, Williams assinala também que as dificuldades em se distinguir as relações sociais propriamente ligadas aos interesses desse tipo de congregação, daquelas típicas “de um grupo de amigos que compartilham interesses comuns”⁷², podem inclusive suscitar – à semelhança do caso de CLÃ – a negação de qualquer formalidade no seio do próprio coletivo por parte de seus figurantes. Foi o que se deu, por exemplo, com o famoso Círculo de Bloomsbury, composto por intelectuais ilustres como Virgínia Woolf e seu marido Leonard Woolf. Segue abaixo a citação:

Na verdade seus membros negaram, muitas vezes, que pertencessem a qualquer “grupo”; segundo diziam, eram principalmente amigos, com certas ligações familiares, que encontraram certa definição (e o nome do grupo) a partir do bairro de Londres onde muitos deles moravam. Não é preciso desmentir esses elementos de sua autodescrição; na verdade, é importante reconhecer que determinadas formações culturais ocorrem exatamente desse modo. Contudo, basta um exame superficial de Bloomsbury como grupo atuante para encontrar alguns dos traços mais fundamentais de uma autêntica formação cultural.⁷³

Embora no trecho acima Williams se resume a atestar a veracidade da amizade pessoal desses intelectuais, em outro trabalho⁷⁴ especificamente voltado à experiência de Bloomsbury, ele avança um pouco em suas considerações sobre o grupo colocando

⁶⁹Ver por exemplo os diversos relatos presentes em CLÃ. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 16 (Setembro de 1957) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1957.

⁷⁰Ver por exemplo: AGULHON, Maurice. **El Círculo Burgués**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.

⁷¹WILLIAMS, 1992, Op. Cit. p. 66

⁷²**Idem.**

⁷³**Idem.** p. 79.

⁷⁴WILLIAMS, Raymond. O círculo de Bloomsbury. In. Cultura e materialismo. São Paulo: Unesp, 2011.

sobre si o dever de problematizar as características sociais e os valores que permearam a aproximação destes homens e mulheres.

Tomando a liberdade de estender um pouco o raciocínio do autor, pode-se até argumentar que sua atividade intelectual sobre esse assunto sinalizava criticamente para uma tendência (ou forma narrativa) de nossas sociedades que leva a desvincular as relações de amizade do restante da história social mais global, onde conflitos de poder e de interesses se cruzam. O que se dá provavelmente em função da proteção de formas de “sinceridade” ou da manutenção de certa “ternura” característica do tom com que essas práticas costumam ser narradas.

Desse modo, parece adequado que o próximo passo analítico situe os laços de afeição que deram origem ao CLÃ dentro dos desenvolvimentos de uma história social e política. Porque se houve convívio entre esses intelectuais – por mais terno, honesto e dotado de camaradagem que tenha sido – este não se deu à revelia de determinações, atuantes desde a permissão ou embargo à entrada e permanência em devidos espaços, até a proximidade de valores e ideias, o que implica, ou não, na aceitação e reconhecimento dos pares.

Pode-se começar a situar o caso de CLÃ pelos rastros de sua formação estudantil, os quais levam de modo muito direto à Faculdade de Direito do Ceará. Determinando-se uma lista voltada à revista encontrar-se-ão, numa verdadeira efusão de nomes obscuros, os seguintes epítetos na condição de fundadores: Aluísio Medeiros, Antônio Girão Barroso, Antônio Martins Filho, Artur Eduardo Benevides, Braga Montenegro, Eduardo Campos, Fran Martins, João Clímaco Bezerra, José Stenio Lopes, Lúcia Fernandes Martins, Milton Dias, Moreira Campos, Mozart Soriano e Otacílio Colares. Alguns arrolamentos costumam acrescentar Joaquim Alves, outros adicionam colaboradores mais tardios como Pedro Paulo Montenegro, Durval Aires e Cláudio Martins.⁷⁵ O fato é que, postas de lado questões relacionadas à construção de um panteão, dos 14 nomes citados acima, dez formaram-se na Faculdade de Direito do

⁷⁵Há nesse sentido a lista do Sânzio de Azevedo no livro *A literatura Cearense e a do Mauro Benevides* no número 27 da Revista CLÃ. Ver: CLÃ. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 27 (Março de 1981) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1981. e AZEVEDO, Sânzio. **Literatura Cearense**. Publicação da Academia Cearense de Letras, Fortaleza - Ceará, 1946.

Ceará entre o início e o fim da década de 40.⁷⁶ As exceções à regra são Antonio Martins Filho, irmão de Fran Martins (caso que merece atenção, tanto pelo laço familiar, como por se tratar daquele que viria a ser o primeiro Reitor e o idealizador da Universidade Federal do Ceará), Lúcia Fernandes, esposa e companheira do mesmo, Stenio Lopes, formado em Filosofia pela Universidade Católica e Braga Montenegro, autodidata.

Além disso, eles compartilhavam também, em sua maioria, da experiência de migração, pois, salvo Aluizio Medeiros, todos haviam nascido em municípios do interior e mais tarde se estabeleceram em Fortaleza a fim de realizarem os estudos.⁷⁷ Alguns, como os irmãos Cláudio e Fran Martins, faziam refeições na “Casa do Estudante Pobre do Ceará”⁷⁸, espécie de residência estudantil existente ainda hoje, na época vinculada a um órgão de verve autoritária e nacionalista, o Centro Estudantal Cearense (CEC).

É na órbita desta instituição, cujos quadros dirigentes caracterizavam-se pela aproximação com movimentos integralistas e católicos, que se deu a iniciação literária de alguns dos integrantes de CLÃ. Milton Dias, por exemplo, sagrou-se vencedor em concurso organizado pelo CEC; Moreira Campos, Antonio Girão Barroso e o já citado Fran Martins participaram da Escola Moça de Cultura, agremiação do Centro estudantal que reunia os tipos intelectualizados da cena juvenil. Saliente-se ainda que estes dois últimos, colaboraram com o corpo administrativo do aparato, atuando em cargos importantes como o de Secretário e Tesoureiro⁷⁹. Sobre esse período, Antonio Girão Barroso, em depoimento, comentou o seguinte:

[...] participei do Centro Estudantal Cearense, onde tive uma atuação muito grande, inclusive como redator estudantal cearense. O centro foi talvez a entidade maior que houve no Ceará e talvez até no Brasil, em termo estudantil. Naquele tempo a palavra estudantil ainda não existia, era estudantal.⁸⁰

De um modo geral, o que se pode afirmar é que a história do CEC se liga à da emergência, em Fortaleza, na década de 30, dos setores médios da sociedade cearense advindos do interior. As expectativas de ascensão social desses se aliavam à noção de

⁷⁶Para essas informações consultar GIRÃO, Raimundo. **Dicionário da Literatura Cearense**. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1987.

⁷⁷Idem.

⁷⁸RAMALHO, Bráulio. **O Centro Estudantal Cearense**. IN Revista do Instituto Histórico do Ceará, v. 1998, p.102.

⁷⁹CAMPOS, Eduardo. **As Atividades do CEC**. IN Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1983, v. 97, p.143.

⁸⁰ROTEIRO SENTIMENTAL DE FORTALEZA, 1996, Op. Cit. p.120.

modernização (materializada, então, em novidades urbanas como o Cinema e os bondes) e a uma relativa despreocupação frente ao estilo autoritário que a política assumia no período. De certa maneira, o Centro expressava uma resposta às inquietações desse estrato, em especial, à busca por integração nas “transformações sociais e políticas vividas pelo país” mediante o uso do sistema educacional⁸¹. Tal é um dos sentidos fundamentais que não se pode deixar escapar, por mais que escorregue entre as mãos, dos valores presentes no Grupo CLÃ, pois, para o bem ou para o mal, a experiência estudantil, tanto escolar quanto universitária, marcou profundamente o movimento.

Pode-se até imaginar alguns desses jovens de classe média baixa chegando à Fortaleza dos anos 30 e instalando-se timidamente na Casa do Estudante, criando intimidade em bares e rodas de lu, confessando mais tarde o gosto literário aos colegas e ainda, também, encontrando no pensamento autoritário marcante no movimento estudantil do período, o tom de sua conexão com a ordem social daqueles tempos tão atribulados pela Revolução de 30. O engajamento nos estudos e na atividade escriturística de certo modo prometia-lhes um lugar de destaque na orientação da nação, fundamentando, dessa maneira, certa noção do papel do intelectual.

Sobre a luz desse processo, torna-se possível operar uma reavaliação dos sentidos atribuídos pelo coletivo às formas de sociabilidade informais, aludidas através da noção de “geração espontânea”. Por um lado pode-se agora intuir como esse tipo de comportamento fora decisivo para a formação de laços de camaradagem, sendo, portanto, significado de modo muito sentimental e nostálgico. Por outro, nota-se a historicidade da emergência de um valor que se manifesta também como argumento de defesa frente às já referidas acusações de favorecimento indevido: a concepção/percepção de que existe, por parte do que viria a ser o CLÃ, certa facilidade de absorção àqueles que demonstrassem qualquer aptidão artística. É o que se pode depreender, por exemplo, no depoimento de Stenio Lopes:

Na verdade CLÃ não era um grupo fechado. As suas reuniões eram públicas em cafês. Escolhíamos os mais tranquilos e ficávamos

⁸¹MUNIZ, Altemar da Costa. **Estado Novo e Colaboração Estudantil na Manutenção da Ordem Social e Política em Fortaleza**. p.4.

tomando xícaras de café na medida do tempo de que dispunha a maioria.[...]

Outro ponto de encontro nosso era na livraria do Edésio, num lado da Praça do Ferreira, e, mais tarde, na livraria Alaor, na rua Guilherme Rocha, quase em frente ao hotel Excelsior.

Outra oportunidade em que muitos de nós nos reuníamos eram as rodas de lu em casa de Fran Martins, Braga Montenegro, em tardes de domingo. [...]⁸²

Esta suposta abertura à diferença intelectual compõe um dos principais valores da identidade do CLÃ. Peça fundamental para se entender as “reconversões efetuadas”, ela se torna evidente, por exemplo, durante a contenda protagonizada por Girão Barroso e Barros Fontenelle, quando uma saída conciliatória alternativa à ideia de “geração espontânea” se apresentou. Seu proclamador foi Braga Montenegro, um dos consortes do coletivo que organizara o congresso de 1946:

Mas sobre essa igreja dos iniciados, com Sr. Stenio Lopes, o Sr. Aluizio Medeiros, o Sr. Girão Barroso e outros, quero dizer que essa igreja tem a melhor das boas vontades com todo intelectual que tenha de fato talento. A igreja, me parece, tem um serio senso de critica.⁸³

O que o argumento acima denota é a soberania do “valor cultural” enquanto princípio regulador do trato perante os sujeitos, ideia que implica na tolerância para com as diferenças e que se soma, com muita naturalidade, à crença numa abertura neutra e democrática a qualquer artista que demonstrasse razoável capacidade estética ou intelectual. Pensamento este que, por sinal, parece constituir uma das mitologias preferidas do coletivo. Sua melhor sistematização adveio da pena de Mozart Soriano, já citado algumas páginas atrás. Veja-se abaixo o trecho:

[...] o Grupo Clã foi um movimento de convivência de contrários, havendo nele líderes católicos e militantes comunistas, liberais de centro e socialistas moderados, todos preocupados primordialmente com o fenômeno literário, postas de lado todas as querelas políticas. Não tendo marca ideológica, ao contrário do que vêm sucedendo com outros movimentos [...]⁸⁴

Tais princípios, no entanto, esbarram em qualquer análise histórica capaz de levar em consideração as posições sociais dos sujeitos, pois como se pode intuir a partir das vivências descritas no tópico anterior, a ideia de “geração espontânea”, embora passe a sensação de uma livre democracia intelectual, emergiu de uma experiência que,

⁸²CLÃ. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 27 (Março de 1981) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1981.

⁸³AFIRMAÇÃO, 1947, Op. Cit. p. 206.

⁸⁴ADERALDO, 1987, Op. Cit. p. 155.

conquanto tenha sua dose de acaso, também esteve determinada pela proximidade a certos valores políticos e sociais os quais irrigavam as sociabilidades vivenciadas nos diversos espaços frequentados e que, portanto, decidiam também, a permanência e a aceitação por parte do coletivo.

Por isso não se deve estranhar que, apesar da forma com que esses escritores propagandearam sua abertura e pluralidade, houvesse certa preponderância das posturas autoritárias, elemento esse crucial para mantê-los unidos, visto que proporcionou os lugares de convivência, como o CEC, onde pôde emergir a amizade do grupo.

Realizar tal afirmação não significa, contudo, que a pretensão à conciliação ideológica e cultural constituísse um completo falseamento da realidade. À bem da verdade ela era uma espécie de diretriz realmente marcante no coletivo, levada a cabo sempre que possível. Um bom índice de sua presença é a lista dos congressistas inscritos no certame de 1946. Nela se arrola uma profusão de opositos tão considerável que Fran Martins, que então estava responsável pela organização do evento, sentiu-se motivado a realizar a seguinte declaração durante a abertura do Congresso:

Aqui estamos reunidos representando todo o Estado – velhos e moços, da capital e do interior, poetas e prosadores, antigos e modernos. Pela primeira vez o Ceará inteiro se congrega para um conclave que há de marcar uma nova fase na nossa vida literária. O milagre da confraternização se operou, os corações de todos se abriram e a união de esforços fez com que os nossos espíritos se unificassem neste empreendimento. Desapareceram as barreiras que separavam velhas correntes, aqui somos um todo, uma só alma, um só corpo.⁸⁵

Ainda nesse sentido, pode-se mencionar também certas atas produzidas em função das reuniões preparatórias para um Congresso de poesia, realizado por volta do ano de 1943, que detém o mérito de ter reunido quase que em sua totalidade o grupo sobre o qual se vem discutindo. Redigidas pelo escritor Aluizio Medeiros – ele mesmo um desses “socialistas moderados” que destoavam da média do coletivo – tais documentos são uma mostra interessante da pluralidade que marcou os primeiros anos do que mais tarde viria ser o CLÃ, pois seu autor, ao optar por um tom cômico no lugar da habitual austeridade burocrática típica dessas notas, deixa entrever, por meio do deboche, a dinâmica sempre tensa das relações suscitadas pelas diversas identidades presentes.

⁸⁵ **AFIRMAÇÃO**, 1946, Op. Cit., p. 20.

Assim, logo na chamada de abertura de cada dia, Aluizio Medeiros distribuiu estereótipos para cada um dos presentes designando-os por características como “direitista”, “professor de poesia”, “esquerdista”, “banqueiro”, “teatrólogo”⁸⁶ etc. Trata-se, por certo, de uma maneira engenhosa de não deixar passar em branco o estranhamento que causava aquela reunião de tipos tão antagônicos.

De fato, os escritores desse coletivo dispensavam atenção especial ao problema da conciliação de opostos, chegando até mesmo a discuti-lo com sistematicidade e rigor na edição de nº 0 da Revista CLÃ:

[...] admitindo de inicio o principio saudável do mais absoluto apartidarismo, não porque consideremos os Partidos males que devem ser afastados do nosso caminho, mas simplesmente porque não é justo que, numa revista feita por muitos, e diversas sendo as tendências políticas dos seus colaboradores, se defenda nas suas paginas essa ou aquela orientação partidária. Não é justo nem seria possível. [...]. Mas – chegou a vez do mas... –, isso não quer dizer que marquemos a nossa posição aqui através daquilo que se convencionou chamar – neutralidade. Não somos neutros. Mesmo porque não acreditamos em tal, achando, ao contrario que os homens, nesse como em outros terrenos (principalmente nesse...), sempre se decidem por alguma solução. Queremos apenas – isto sim – separar, mais exatamente, distinguir, uma coisa da outra: a Política do cru partidarismo. Não somos neutros, dizíamos, porque desejamos nesta secção, que é tão livre como as demais, ressaltar os problemas diante dos quais estamos irremediavelmente colocados e, sempre que possível, optar por soluções justas, a critério, é claro, de cada colaborador. [...].⁸⁷

Tal postura apaziguadora assentava sobre a crença na existência de valores de cunho puramente intelectual, os quais por sua vez supostamente prevaleciam sobre qualquer tipo de tendências sociais e políticas. No limite, isto implica na ideia de uma condição comum aos escritores cearenses que os permite, inclusive, agir como classe autônoma, dotada, portanto, de seus próprios interesses e ideologias. Segue abaixo um trecho da *Nota prévia* escrita por Fran Martins para introduzir o leitor aos anais do conclave de 1946, que demonstra bem esta forma de pensar:

Uma tarde em princípio de julho, reunidos no salão nobre do Instituto do Ceará, realizávamos a reunião costumeira da ABDE quando Antonio Girão Barroso [...], levantou a ideia de ser realizado no Ceará, um congresso de escritores. [...] E os que estavam presentes aquela nossa minguada reunião – Eduardo Campos, Artur Eduardo Benevides, Cruz Filho, Mario Baratta, Stenio Lopes, Braga

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ CLÃ. Revista do clube de Literatura e Arte. N.0 (Dezembro de 1946) – Fortaleza: Edições CLÃ, 1946. p. 37.

Montenegro, Aluizio Medeiros, Sidney Neto, João Clímaco Bezerra, Martins Filho e o autor desta notícia – imediatamente aprovaram a ideia lançada por Girão Barroso, desejosos de fazer também algo de novo entre nós, algo que modificasse um pouco a monótona paisagem intelectual da província, pondo-nos á frente com os problemas de uma classe que ainda é, de todas as classes, a mais sacrificada e a mais esquecida.⁸⁸

Acredita-se que este uso específico do termo “classe” recupera certos elementos da ideologia varguista apreendidos na juventude do autor durante sua passagem pelo Centro Estudantal Cearense⁸⁹. Embora tal afirmação incline-se perigosamente para certa visão um tanto simplista, que tende a conceber o sujeito meramente como produto de sua educação, parece correto insistir nela, visto que, ao que tudo indica, a presença de questões conciliadoras ocupou bastante a agenda dos escritores ligados ao movimento estudantil, formando, juntamente com outras marcas geracionais, uma espécie de estrutura de sentimentos.

Alguns dados podem ser invocados para defender esta perspectiva, como por exemplo, o tempo e a energia que a gestão de Francisco Arruda – presidente do CEC conhecido justamente pelo seu caráter apaziguador, cuja administração coincide com o período de engajamento dos escritores de CLÃ – dedicou à busca pelo acordo entre facções rivais que disputavam a hegemonia estudantil⁹⁰. Atente-se, nesse sentido, para certa nota emitida pela organização em que esta estabelece a sua linha política:

[...] queremos estar acima das oposições. Não no sentido de assumi-las e então resolvê-las, mas no sentido de evitá-las e então dissolvê-las. Aguando, como diria, Oswald de Andrade.⁹¹

Ademais, houve ainda certo caso de que dá nota o pesquisador Bráulio Ramalho, que é bastante sintomático. Segundo o autor supracitado, a instalação de certa norma que tornava passível de punição qualquer tipo de discussão política e religiosa nas sessões do Centro provocou polêmica de proporções consideráveis. Em meio a esse contexto de efervescência, o estudante Walter de Sá Cavalcante – mais tarde um dos intelectuais presentes no certame de 1946 – tomou para si a obrigação de realizar a

⁸⁸ **Afirmção**, 1946, Op. Cit., p. 10.

⁸⁹ Sobre a aproximação desta organização com o regime varguista ver: MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da Pátria A(r)mada**. O Centro Estudantal do Cearense em Fortaleza. Coleção outras histórias. 46. Museu do Ceará.

⁹⁰ RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **FOI ASSIM!:** O movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Rio – São Paulo: ABC Editora, 2002. p.36.

⁹¹ *Ibid.* p.118.

defesa da medida repressiva, tarefa que concretizou mediante a escrita de um artigo publicado no periódico dos estudantes.⁹²

Neste breve trabalho o futuro intelectual apelou para a capacidade conciliadora da noção de “classe estudantil”, segundo a qual, existem interesses próprios do universo docente que reinam soberanos sobre quaisquer ideais políticos ou sociais, sendo, portanto, comuns tanto aos estudantes de esquerda como aos de direita. Como esclarece mais uma vez Bráulio Ramalho, esta concepção de “classe estudantil” se encontrava largamente difundida entre os partícipes do movimento, fossem eles colegiais ou universitários. Nas palavras do próprio autor:

Ressalte-se [...], a referencia a categoria estudantil como sendo uma classe, numa indevida alusão às classes sociais. Essa incorreção de abordagem se consentia num viés generalizado, encontrando-se presente em quase todos os periódicos estudantis até o final da década de 50.⁹³

Em vista da popularidade mencionada acima e da semelhança de significados e funções, não parece absurdo nenhum acreditar que o grupo de organizadores do Congresso de 1946 tenha atualizado a noção de “classe estudantil” para seus propósitos, realizando, portanto, uma convergência em que se substituem os interesses classistas dos estudantes pelos dos intelectuais.

Além disso, também é preciso admitir a presença de um acorde corporativista no inventário de valores do Centro Estudantil, que se mostra muito semelhante com a maneira de proceder do grupo CLÃ. A ideia mesma da realização de congressos é algo expressivo desta característica, visto que ambas as organizações foram pioneiras na coordenação desse tipo de evento para suas determinadas classes sociais⁹⁴, e isto num momento em que esta prática não constituía, no que concerne à realidade específica destas categorias, uma tradição assentada, tal como é nos dias de hoje. O próprio movimento estudantil dava apenas seus primeiros passos, não apenas enquanto organização, mas, sobretudo, como ideia a ser concebida e realizada.

⁹²RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Op. Cit.** p.36.

⁹³Idem. p.39.

⁹⁴CAMPOS, 1983, **Op. Cit.** p. 143.

2.3. REALCES

Este tópico caracteriza alguns aspectos constituintes da “estrutura de sentimentos” que atuou sobre a “geração” de escritores cearenses nascidos por volta da primeira década do século XX. Durante o congresso de 1946, as imagens relacionadas a esses elementos foram bastante repetidas com o intuito de formar a sensação de uma identidade comum entre os presentes.

O termo “estrutura de sentimento” enseja fazer menção a formas culturais definidas como “pré-emergentes”, ou seja, elementos de uma determinada etapa do processo de tomada de consciência da realidade social que não encontraram ainda racionalização plena, manifestando-se, portanto, principalmente como uma rede intrincada de afetividades.

Como esclarece Raymond Williams, não é porque este conjunto de fenômenos se encontra na divisa com o inconsciente que não se possa perceber nele nenhum tipo de lógica entre seus componentes. Eles possuem, de fato, uma espécie de dinâmica intrinsecamente relacionada com as mudanças sociais, o que faz com que tome uma forma processual. Em seus próprios termos:

[...] Estamos então definindo esses elementos como uma ‘estrutura’: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda *em processo*, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora [...] ⁹⁵.

Não obstante, a habilidade para lidar com materiais culturais tão efêmeros implicaria em um esforço de erudição inviável dentro dos limites de uma dissertação de mestrado como esta. Em vista disso se optou aqui por um atalho que, embora pareça um tanto duvidoso à primeira vista, satisfaz as necessidades do trabalho. Resta, portanto, apenas torcer para que o lobo do conto não espreite em nenhum ponto do percurso.

Desse modo, o que se fez foi analisar sentimentos já racionalizados que foram colocados em destaque por certos atores sociais a fim de atingir determinados objetivos retóricos. Acredita-se que a maior parte deles fora arremetido a essa forma por conta de um trauma geracional, a Segunda Guerra Mundial, o tipo de fenômeno que o historiador Jean-François Sirinelli chama de “acontecimento fundador”, ou seja, um evento de onde

⁹⁵Idem. p. 134.

repercuta muito intensamente boa parte da dinâmica dos “primeiros anos de existência” de alguns grupos e que, com a perda de potência provocada pelo passar dos anos produz uma “memória coletiva” e uma “herança”, espécie de “patrimônio dos mais velhos”, com o qual, necessariamente o ator histórico tem de se situar, seja como “legatário” seja como “filho pródigo”⁹⁶.

Assim, partindo de uma linguagem próxima às metáforas químicas de Williams pode-se levantar a hipótese de que este “acontecimento fundador” tenha direcionado certas formas de energia humana, provocando a precipitação de experiências sociais que se encontravam em solução.

Em suma, é visível que o resultado final não pode dar conta do movimento real de surgimento de determinadas sensações; processo esse marcado por conflitos, tensões e escolhas que são descartadas, aspectos que se perderam em função do privilégio de ideias consensuais que viriam a tomar uma feição mais acabada.

Considere-se, portanto, a Segunda Guerra Mundial. Qual, afinal, pode ser a importância de um evento como esse para os letrados cearenses? Podem os estrondos das bombas reverberar nas longínquas terras alencarinhas?

Com certeza.

O despontar do conflito fora o estopim para que alguns dos jovens intelectuais, cuja trajetória se está acompanhando, realizassem o supracitado Congresso de Poesia de 1943, o qual, segundo os relatos dos participantes, acontecera em protesto aos absurdos da Guerra.

No entanto, cabe sublinhar a probabilidade de que boa parte desses moços visualizasse na disputa armada a esperança de um mundo melhor, a ser construído justamente pela vitória dos alemães. Nesse sentido é bom lembrar ao leitor que o CEC mantinha laços com o integralismo e que via com bons olhos um fortalecimento autoritário dos regimes de governo.

⁹⁶As citações foram retiradas de SIRINELLI, Jean-François. **Os Intelectuais**. IN: REMOND, René. Por uma nova história política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.,pp. 248, 252, 254, 255 e 256.

A força dessa base política na formação dos intelectuais veio à tona durante um episódio do congresso de 1946, em que, em meio a seu discurso o Sr. Moacir Aguiar optou por realizar a seguinte declaração:

Em 1937, um então terceiranista de direito encontra na Rua Major Facundo um então jornalista e hoje deputado federal. E este anuncia, o governo deu um golpe fascista e fechou o parlamento...
E o jovem terceiranista de direito, cheio de fé e patriotismo, enche o olhos de lágrimas, não lágrimas de tristeza, mas de alegria. Esta tese está sendo escrita com sangue vivo da minha sinceridade e eu a escrevi porque, há dez anos, um terceiranista de direito apaixonado pelas lições de Farias Brito, chorou de emoção e de contentamento porque a Democracia havia sido apunhalada por um grupo de reacionários, pelas voltas de 1937...⁹⁷

É pouco provável que o relato acima constitua um caso ímpar, parece mais seguro acreditar que a dificuldade de encontrar histórias semelhantes se dê pela ampla falência que os valores autoritários de cunho nazifascista presenciaram no pós-guerra. De fato, pode-se até inferir que, se havia algo de realmente dramático no conflito aos olhos dos intelectuais ligados ao CEC, foi, antes o fato de terem de se adaptar a novos princípios democráticos, renunciando às antigas crenças políticas, e, não, o temor de uma dominação totalitária.

Além disso, havia entre esses intelectuais formados no entreguerras uma confiança exacerbada em sua educação que deixava todo o processo de reavaliação de valores ainda mais angustiante, visto que este sentimento inflacionava as expectativas de sucesso social impostas sobre esses sujeitos.

Uma boa entrada para a compreensão desse processo é a obra do sociólogo Joaquim Alves, um desses componentes do que viria um dia a ser nomeado Grupo CLÃ, pois, nela se elabora discurso justificador dessa confiança indolentemente depositada nos ombros dos jovens.

Assim, em *Corrente de Idéias* o leitor é informado que a eclosão da 1ª Guerra Mundial funcionou como marco divisor entre dois grupos etários. Quanto ao primeiro, há apenas motivos de descrença e lamentação em relação ao tipo de escolaridade que lhes foi imposta, situação que é diametralmente oposta a dos segundos, formados de modo a estarem prontos para encarar os problemas de um mundo em constante mudança, tal como é o do pós-guerra. Segue abaixo um trecho bem expressivo:

⁹⁷ **AFIRMAÇÃO**, Op. Cit. 1946, pág. 112.

A criança que nasceu em 1914 iria frequentar uma escola em que os rigores da velha escola desapareciam para dar lugar a uma concepção inteiramente desconhecida, revolucionária, de tolerância, de liberdade e de observação. Uma técnica apropriada é criada pelos educadores que tiveram a missão de preparar as gerações escolares, desde então [...].

Um sopro de renovação se fez sentir em todos os setores do conhecimento. [...] No Brasil o movimento reformador se iniciou no Rio, São Paulo e Minas para preparar a criança que iria ser homem, para enfrentar as novas condições de vida que a guerra criara.⁹⁸

Na realidade, esta positividade se assentava também em uma espécie de lei geral de sucessão das gerações. Em relação a isso, leia-se o trecho abaixo, destacado do artigo *Cenário de duas gerações*:

As atividades de uma geração tem início onde termina a influência das ideias que orientam a geração anterior. Na utilização dos conhecimentos adquiridos pela experiência, está o segredo da vitória de uma geração na luta pela vida, em que o dispêndio de esforços e de inteligência representa o capital que o homem emprega para o desenvolvimento do próprio progresso.

[...] Poderão os que substituem a geração que aparece, rejeitar os princípios religiosos, filosóficos, econômicos, sociais, políticos literários e artísticos daqueles a que substituem? Poderão eles cobrir com as suas criações, nos múltiplos setores da atividade do homem, os feitos anteriores? Tal é o grande problema das gerações novas, quando despertam para a vida, ante a magnitude dos problemas que lhes deparam.⁹⁹

Como se pode perceber, embora o ideal de progresso se apresente de modo tímido neste texto, ele com certeza marca sua presença. O que denota um pouco do sentido analítico que Joaquim Alves lhe emprestava e também certo acorde otimista em relação às possibilidades abertas às gerações mais novas.¹⁰⁰

Ademais, tanto a euforia em relação à força transformadora da educação, quanto o assombro provocado pela II Guerra podem ser encontrados na obra *Nós Somos Jovens*, cuja autoria pertence ao já mencionado Fran Martins. Trata-se de um romance protagonizado por Fernando, jovem diretor de um pequeno colégio situado no interior cearense que, durante a narrativa, divide seu tempo entre as tarefas cotidianas da vida docente e discussões relativas à importância de estar atento para os acontecimentos

⁹⁸Idem. p. 19.

⁹⁹ALVES, Joaquim. *Cenário de duas Gerações* In: ALVES, Joaquim. *Autores Cearenses*. Fortaleza: UFC, 1997. p. 15.

¹⁰⁰Como curiosidade vale assinalar que a categoria do cearense situa-se na mesma linhagem intelectual que o conceito homônimo de Jean-François Sirinelli, visto que, ambos cunharam seus termos a partir da obra de Albert Thibaudet.

relacionados ao conflito mundial, problemática que centraliza o principal esforço retórico depreendido neste livro, visto que, em um determinado ponto ele se converte em uma espécie de convocação dos leitores ao engajamento nos assuntos bélicos. Para tanto, apela para uma perspectiva em que Fernando é punido pelos seus primeiros momentos de descrença, procedimento que infelizmente leva a um desfecho bastante descomedido, típico de dramalhão.

No que concerne à crença descabida no trabalho educativo, atente-se para o trecho abaixo, em que se percebe uma defesa das contribuições desta prática para o bom encaminhamento dos rumos nacionais:

[...] aqui estamos fazendo uma coisa que vale mais que dinheiro. Estamos trabalhando para o futuro de jovens, o futuro da pátria, de cidadãos que hão de se tornar úteis à coletividade. Nesse caso o capital é o nosso trabalho e não o dinheiro que acumulamos. É para ver vitorioso esse trabalho que devem ser dirigidos os nosso esforços.¹⁰¹

Por fim, há ainda nessa obra, mais algumas concepções gerais referentes à ideia de geração sobre a qual vale a pena se demorar. Em primeiro lugar, seu movimento retórico mais evidente é o de efetuar uma ampliação da abrangência deste termo a partir de algumas reflexões do protagonista, nas quais ele se vale da narrativa em primeira pessoa para comunicar ao leitor seus sentimentos de pertencimento a uma faixa etária não restrita às fronteiras nacionais ou regionais, estas igualmente afetadas pela mazela bélica, independente de em qual parte do globo se encontrem localizados seus componentes. Certamente, esse sentimento de pertencimento se vincula ao processo geral de aceitação da relevância da Guerra, como se depreende da citação:

Amanhã voltarei, dona Helena, e servirei de amparo à doce Margarida. Um dever mais forte se apresenta me chamando para uma missão que não é só minha, é de toda uma geração. Em qualquer parte do mundo, na Rússia, no Egito, ou na América, moços como eu estão fazendo suas malas, deixando suas cidades natais, separando-se dos seus amigos. Meu caso não é isolado, não sou o número um a oferecer esse sacrifício Na Europa, na América, na África, moços como eu estão lutando, morrendo.¹⁰²

Outra característica dessa geração que se pode mencionar a partir da leitura dessa obra é a sensibilidade para com o próprio sofrimento, sentimento expresso desde a epígrafe de *Nós Somos Jovens*:

¹⁰¹MARTINS, Fran. Op. Cit. p. 101.

¹⁰²MARTINS, 1997, p. 159.

Tomazinho um dia perguntou por que eu não escrevia minhas memórias. Respondi que era muito moço, não tinha nada a contar que merecesse atenção. Tomazinho sorriu, com aquele sorriso bom que só ele possui no mundo. E redarguiu com voz firme e serena, olhando-me tão fixamente que eu fui forçado a baixar a vista:

– Então, porque somos jovens, nós também não vivemos e sofremos, Fernando? Não é a idade que nos torna velhos: são as dores, a cansaça, a má sorte, a luta. Nós somos jovens porque ainda não temos vinte anos, mas se atentarmos no nosso sofrimento veremos assombrados que sobre os nossos ombros pesam cem anos de lutas e decepções.

Perceba agora como o clima fatalista, exposto acima, evoca um sentimento comum às autodescrições do grupo CLÃ. Uma forma de se perceber evidente, por exemplo, na nota prévia que abre os anais do Congresso de 1946:

Para os que estão habituados a grandes vitórias, para os que não vivem em meios pequeninos, sofrendo mil e uma dificuldades, para os que sempre tiveram facilidades e estímulos para as suas empresas, para esses quase nada representam estes anais. Mas os intelectuais de outras províncias do Brasil, os escritores desconhecidos que jamais tiveram apóio para suas realizações, os homens de letras que vegetam distantes da metrópole e sentem todo o peso da incompreensão para os seus trabalhos, êsses, que são a maioria dos intelectuais brasileiros, saberão estamos certos, porque tanto nos orgulhamos dessa realização, porque tanto ardor pomos em nossas palavras, porque tanto empenho temos em tornar publicas todas as fases dessa luta por um ideal que é nosso e é deles, que é de todos os homens de letras da província...¹⁰³

De fato, discursos de timbre pessimista são bastante comuns nas produções dos organizadores do certamente de 1946¹⁰⁴. Sua forma mais elaborada provavelmente emergiu da pena do já citado Mozart Soriano, em texto intitulado, *ecologia do povo cearense*:

Terra de gritante paradoxo entre a pobreza econômica e a riqueza intelectual é o Ceará, e esse antagonismo, como bem o acentua Abelardo Montenegro, provém da intensidade da competição, obrigando o homem a buscar apoio para a sua classificação social nas vitórias intelectuais. Serviriam estas de promoção para a conquista de lugar destacado no meio social, pelo que a competição entre todos, nem sempre desvestidas daquelas “infamiazinhas tão tipicamente provincianas”, vem funcionando como um seletor natural, de que somente saem vitoriosas as figuras mais representativas do meio...¹⁰⁵

¹⁰³ AFIRMAÇÃO, Op. Cit. p. 5 e 6.

¹⁰⁴ Encontramo-los, por exemplo, na Revista CLÃ de nº1, em uma explicação anônima, referente à mudança de direção que o periódico sofrera. Na ocasião justificou-se o ocorrido argumentando que a empreitada dos elaboradores da edição de nº 0 até teve “alguma repercussão, mas morreu, naturalmente, como tudo que é bom tem morrido no Ceará” Ver: CLÃ. Revista do clube de Literatura e Arte. N.0 (Dezembro de 1946) – Fortaleza: Edições CLÃ, 1946. p. 75.

¹⁰⁵ ADERALDO, 1987, Op. Cit. p. 27.

Este pensamento negativo não é exclusividade de autores de timbre emotivo, pode ser encontrado até mesmo na sobriedade de um Joaquim Alves:

Apesar da luta pela vida, da crise, das filas que se iniciaram entre nós, das dificuldades sem conta que entravam a publicidade de qualquer trabalho, o escritor cearense teve força e coragem de escrever e divulgar o seu pensamento sob os mais variados assuntos.¹⁰⁶

Este sentimento de negatividade em relação ao futuro ativava um dispositivo sentimental difundido entre os mais diversos tipos de intelectual que funcionava como um dos principais elementos aglutinadores de que o “CLÃ” podia lançar mão, sendo capaz de superar dicotomias como as de “velhos” e “novos” ou, “esquerdistas” e “direitistas”.

Comparem-se dois momentos distintos na história dessa geração de intelectuais.

Em primeiro lugar, os anos de juventude. Tempo de boas expectativas em relação ao futuro, de crença na educação como forma de ascensão social e de inserção nos comandos da nação. Tempo de migração, de se reconhecer e de se portar como a juventude letrada por excelência da capital cearense, e (por que não?) de guiar a massa ignara que corresponde à maioria dos estudantes.

Então veio a Guerra e com ela a frustração.

Eram pelo menos duas formas desse sentimento. Frustração em relação aos próprios valores, os quais tinham de receber agora uma tintura democrática para se tornar aceitáveis. Frustração em relação às posições ocupadas no campo literário, inconciliáveis com as expectativas impostas na juventude. Com isso a energia vital é direcionada para o fatalismo, já provavelmente presente de longa data, mas atualizado às necessidades dessa geração.

Eis aí o que se supõe ser a lógica da estrutura de sentimentos da geração presente no Congresso de 1946. Há outros pontos que caberia mencionar e, com certeza, deve haver os que se desconhece. Contudo, é o suficiente dentro dos objetivos desse trabalho, tanto, porque prepara o caminho para a compreensão da “reconversão” efetuada após a II Guerra quanto, pois, a pretensão aqui é apenas aludir aos valores que compunham os

¹⁰⁶ ALVES, JOAQUIM. Uma chama ao vento IN: ALVES, 1997, Op. Cit. p.107.

artifícios retóricos de realce da identidade comum durante o certame dos intelectuais. Ponto que, por si mesmo, não deixa de suscitar questões, visto que esses elementos são válidos para uma determinada “geração”, mas, como dito anteriormente, o evento contava com indivíduos mais velhos, para quem a menção a esses sentimentos simplesmente soava descabida.

Esta constatação põe em dúvida a funcionalidade desses sentimentos enquanto forma de promoção do consenso entre as partes compositoras do Congresso de 1946, pois, como podem os mesmos valores suscitarem relações de afetividade similares em sujeitos com experiências distintas?

2.4. O CONCEITO DE INTELECTUAL DE PROVÍNCIA

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que o conceito de “intelectual de província” não constituía monopólio do grupo CLÃ, pois, a partir do momento que outros círculos artísticos aceitaram-no como temática principal do certame, estes passaram a colaborar na elaboração de seus significados, inclusive comparecendo ao evento com teses relativas ao assunto. De todo modo, é preciso que se admita que a acolhida do termo, num primeiro momento, só incidiu porque alguns sentimentos, tal como o de fatalidade, acenavam de modo geral à experiência e aos anseios de todos os intelectuais.

Não obstante, o simples fato de que a paternidade do termo pertencia aos escritores ligados ao CEC já implicava em certa vantagem. Porque, em primeiro lugar estes se encontravam mais bem preparados para frisar nuances de sentido e, em segundo lugar, porque a aceitação do conceito como foco principal do evento, significava a aceitação tácita de alguns princípios aos quais todos tinham de se submeter como condição para adentrar no congresso.

Neste ponto da análise deve-se pedir permissão para realizar alguns esclarecimentos básicos sobre o que se designa aqui com a expressão “conceito”, termo apropriado da obra de Reinhart Koselleck, de quem segue a citação:

[...] A especialização metodológica da história dos conceitos, os quais se expressam por palavras, requer um fundamento que possa diferenciar as expressões "conceito" e "palavra". Ainda que o triângulo lingüístico constituído por "significante" (designação), "significado" (conceito) e "coisa" seja usado em suas mais diferentes variantes, no campo das ciências históricas existe, do ponto de vista

pragmático, uma diferença sutil: a terminologia social e política da língua que se examina conhece uma série de expressões que, por causa da exegese da crítica de fontes, podem ser caracterizadas como conceitos. Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. A par disso, são entendidos pelas ciências históricas sempre como palavras, pura e simplesmente.¹⁰⁷

Mediante a taxonomia do autor alemão, o que se fará, portanto, daqui pra frente é diferenciar meras palavras de conceitos. As primeiras, não obstante também sejam polissêmicas, estão fadadas a articular apenas um significado por vez, deste modo, não alcançam capacidade de generalização social e política. Por outro lado, os segundos, constituem uma classe especial de palavras ao redor das quais orbitam uma série de sentidos simultaneamente, de maneira que “a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”¹⁰⁸.

Sendo assim, argumenta-se que o termo intelectual de província, como utilizado no congresso de 1946, constituía um conceito porque só alcançava significação quando associado, de um golpe só, a sentidos como “amparo”, “dureza”, “cooperar”, “iluminar”, “educar”, “missão”, “trabalho”, “congresso” e “democracia”, os quais promovem certa identidade de grupo, articulada ou acessada através do uso enfático da expressão.

Este tópico arrematará as lacunas deixadas em aberto até aqui, relacionando a produção de uma identidade coletiva pelo grupo CLÃ com as noções de intelectual transculturadas.

Em vista disso, a metodologia de exposição que se adotará constitui-se inicialmente na descrição dos canais de hibridização, momento em que se rastreará passo a passo o percurso das ideias. Em seguida, tratar-se-á das palavras conectadas ao conceito, definindo seus significados e suas funções retóricas empregadas durante o congresso.

¹⁰⁷KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuições para uma semântica histórica. Rio de Janeiro, PUC-RIO, 2006, p. 108.

¹⁰⁸KOSELLECK, 2006, Op. Cit. p.109.

CANAIS DA HIBRIDIZAÇÃO

Registra-se apenas uma alusão ao filósofo espanhol Ortega y Gasset durante os onze dias de certame¹⁰⁹. A despeito disso, suspeita-se que suas ideias influenciaram de forma determinante a elaboração do conceito de intelectual de província, isto porque, em primeiro lugar, as citações e referências não constituíam uma prática comum à dinâmica do certame, e, em segundo, porque se acredita aqui, que as formas de apropriação de seu pensamento foram principalmente indiretas.

O ponto fundamental que dá sustento a essa crença é a homologia de funções que se atribui ao intelectual. Pois, tanto no caso de Ortega quanto no caso do que viria um dia a ser o CLÃ, o que se propõe é que esta categoria assuma para si o papel de “guia” social, aceitando, deste modo sua “missão” que consiste em “educar o povo”. Esse tipo de metáfora de iluminação das massas é bastante abundante nos discursos do congresso de 1946. Ele fora invocado, por exemplo, pelo escritor Gastão Justa:

Em um Congresso de Escritores, pressupõe-se que uma das principais finalidades é a defesa da classe intelectual, da classe que orienta, que forma opinião, que esclarece o povo e finalmente eleva a cultura nacional.¹¹⁰

Acredita-se que um dos canais principais que podem ter possibilitado o contato com o pensamento do filósofo é o envolvimento direto de alguns dos escritores do coletivo com o aparelho burocrático varguista, pois, como informa a historiadora Elide Rugai, intelectuais da burocracia estadonovista, tais como Paulo Augusto de Figueiredo, Rosário Fusco e Almir de Andrade eram leitores muito devotos das obras de Ortega e por conta disso, se utilizavam eventualmente, de citações ou paráfrases deste em seus artigos para os periódicos oficiais do regime¹¹¹.

Não seria de se estranhar, portanto, que um intelectual como Fran Martins, que ocupou a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), tenha tomado consciência senão diretamente da obra, pelo menos das ideias elitistas do espanhol. Além disso, não causaria espanto que outros, fossem os ligados ao CLÃ, fossem os presentes no congresso, também acompanhassem as publicações oficiais do

¹⁰⁹ **AFIRMAÇÃO**, Op. Cit. p. 91.

¹¹⁰ **AFIRMAÇÃO**, 1946, Op. Cit., p. 131.

¹¹¹ **BASTOS**, Elide Rugai. *A Revista Cultura Política e a influência de Ortega y Gasset*. In: **BASTOS**, Elide Rugai; **ROLLAND**, Denis; **RIDENTI**, Marcelo. *Intelectuais, Sociedade e Política –Brasil e França*. Editora Cortez. São Paulo – SP. 2003. p. 151-152.

Estado, visto que uma delas, a *cultura política*, era especialmente destinada à instrução dos setores letrados da sociedade brasileira¹¹².

De fato, talvez seja mais correto apostar num contato difuso e geral com a ideologia varguista do que com aspectos inerentes a sua linguagem burocrática. Isto porque a noção de intelectual de província remete de diversas maneiras ao pensamento do regime, o que provoca a emergência indireta dos princípios orteguianos enumerados acima. Nesse sentido, veja-se, por exemplo, o discurso da cerimônia de abertura proclamado por Antonio Girão Barroso:

[...] Creio que, nesta altura dos acontecimentos do mundo, e do Brasil, particularmente, não existe problema maior do que a formação das elites culturais, sérias e corajosas, capazes de, pela sua ação a frente do povo e dos governos, dar afinal uma orientação nítida, democrática e sadia aos movimentos políticos, sem o que, parece-me, estaremos apenas protelando as soluções que virão de qualquer maneira, inclusive pela violência¹¹³.

A falação do Sr. Girão Barroso, antecedeu (de modo até aparentemente estranho ao protocolo do ritual) à leitura do “Manifesto aos intelectuais cearenses”, documento, ao que tudo leva a crer, redigido pelo grupo responsável pela organização do certame, o CLÃ. De qualquer maneira, o tom geral de um e de outro não varia tanto, de modo que esses momentos parecem se complementar, esboçando a noção de uma “missão” intelectual. Como se pode perceber a partir da leitura da citação abaixo:

Aos escritores – não é demais que se repita – cabe uma responsabilidade bem grande na vida da nacionalidade e, profissionais ou simples amadores que sejam, o seu papel, na sociedade em que vivem, equivale ao de autênticos líderes, colocados à vanguarda do povo, pela própria natureza de sua missão.¹¹⁴

Em sentido semelhante parece acenar o Sr. Fran Martins, que na condição de Presidente da Comissão organizadora do certame teve a honra de proferir as primeiras palavras da reunião, ocasião na qual se expressou nos seguintes termos:

[...] queremos definir a nossa posição, cooperar com todos os nossos confrades do país para que o escritor brasileiro deixe de ser apenas uma figura decorativa na vida nacional e passe a desempenhar o papel que realmente lhe compete, como trabalhador intelectual que se

¹¹²OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. (org.) *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

¹¹³Ibid. p. 21-22.

¹¹⁴Ibid.

esforça, de maneira idêntica a todos os trabalhadores conscientes, por um mundo melhor e mais feliz. [...]”¹¹⁵

Atente-se nos trechos para a semelhança lexical verificável em termos como “cooperar” e “trabalhador intelectual”. Expressões que remetem à perspectiva cristã de colaboração entre as classes disseminada pelas encíclicas *rerum novarum* e, posteriormente, apropriada pela propaganda do Estado Novo¹¹⁶.

Além disso, é visível também certa referencia a um processo social que, se não devidamente organizado, culminará no uso da violência para se consolidar. O que compunha argumento comum da “base de apoio” do regime instalado em 1937, o qual se envaidecia de ter elaborado uma “solução” efetiva para a “questão social”, pois, supostamente evitou “o conflito de classes” potencializado pela “inércia dos governantes” e pela “influência da propaganda revolucionária”, tornando o Brasil uma exceção a “regra de violências”, que antecederam as vitórias sociais noutros lugares do globo¹¹⁷.

MISSÃO AUTORITÁRIA EM UM MUNDO DEMOCRÁTICO

A ideia de “missão” intelectual, do modo como foi utilizada no Congresso de 1946, é um tanto incerta quanto a sua definição. De certa maneira, ela faz parte da mentalidade contemporânea brasileira, datando suas raízes em momentos bem anteriores ao certame, pois os literatos já a utilizavam com este sentido desde pelo menos o final do século XIX, embora naquele período o foco do termo recaísse sobre a “obrigação tácita de descrever a realidade imediata, ou exprimir determinados sentimentos de alcance geral”¹¹⁸.

Não obstante exista esta fluidez de significados, é possível tentar definir um sentido geral para a expressão e alguns elementos que orbitam seu centro. Nesse sentido, deve-se sublinhar que, embora aqueles intelectuais mais distantes do núcleo de vivências da facção do CEC provavelmente não lhe relacionassem à figura de Ortega y Gasset, pelo menos arremetiam à ideia mais difusa de um “chamamento à realidade”, ou

¹¹⁵Ibid. p. 20.

¹¹⁶LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1989.

¹¹⁷PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: origens do trabalhismo no Brasil. São Paulo, Boitempo, 1999. p. 142-143.

¹¹⁸CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). Belo horizonte: Itatiaia, 1964. p. 26-27.

seja, um engajamento nas questões exteriores ao campo literário em que se procurava servir como “guia” para as massas.

Fórmula esta que se repete em diversos momentos durante o Congresso, como se vê, por exemplo, no trecho abaixo, retirado do discurso de Newton Gonçalves::

[...] pedi a palavra para repetir o apelo do congressista Moacir de Aguiar: que o intelectual tome a vanguarda na discussão dos problemas políticos para que a geração moça possa seguir, caminhar pensando claro e pensando bem.¹¹⁹

Tal princípio não necessita recorrer sempre às mesmas formas para se encarnar, ele pode sem prejuízos, disfarçar-se em formas mais eufêmicas, como no caso da intervenção de Joaquim Alves:

Cabe ao intelectual, ao professor e ao jornalista esta tarefa de defender a civilização para que não venhamos ter a sorte de civilizações antigas, as civilizações egípcias, grega, babilônica e romana. [...] ¹²⁰

Dentro de um contexto de falência dos valores autoritários provocado pelo fim da II Guerra e pelo conseqüente ocaso do Estado Novo, tal ideal elitista tinha de necessariamente se adaptar à noção em voga de democracia. Isto se fez a partir de um expediente muito interessante que é perceptível no seguinte discurso, proclamado pelo escritor João Clímaco Bezerra:

Há idéias demais no mundo confundindo o homem, incapaz de estratificá-las convenientemente para um norte exato, prudente e eficaz.

Qualquer noviço de ginásio, qualquer operário mais letrado, qualquer homem do povo quer ter a vaidade de ter idéias, quasi sempre superficiais, e se enchem de idéias alheias, às vezes não menos rasteiras, colhidas através do livro, do jornal, do rádio, da cátedra, das tertúlias mentais nos grêmios e associações e, sem poder combiná-las, nem aprofundá-las, para extrair delas o verdadeiro substracto, acabam indo na onda, como mariposas [...].¹²¹

Ainda segundo o mesmo discurso, essa debilidade da população em geral constatada acima, sofre com o agravante de ser contemporânea a uma multiplicação de tendências políticas extremistas que apenas fomentam ainda mais a situação de desordem. O que serve de pretexto para que o intelectual se posicione como esta espécie de “guia” social, pois, supostamente, foi a ausência desse tipo de liderança de

¹¹⁹Ibid.. p. 113.

¹²⁰Ibid., pág. 114.

¹²¹Ibid. p.261.

pensamento que fez com que eclodisse tal emergência de “ismos”. Segue abaixo a citação:

Teria sido a ausência desses escritores na vida política das nações a causa ou uma das causas principais dos extremismos e, já hoje, adianta ele, é possível e até necessário reuni-los em palestras livres da peia das intransigências.¹²²

Em primeiro lugar, sublinhe-se que esse tipo de elitismo aparenta combinar bem com a filosofia de Ortega y Gasset, a qual está repleta de noções como “homem médio”, ou seja, um “homem de segunda classe, limitadíssimo, incapaz de criar”¹²³. Em segundo lugar, esclareça-se que, não obstante esses valores remetam a uma formação social autoritária (a burocracia do Estado Novo), João Clímaco não se sente contraditório ao conclamar, no fim do seu discurso, os colegas ali reunidos a “trabalharem de mãos dadas em bem da democracia legítima”¹²⁴.

Assim, a partir de uma percepção preconceituosa das capacidades mentais da população em geral, elementos elitistas puderam ser travestidos de uma roupagem de defesa da democracia através da conservação descarada de comportamentos autoritários.

Enfim, tal definição de “missão” parece contemplar todas as correntes do Congresso, pois, nos comentários que se seguiram à leitura da tese, ela surgiu por diversas vezes, reencarnada em diversas bocas. Ora, esse tipo de termo capaz de enumerar diversas posturas ao mesmo tempo e de modo pouco incisivo, era bem o tipo de ferramenta com que os homens de CLÃ estavam acostumados a trabalhar. Sua intimidade com a questão talvez só não se comparasse a que tinham com outro conceito já mencionado, o de classe. Questão analisada no tópico seguinte.

A CLASSE DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS

Visto de um ângulo amplo, o conceito de intelectual de província se insere na transição para um significado mais capitalista da noção de escritor. Processo que remonta ao século XVIII, momento em que a fabricação de livros ganha fôlego e que os privilégios da comercialização desta mercadoria passam paulatinamente a se concentrar

¹²² **Id.**

¹²³ ORTEGA y GASSET, José. A Rebelião das Massas. Edição Eletrônica, sem ano. p.123.

¹²⁴ AFIRMAÇÃO, Op. Cit. 261.

sobre o autor, implicando com isso no estabelecimento da ideia do texto enquanto elemento fixo¹²⁵.

Tal transferência de vantagens não se deu sem seus contratempos e o caso nacional, quando comparado com o europeu, se mostra especialmente árduo, visto que, no “Brasil do século XIX, não foi possível à maioria dos escritores, viver de sua literatura”, pois, enquanto a Revolução Francesa estabelecia as primeiras leis relativas aos direitos autorais o país ainda vegetava “intelectualmente carente de imprensa e livrarias”¹²⁶.

Essa situação penosa levou a configuração de basicamente duas posturas opostas. Havia, por um lado, os que se arriscavam nas regras do jogo capitalista, pregando uma atitude mais arrojada e anti-idealista e, por outro, os que se caracterizavam pelo conformismo. Nesse último, tanto as longas esperas por remuneração, quanto a falta de reconhecimento, impostas pelos editores e pela sociedade como um todo, eram tratadas de modo romantizado, como próprios a um ofício que deve, pela sua natureza, ser encarado com parcimônia.

Como afirma Cristiane Costa, uma evidência do avanço desse sentido de escrita vinculada a ideia de mercado, é a censura geral de Bilac, sucedida já na primeira década do século XX, a esses “escritores marginais, que incorporavam o fantasma do literato morto de fome”, os quais supostamente caíram na miséria e na boêmia por terem se entregue à ideia de pureza da atividade literária¹²⁷.

De modo semelhante, também, os escritores de CLÃ buscaram coibir comportamentos que tomassem a atividade intelectual como “desinteressada”. Posição perceptível, por exemplo, no discurso de Artur Eduardo Benevides:

[...] O escritor moderno, homem que sente, mais que qualquer outro, as angústias inerentes ao torculo das necessidades coletivas e a agudeza dos complexos problemas internacionais e humanos, participando das crises e inquietações de todas as classes, não pode permanecer em esterilizante atitude contemplativa quanto aos seus legítimos direitos, até hoje postergados, assistindo de braços cruzados, de braços cruzados num inoperante romantismo social, ao retalhamento de sua própria classe.¹²⁸

¹²⁵LAJOLLO, Mariza; ZILBERMANN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo, Ática, 1999. P. 61.

¹²⁶Idem, p. 64.

¹²⁷COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 53.

¹²⁸AFIRMAÇÃO, 1946, Op. Cit. p. 35.

De fato, essa era uma das significações mais rígidas e inegociáveis presente no conceito de intelectual de província. Esse imperativo podia levar inclusive ao afronte direto – situação muito rara para o CLÃ – com os escritores que ainda comungassem do ideal do literato benevolente, o qual esperaria complacente por qualquer retorno financeiro. Como visto abaixo:

Os espíritos marginais que fogem ao contato com os dramas ou problemas mais mezinho, estranharão, talvez, o nos batermos pelos nossos direitos, pois julgam eles, numa concepção burguesa, que os escritores devem levar vida sedentária, esperando que da Providência Divina venha o terceiro milagre da multiplicação dos pães.¹²⁹

A carga imposta sobre essa acepção do conceito era bastante pesada, tanto no sentido sentimental quanto no que consta à elaboração de um projeto comum de ação. Isto porque a absorção desse significado mais prático e capitalista da noção de escritor fora mediada pela já referida concepção de classe intelectual. Nesse processo se articulavam tanto a impressão de residualidade dos tempos estudantis, quanto o elemento de cooperação varguista.

Dessa miscelânea, emergiu uma definição voltada para a ideia de que o procedimento escriturístico, seja ele artístico ou não, constitui uma forma de ofício, uma profissão tão legítima quanto qualquer outra. Ensejo que se defendeu basicamente através de comparações e aproximações com o sentido mais hegemônico de trabalho. Processo que levou Artur Eduardo Benevides, em certo momento de sua elocução, ao ponto de se definir como “operário intelectual”:

Avulta dentre todos êsses problemas, e a mim se me afigura o mais importante, o da proteção legal do operário intelectual, a carência da legislação que nos ampare com equidade e tutele permanentemente os direitos que nos assistem. Êsse ponto é crucial e deve constituir a pedra angular do nosso movimento.¹³⁰

Como se percebe na citação, para os jovens de CLÃ a situação específica da “classe” intelectual torna-se ainda mais injusta em vista do simples fato de que no período ditatorial concedeu-se atenção unicamente ao “trabalhador braçal”, ficando, portanto à deriva o conjunto daqueles que se empregam do produto de sua reflexão mental. A esses últimos restaria apenas “o sistema de uma legislação individualista”, na qual fica cada um sujeito à própria sorte.

¹²⁹Ibid. p. 36

¹³⁰Ibid. pág. 34.

À bem da verdade, a ideia mesma da realização de um congresso de escritores incide exatamente sobre essa necessidade de afirmar o caráter coletivo e profissional do intelectual, ou seja, seu caráter de classe. Ponto que, ao que tudo indica, sofria certa resistência, ou no mínimo provocava algum estranhamento no meio cearense, sobretudo, no que diz respeito ao pequeno porte dos que compareceram e ao fato de não estarem retirando seu sustento unicamente da atividade literária. Tanto é que o Sr. Fran Martins já nos primeiros minutos do certame, realiza defesa pontual da validade da expressão. Como se percebe no trecho abaixo:

Há de ter parecido, a muitos, emprêsa superior às condições do meio cearense a realização deste conclave, a que demos o nome de 1º Congresso Cearense de Escritores.

O rótulo é, na verdade, pomposo e essa pompa de certo feriu os ouvidos sagrados do público que não se preocupa com as cousas do espírito, ou dos descontentes profissionais do derrotismo, em cuja alma jamais brotou uma semente sequer de boa vontade para empreendimentos sábios. O que sobretudo, os feriu, porém, foi a magia das palavras, dessas duas palavras, que à primeira vista parecem ter sido levianamente empregadas: a palavra “congresso” e a palavra “escritor”.

Porque para os que não sintonizam com o movimento renovador que ora se processa na literatura cearense, o nosso conclave jamais deveria chamar-se congresso e os que nele somam-se jamais deveriam arrogar-se de escritores. [...] sendo a quase totalidade dos que prestaram o seu apoio á empresa rapazes cuja projeção literária apenas se inicia além das fronteiras provincianas, talvez não lhes caiba convenientemente a designação de escritores, quando de escrever não fazem sua única profissão, se bem que para todos seja a mais pura, a mais significativa das atividades que exercem.¹³¹

Expressas as adversidades, restava a Fran Martins a apresentação de alguma solução que se mostrasse a altura do problema. Se a resposta correta era ou não o conceito de intelectual de província isto não vem ao caso. O ponto é que essa foi a aposta do romancista e, ao que tudo indica, ela fora, até certo ponto, aceita e colocada em prática por seus pares. Dessa maneira, em seguida às palavras transcritas acima o ficcionista fez uso do termo pela primeira vez no certame.

Propondo a expressão Fran Martins sugeria também, de forma tácita, certa classificação geral dos escritores em que conseguia burlar o problema da falta de prestígio nacional. De modo, sub-reptício ele sibilou aquilo que Braga Montenegro afirmaria em bom tom em sua tese: que a condição de intelectual de província não

¹³¹ **AFIRMAÇÃO**, 1946, Op. Cit. p.18.

implica “situação inferior aos que exercem as atividades literárias e culturais nos Estados”¹³², pelo menos não no que diz respeito a seus méritos enquanto literatos.

Não se negava com isso que houvesse discrepâncias entre seus contextos e os dos mais afortunados, os quais se encontravam, não por acaso, nos grandes centros urbanos. Esta diferença era inclusive rememorada sempre que possível, evocando-se um passado de provações e de sofrimentos que retoma o fatalismo mencionado anteriormente. Tal como fez Moreira Campos em sua intervenção à tese de Braga Montenegro:

Terra reprobá, a nossa na expressão de Jader de Carvalho, onde o chefe de família é solicitado cedo pelas duras vicissitudes da vida e onde qualquer iniciativa no campo da arte sempre se estiola.¹³³

Desse modo, os escritores de CLÃ compuseram o retrato de uma classe cheia de decepções. Os Retratisistas talvez fossem um tanto exagerados, mas não se pode negar o mérito deles: o de ter produzido fortes argumentos para a defesa de seus interesses.

Em suma, existem basicamente duas formas de “reconversão” no caso analisado acima. Em primeiro lugar, há uma tentativa de reconstruir certos valores autoritários numa roupagem democrática. Em segundo, há a defesa de uma noção mais capitalista do ofício intelectual. Ambas, trabalham com a construção de uma identidade coletiva retomando, sub-repticiamente, elementos apreendidos durante a juventude dos escritores.

¹³²Idem, p. 146.

¹³³Ibidem, p. 151.

3. SAÍDA

CONSIDERAÇÕES AVULSAS

Cabe agora realizar algumas observações de cunho geral.

Em primeiro lugar é preciso dissertar, mesmo que de forma breve, sobre as possíveis formas residuais por meio das quais a concepção de “intelectual de província” sobrevive na sociedade contemporânea. De fato, à primeira vista só se pode supor para ela o laudo de uma continuidade bastante difusa e rasteira, pois a expressão caiu em desuso algumas décadas depois do Congresso 1946, tanto no que concerne aos periódicos do Grupo CLÃ, quanto em suas cerimônias de celebração. Seria, contudo, equivocado afirmar que os esforços deste coletivo não tenham suscitado qualquer espécie de saldo positivo, visto que não é difícil ao observador atento encontrar sinais ativos dos processos desencadeados por esses intelectuais.

Um bom exemplo pode ser a consistência com que a memória de seus componentes se intrinca a de instituições locais bastante prestigiadas, tais como a Universidade Federal do Ceará, o Instituto Histórico Antropológico e Geográfico e a Academia Cearense de Letras. Além disso, talvez seja expressivo mencionar também os prêmios e concursos subsidiados pelo estado do Ceará, os quais, além de serem, em boa parte, nomeados através das alcunhas de integrantes do coletivo, demonstram ainda o alcance (em longo prazo) das demandas estabelecidas no Congresso de 1946, pois, dentre elas constava a criação de uma secretaria para fins estritamente culturais e o fomento público de prêmios e concursos artísticos e intelectuais.

Ademais, pode-se também perceber a presença sub-reptícia de aspectos da “estrutura de sentimentos” da geração de CLÃ. É o caso, por exemplo, de algumas formas de “vitimização” da região, as quais como se viu, recaiam principalmente sobre os intelectuais durante o Congresso supracitado.

Por fim, cabe notar como o estudo deste caso restrito a intelectuais menores revela aspectos já sublinhados, num âmbito nacional, pela bibliografia especializada¹³⁴, no que concerne à aproximação de escritores e artistas à burocracia do Estado Novo.

¹³⁴Sobre o assunto ver: VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ORGs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver também OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem**. In D'ARAUJO, Maria Celina (org.) *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/FGV, 1999.; MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Biblioteca Nacional e Cia das Letras, 2001. e CANDIDO, Antonio. *A educação pela Noite*. São Paulo: Ática, 1989.

Não obstante, é intrigante que os esforços do Congresso de 1946 se voltem para a análise de sua própria classe e não para a dos pobres ou dos setores trabalhadores, como era comum entre os intelectuais de prestígio nacional.

Por fim, resta apenas considerar a hibridização realizada pela facção do CEC à luz das questões abertas durante a introdução.

INTELECTUAIS OPRIMIDOS?

Tudo indica que o termo “oprimido” é demasiado extremo para designar o caso acima. Parece mais correto argumentar que, de fato, tanto o mercado cultural, quanto certos modelos políticos e ideológicos vigentes estabeleceram tensões e limites acatados – às vezes apenas na fachada, como é o caso da noção de democracia – pelos escritores do CLÃ.

FORMAS ESTRANHAS OU FORMAS NATURALIZADAS?

Não há uma resposta definitiva para essa problemática. Aqui, mais uma vez, a complexidade se mostra inconciliável com a mera escolha entre um “sim” e um “não”. Pois, por um lado, embora o conceito restrito de “intelectual de província” causasse estranhamento não só a seus interlocutores, mas também a seus criadores – como se depreende do discurso de abertura de Fran Martins, que relata certo burburinho na imprensa em função da expressão – por outro lado, o termo intelectual já se encontrava muito bem alocado no vocabulário nacional.

Em suma, pode-se dizer que neste caso em especial a hibridização seguiu à risca o percurso descrito por Canclini: do “extravagante” ao “discreto” e assim por diante, em circularidade cultural.

AFINIDADES OU DIFERENÇAS?

Questão difícil, como dito na introdução é preciso abordar este questionamento tanto a partir da posição dos atores sociais – o que coloca em questão os limites de sua consciência em relação ao processo histórico que eles mesmos engendram – quanto a partir das percepções e deduções do analista.

Desse modo, embora seja necessário realçar que o processo como um todo com certeza incluiu tanto a hibridização pelo estabelecimento de afinidades, como por meio da tomada de consciência de diferenças, tudo leva a crer que as primeiras foram preponderantes, o que se deve, provavelmente, ao caráter inconsciente que caracterizou a fusão desses elementos, motivados, na sua maioria, pela hegemonia do intelectual como modelo de comportamento mundial.

Portanto, do ponto de vista dos atores, o que sobressai é a tendência a se inserir dentro de uma lógica global concernente a todos os intelectuais, raciocínio que opera pelo estabelecimento de semelhanças, como, por exemplo, no que caso das atitudes frente a II Guerra Mundial. Note-se, entretanto, que esse comportamento só é possível porque a noção já se encontra naturalizada, de outra maneira seria necessário estabelecer estranhamentos ante as práticas de cada região.

Do ponto de vista do pesquisador os conflitos bélicos também emergem como referências interessantes. Assim, embora nenhum dos partícipes de CLÃ chegue a atentar para o fato, cabe sublinhar que a geração de Ortega y Gasset também retirou a tensão necessária para promover sua coesão enquanto coletivo de uma conjuntura de combate: a Guerra de Independência Cubana.

Além disso, nos dois casos as balizas se configuram como momentos de tomada de consciência em relação às realidades nacionais e implicam em buscas pela inserção política das figuras intelectuais que se realizam, principalmente, através de caminhos autoritários.

CIRCULARIDADE

É sintomático da presença de uma circularidade cultural que o evento em que se tornaram públicas as concepções de intelectual da facção do CEC tenha se configurado como um cortejo junto ao aparelho de Estado, pois, como dito antes, ele fora o principal canal de aprendizado de seus modelos de comportamento.

Foi com o Estado, e, sobretudo, o estado getulista presente desde os anos 30 na experiência do CEC, que se estabeleceu a concepção do intelectual enquanto profissional, nisso se elaboraram também noções de quais os deveres, os limites de atuação e, sobretudo, quais os direitos dessa categoria.

Desse modo, nada mais natural que, após terem apreendido e realizado minimamente os parâmetros desse modelo de comportamento, os escritores retornem ao mesmo Estado que lhes instrumentalizou, para, por um lado sofisticar a concepção através da ideia de intelectual de província e, por outro, reivindicar os supostos direitos. Como já se sinalizou um pouco acima, houve algum retorno no que concerne à elaboração de políticas públicas de fomento a arte, muito embora estas caminhem segundo uma visão da cultura basicamente tão elitista quanto a de seus criadores.

HOMENS HÍBRIDOS

Quanto a este ponto cabe ressaltar a experiência de migração que por ter ocorrido ainda na fase de juventude, portanto em meio a um momento crucial à formação das identidades dos sujeitos de CLÃ, provavelmente os tornou mais inclinados à troca ou à fusão cultural. Nesse sentido, é incrível como apreciam apropriar-se de ideias, seja para demonstrar erudição, ou, simplesmente devido ao fato de que, desse modo, realmente se sentissem integrados ao restante do mundo.

4. (RE) ENTRADA

4.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A hibridização de que se ocupa este “caso” é de natureza efetivamente distinta daquela analisada anteriormente. Não apenas por conta do posicionamento político à esquerda dos atores a ela relacionados, mas, sobretudo, em função dos meios de comunicação e dos artifícios retóricos que estão envolvidos uma vez que as “reconversões” efetuadas pela escritora Rachel de Queiroz, diferentemente daquelas promovidas pela facção do CEC, **não ensinavam a elaboração de um conceito novo**, mas, sim, a realização de deslocamentos de sentido no conjunto de significados preexistentes na órbita da expressão.

As implicações desse fato não são nada desprezíveis, visto que a autora fica isenta do trabalho de fixação e delimitação da expressão inédita, ou melhor, ela estava desobrigada, diferentemente do grupo de Fran Martins e Antonio Girão Barroso, de ter que se colocar deliberada e claramente na situação de quem estabelece o que é ou não um “intelectual de província”, ou seja, a posição de quem diz “o que o conceito quer dizer”. Além disso, e talvez mais importante: as modificações que a escritora promovia no termo não suscitavam, obrigatoriamente, a impressão de que constituíam uma inovação ou uma abordagem atípica, passando, às vezes, a estabelecer seu sentido de forma sutil ou mesmo subconsciente.

É possível constatar também diferenças entre o núcleo de significados elaborado em cada “caso” e a relação que este estabelece com a identidade do(s) seu(s) compositor(es). Assim, entre os líderes do Congresso de 1946 percebe-se um desejo de se situarem como “falantes” privilegiados do vocabulário que inventam, de maneira que a pronúncia da expressão “intelectual de província” se relacionasse à causa de seus elaboradores, quando não diretamente a eles. Por sua vez, as concepções de Rachel de Queiroz não parecem afirmar-se conjuntamente à sua autora, o que acontece justamente como decorrência do fato da escritora não estar propondo um conjunto fechado de significados, mas simplesmente sugerindo uma nova concepção de intelectual.

Por fim, há de se mencionar as diferenças advindas das formas de convencimento propriamente ditas. Sendo assim, no que concerne ao CLÃ, mais do que a aceitação da expressão em si (de sua veracidade), o que contava era a concordância em relação às causas ligadas a ela, uma vez que, assumida a legitimidade das bandeiras de luta, estava conseqüentemente convalidada a correspondência do termo com o real.

Já o procedimento retórico empregado por Rachel de Queiroz passava, necessariamente, pela comprovação de sua plausibilidade, mesmo que tal demonstração se mediasse, primeiramente, pela demonstração de sua validade dentro das regras do mundo ficcional, visto que esse – e isso inclui as personagens e as categorias nele presentes – tem de convencer o receptor a aceitar, de alguma forma, sua “realidade”, ou seja, suas leis, tensões e dinâmicas¹³⁵.

No entanto, é preciso que se esclareça que o procedimento retórico principal da autora não é tanto a defesa, propriamente dita, de um novo sentido para o termo, mas, sobretudo, a exposição da inadequação dos significados vigentes no universo social. O que, trocando em miúdos, significava um ataque – mesmo que bastante discreto – às leis estabelecidas no “mundo real” sobre o que pode ser ou não um intelectual. Daí que se torne necessário averiguar as regras de compreensão da realidade – e, principalmente, quem as dita – que sustentam as noções contra as quais a escritora investe, para, só então, entender quais os artifícios empregados pela mesma com o fim de defender a sua concepção particular.

Desta feita, emerge a necessidade de precisar contra “quem” a escritora Rachel de Queiroz se voltava ao escrever suas obras. Qual era o espaço de sociabilidades a partir do qual emanavam suas problemáticas literárias e para o qual ela, conseqüentemente, produzia respostas, mesmo que sub-reptícias?

4.2. QUEM TEM MEDO DE RACHEL DE QUEIROZ?

Há certa controvérsia quanto aos espaços de sociabilidade de onde emergiram as obras de Rachel de Queiroz. Por um lado, existem os que estabelecem o Congresso regionalista de 1926, liderado por Gilberto Freyre, como um marco definidor da forma e do conteúdo de sua narrativa; por outro, há os que preferem entendê-la a partir de um núcleo de questões mais geral, próprio aos escritores da década de 1930.

Quanto aos primeiros, seu marco mais notório parece ser a obra *A Invenção do Nordeste* – de autoria do historiador Durval Muniz – a qual tem por tese central a ideia de que a região, cujo nome lhe serve de título, foi produzida por intelectuais e políticos

¹³⁵Sobre isso ver: BOOTH, Wayne C. **A Retórica da Ficção**. Lisboa-Portugal: Arcádia. Trad. Maria Teresa H. Guerreiro, 1980.

a partir da segunda década do século XX com o objetivo de criar “uma arma contra a excessiva centralização política e econômica” que, até então, deliberadamente favorecia o Sul do país¹³⁶.

Em meio a esse processo, o certame organizado por Gilberto Freyre emerge na referida obra, como marco germinador de um discurso regionalista que é resultado do confronto de certa “modernidade” com a realidade sertaneja, o que, por sua vez, é vivenciado de maneira traumática pela elite latifundiária. Desse modo, em vista de seus vínculos com este extrato social a escritora Rachel de Queiroz é alocada como elaboradora de uma espécie de “espaço da saudade”, ou seja, um retrato excessivamente positivo do sertão (lugar de equilíbrio e justiça social) e de seus moradores com o qual se ensejava expressar o sentimento de apego à região emitido pelo *status quo* decadente¹³⁷.

Ademais, essa operação literária traria ainda consigo o apelo a “personagens que viessem exatamente suprimir esse dilaceramento das identidades sofrido nesse momento por seus autores”, ou seja, sujeitos que representam a “manutenção de uma essência”, “tipos fixos que mesmo diante de todos os conflitos internos e dos dissabores externos que enfrentam ao longo da trama, nunca chegam a negar a si mesmos”, que, em suma, espelham um “modo de ser” “regional”¹³⁸.

Tal leitura parece equivocada por conta de dois elementos. Em primeiro lugar, simplesmente porque o Congresso de 1926 não consta como marco nas memórias da autora; em segundo e mais importante, porque as obras de Rachel de Queiroz analisadas nesta dissertação não parecem tão próximas, como enseja Durval Muniz, dos esquemas retóricos do regionalismo freyriano visto que não há nelas uma visão monotemática que só se dirige ao interior do Ceará, mas um espaço entrecortado pela realidade urbana em todos os seus níveis e, além disso, a seca não é, de maneira alguma, o único motor de suas narrativas, pois embora seja um elemento importante n’*O Quinze*, não está presente nem em *João Miguel* nem em *Caminho de Pedras*. Ademais, a crítica literária Ligia

¹³⁶ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez. 2011. p. 86.

¹³⁷*Idem*. p. 110.

¹³⁸*Ibidem*.

Chiappini¹³⁹ ainda refuta o autor supracitado afirmando que os personagens de Rachel de Queiroz não são estáticos, nem representam “tipos locais”, mas, sim, seres complexos, pois, a visão do sertão da escritora cearense não é somente a de um lugar onde impera a solidariedade e a harmonia, mas a de um ambiente composto de conflito e desigualdade.

No limite, tais afirmações significam que compreender a obra de Rachel de Queiroz somente a partir dos desdobramentos do projeto freyriano de construção do nordeste é extremamente redutor. Fazê-lo implica em postar-se no ponto cego de uma série de outras questões, que na realidade representam as grandes tensões intelectuais da geração de escritores brasileiros da década de 1930 e que parecem centrais na obra da autora. O que se fará, portanto, no próximo tópico é analisá-las.

4.3. INTELECTUAIS MAL RESOLVIDOS

Daqui para frente, tentar-se-á esboçar a polifonia de vozes atuante no “conceito de intelectual” da esquerda letrada dos anos 1930. Para tanto, em primeiro lugar é necessário fazer menção aos estudos de Antonio Candido¹⁴⁰ e João Luís Lafetá¹⁴¹, visto que eles mapearam, já há alguns anos, a rota mais profícua para a compreensão dos fenômenos literários subscritos nesse período. Assim, seguindo a via aberta pelos críticos a pouco citados, supõe-se uma continuidade entre os princípios do “projeto estético” modernista estabelecido ainda nos anos 20 e aquilo que se convencionou chamar de “projeto ideológico”, o qual ganhou força durante a década seguinte com a explosão do dito “romance de 30”¹⁴².

A fim de melhor explicar o quadro acima, pode-se principiar dizendo que, para Lafetá, a emergência do modernismo brasileiro liga-se a certas transformações sociais e econômicas – urbanização, tímida industrialização e imigrações – ocorridas no país desde pelo menos o final do século XIX, as quais compuseram o ambiente certo para o surgimento de uma categoria social capaz de patrocinar o movimento de 22: latifundiários de mentalidade mais inclinada ao capitalismo, cuja formação se fez na

¹³⁹CHIAPPINI, Lígia. **Rachel de Queiroz: a invenção do nordeste e muito mais**. In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella. *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. Cortez, São Paulo, 2002.

¹⁴⁰CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

¹⁴¹LAFETÁ, João Luiz. **1930: A crítica e o Modernismo**. SP: Duas Cidades, 2000.

¹⁴²**Idem**, p. 19 e 20.

Europa e cujo gosto, estava, portanto, em consonância com as experimentações estéticas do grupo de Oswald e Mario de Andrade ¹⁴³.

Era especialmente interessante para esse extrato social a elaboração de uma tradição aristocrática para si, o que casou muito bem, por exemplo, com os ímpetus modernistas de experimentação sobre a linguagem, que, no geral, retomavam expressões indígenas, produzindo, de alguma forma, uma “antiguidade” brasileira. Além disso, outro ponto de afinidade pode ser entrevisto no ceticismo em relação às falhas do projeto republicano, postura que bem expressa o horror dessa classe “civilizada” ante os vestígios de certo Brasil “atrasado”¹⁴⁴.

Tais afirmações implicam, em suma, na conclusão de Lafetá de que a literatura dos anos 20 realizou uma apreciação do Brasil no limite dos valores burgueses. Pois, o projeto estético, que era preponderante nesse período – muito embora já existissem práticas que se pode atribuir ao dito projeto ideológico – sintetizava-se basicamente na “renovação dos meios” e na “ruptura” com “a linguagem tradicional”, o que não colocava em xeque a parcela mais progressista do status quo que lhe subsidiava.

Em meio à ampliação do mercado literário emergiram garantias que propiciaram a conquista da autonomia artística modernista frente ao capital agrícola aburguesado, como visto aqui, outrora o grande financiador das artes. Em função dessa independência relativa, a alvorada dos anos 30 pôde assistir o foco das questões ser direcionado, por uma geração cujo debut se fez dentro dessa mesma década, ao “projeto ideológico”, ou seja, à busca da “consciência do país”, ao “desejo de uma expressão artística nacional” e à aceitação do “caráter de classe das atitudes e produções artísticas”. O que significou, trocando em miúdos, a necessidade de uma indagação constante sobre a “função da literatura” e do “papel do escritor”¹⁴⁵.

O início da década de 1930 configurou-se, pois, como um momento no qual os intelectuais se encontravam, sobretudo, **imersos em si mesmos**, em **estado de autorreflexão** tanto de sua prática, quanto de sua condição. Não que fosse impossível encontrar tal postura durante os anos 20, muito pelo contrário, na visão de Lafetá tal transição é apenas uma questão de ênfase e, portanto, o quadro panorâmico que se

¹⁴³Ibid. p. 22-24.

¹⁴⁴Idem.

¹⁴⁵Id. p. 31-36.

constrói do processo inteiro delineia a segunda fase como um desabrochar das potencialidades já presentes na primeira.

O caso é que os regionalistas de 30, na sua maioria, privilegiaram o aspecto político, inclusive, em detrimento das experimentações sobre a linguagem. Não talvez sem alguma razão, visto que, no dizer de Antonio Candido, tais práticas já se encontrassem “rotinizadas”¹⁴⁶, ou seja, fortemente arraigadas ao cotidiano letrado. Isto, sobretudo, por conta do processo de mudança “normalizadora” que se instalou a partir da tomada do poder por Getúlio Vargas. Acontecimento que representou, de certa maneira, a conquista da máquina burocrática estatal pela corrente modernista (ou, pelo menos, por sujeitos embebidos nela), a qual, a partir de então, encontraria naquele o financiador de suas empreitadas, não apenas no que concerne à literatura, mas também no que condiz à educação, à arquitetura e à música¹⁴⁷.

Dito isso e descontados outros pormenores desse movimento longo e cheio de facetas, o que importa ressaltar para os objetivos desse trabalho é que tal deslocamento se fez escutar – ou talvez seja mais correto pensar que foi provocado –, pelo “convívio íntimo entre a literatura e as ideologias políticas”, fato que inegavelmente acarretou a “polarização dos intelectuais” entre “os que optavam pelo comunismo ou o fascismo”¹⁴⁸. Como afirmou certa vez a escritora Rachel de Queiroz, a efervescência era tanta que alguns jovens letrados estavam mesmo “dispostos a morrer, a matar, a aceitar todas as submissões”. Ainda, segundo esta autora:

É certo que havia então na mocidade mais lida, mais intelectualizada, um sentimento, quase uma obrigação, de pertencer a algum movimento político: ser comunista, ou ser contra o comunismo, enfim, um engajamento numa ideologia.¹⁴⁹

Esse contexto de alinhamento ideológico deve ainda ser somado a dois fatores fundamentais, de um lado, a “atitude de análise e crítica em face do que se chamava incansavelmente de ‘realidade brasileira’ (um dos conceitos-chave do momento)”, do outro, o surgimento de “uma mentalidade mais democrática a respeito da cultura” que,

¹⁴⁶CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. Op. Cit. p. 182.

¹⁴⁷**Id.** p. 183.

¹⁴⁸**Id.** p. 188.

¹⁴⁹QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos Anos**. São Paulo, Editora Siciliano, 1998.p. 74.

por sua natureza, colocava em xeque a tendência elitista, já enraizada a longa data entre os homens de letras brasileiros.¹⁵⁰ Nas palavras de Antonio Candido:

A qualidade e grau de consciência dos detentores da cultura e do saber tornavam-se elementos de peso, porque eles podiam assumir a função de "delegados" da coletividade. De um lado isto servia de pretexto para manter posições privilegiadas, com a conseqüente sujeição das camadas dominadas (que não eram cultas nem "preparadas" para dirigir o seu destino, segundo a ideologia reinante). Mas sob o ponto de vista estritamente cultural, podia ser oportunidade de servir como veículo possível para manifestar os interesses e necessidades de expressão dessas camadas. Desde o pensador político que formula um ideário radical, até o artista que constrói estruturas por meio das quais se manifesta o humano, acima dos interesses de classe, muitos setores das elites puderam (e podem) encontrar uma alta justificativa para a sua atividade.

[...]

Para esta visão tradicional [a elitista], as formas elevadas de cultura erudita eram destinadas apenas às elites, como equipamento (que se transformava em direito) para a "missão" que lhes competia, em lugar do povo e em seu nome. O novo modo de ver, mesmo discretamente manifestado, pressupunha uma "desaristocratização" (com perdão da má palavra) e tinha aspectos radicais que não cessariam de se reforçar até nossos dias, desvendando cada vez mais as contradições entre as formulações idealistas da cultura e a terrível realidade da sua fruição ultra-restrita.¹⁵¹

É, pois, justamente a ideia de “missão”, ou seja, do intelectual enquanto parte de uma pequena elite dominante e apartada do conjunto “comum” da sociedade – em certo sentido a concepção de intelectual do grupo organizador do Congresso de 1946 – que passa, então, a ser questionada, mesmo que de maneira sutil e às vezes até inconsciente. A cultura, em meio a esse ponto de inflexão, “começou a ser vista, pelo menos em tese, como direito de todos”, o que afrontava “a visão de tipo aristocrático que sempre havia predominado no Brasil, com uma tranquilidade de consciência que não perturbava a paz de espírito de quase ninguém”¹⁵².

Não é preciso ser muito imaginativo, para supor que esta inquietação uniu-se muito naturalmente, ao mencionado ideal de construção de uma “literatura nacional”, de “descobrimento da realidade brasileira”, imperativo que agora, por conta da necessidade de se forjar em moldes democráticos, se colocava sobre a pressão de encontrar formas literárias mais abrangentes, que pudessem ser lidas pelas classes populares ou marginalizadas.

¹⁵⁰CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. Op. cit. p. 194.

¹⁵¹**Idem.**

¹⁵²**Idem.** p. 194.

Em suma, supõe-se aqui, que a polifonia do conceito de intelectual mediou-se necessariamente por meio dessa transição de que dão conta tanto Lafetá, quanto Candido. Decorre disso a existência de três “acordes” compositores da “sinfonia” do conceito de intelectual. Em primeiro lugar, há, pois, uma visão, ou um sentimento, melhor dizendo, que os intelectuais emergentes a partir de 1930 estabelecem sobre si mesmos, uma sensação de que a **sua situação encontra-se “mal resolvida”**, um desconforto em relação ao posto ocupado dentro da sociedade, visto que esse se encontrava sob o feixe de críticas do projeto ideológico modernista, por conta tanto do imperativo da autorreflexão, quanto por conta do surgimento desse ideal democrático da cultura. Ponto esse, a ser aprofundado e discutido no subtópico seguinte.

Em segundo lugar, há uma **concepção basicamente negativa que se constrói em relação à geração anterior**, a dos anos 20, em função desses terem negligenciado as tarefas prementes que agora eram abraçadas pelos intelectuais de debute mais recente. Matéria essa que compõe o terceiro subtópico.

Por fim, é preciso ainda entender, em vista da popularidade que alcançava a tônica do alinhamento ideológico, qual **a noção de intelectual que o PCB trazia em sua prática diária**. Visto que essa era de suma importância para a compreensão das representações que os intelectuais elaboravam de si. Só então, realizada essa limpeza no terreno, é que se tornará possível, analisar, caso a caso, as noções de Rachel de Queiroz.

O DILEMA DE “FALAR DO (PELO) OUTRO”

Parece interessante iniciar este subtópico aludindo a certa metáfora cunhada pela pesquisadora Ivete Lara Camargos Walty, cuja forja, embora focada mais especificamente nas relações entre a obra e o alinhamento político de Graciliano Ramos, contém inspiração válida para um quadro muito mais geral. Segundo a figura de linguagem da autora, o intelectual – à semelhança com o personagem Paulo Honório, protagonista/narrador do romance *São Bernardo* – nada mais é que um “monstro”, que, no seu fazer (escrita), deixa entrever o horror “do sistema com suas fissuras e lacunas”, visto que, para essa interpretação seria típico da figura monstruosa “mostrar-se em sua contradição”, apontando, deste modo, também “as contradições do mundo”. Seria o

intelectual em função disso, o responsável por figurar a “identidade do outro”, do estrangeiro, do que só tem vez enquanto imagem distorcida¹⁵³.

De modo geral, a admissão da “monstruosidade” dessa categoria, ou seja, a percepção do desconforto que os sujeitos do período vivenciavam perante a posição de escritor/intelectual, situa esta pesquisa em meio a duas questões, uma decorrente da outra. Em primeiro lugar, têm-se **um intelectual concebido como o responsável por apontar absurdos e injustiças**. Imagem que vai ao encontro da literatura especializada no assunto, pois, como assinalou Antonio Candido, os escritores assumem na década de 30 postura de críticos sociais, optando, com isso, por situar-se “no lado oposto da ordem estabelecida”¹⁵⁴.

Talvez fosse justamente a este posicionamento que Luís Bueno se referiu ao perceber na literatura do período em questão, o projeto de “esquadrinhar palmo a palmo as misérias do país”¹⁵⁵. Objetivo que, para esse mesmo crítico literário, se construiu mediante a eleição do “fracassado” como figura-síntese de sua estética. Representação que, por ventura, se materializou numa série personagens malogrados, frustrados com sua própria sorte, como se pode perceber na citação:

[...] o fracassado é como a figura hegemônica no Romance de 30. Veja-se, por exemplo, o caso do [...] José Lins do Rego. Carlos de Melo não é absolutamente caso isolado. Dentro dos livros que participariam do chamado “Ciclo da Cana de Açúcar” todos os protagonistas são fracassados [...]. O moleque Ricardo fracassa em sua tentativa de viver no Recife e em sua volta a Santa Rosa [...] O tio Juca, arauto da modernidade, que conduz o destino do engenho no intuito de aproximá-lo das usinas, também fracassa. [...] Dos romances de Graciliano pode-se dizer o mesmo, apenas João Valério, de Caetés, é um vitorioso, embora sua vitória seja pouco significativa [...] se dá num meio tão medíocre que faz duvidar que vencer ali seja de fato algo positivo [...]. Nos livros de autores menos conhecidos se repete o mesmo ramerrão, seja em relação a filhos de senhores de engenhos deslocados, ou operários condenados à exploração, ou mulheres destinadas à prostituição [...].¹⁵⁶

O monstro intelectual da metáfora de Ivete Lara não aponta, portanto, para soluções fáceis, ele apenas consegue ver, em tudo aquilo a que dirige o seu foco, a ruína, a falha, o fracasso. Levando isso em consideração, parece interessante admitir que

¹⁵³WALTY, Ivete Lara Camargos. Graciliano e Portinari: Intelectuais em trânsito. p. 282-284. In: In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella. **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. Cortez, São Paulo, 2002.

¹⁵⁴CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. Op. cit. p. 195.

¹⁵⁵BUENO, Luis. Uma história do romance de 30. São Paulo: UNESP, 2006. p. 77.

¹⁵⁶Id. p. 76.

o intelectual, em meio a toda essa lástima, não seja muito mais que uma página desse enorme cemitério de malogros. Será? Bueno parece concordar com essa opinião no trecho abaixo:

No caso do Romance de 30, a formação da consciência de que o país é atrasado canalizou todas as forças. Produziram-se romances que se esgotavam na reprodução documental de um aspecto injusto da realidade brasileira ou no aprofundamento de uma mentalidade equivocada que contribuiria para a figuração desse atraso. O herói, ao invés de promover ações para transformar essa realidade negativa, servia para incorporar algum aspecto do atraso. Em O Amanuense Belmiro ou em Angústia, é o intelectual que faz esse papel; em Os Corumbas é o operário; em Vidas Secas, o camponês; em Mundos Mortos, a burguesia...¹⁵⁷

Nada que se apresente parece poder contrapor tal juízo das coisas. Contudo, sem querer discordar da ideia de uma negatividade geral em relação à realidade brasileira, cabe talvez salientar certa nuance específica desse caso: um sentimento de “fracasso”, uma espécie de insatisfação consigo que é específica dos intelectuais e que decorre do compromisso, já apontado na metáfora de Ivete Lara, de apontar as incoerências da realidade através de si mesmo, ou melhor, através das contradições e do horror que inspira sua condição de “monstro”.

Esse sentimento mais característico do intelectual leva então, à segunda questão proposta pela figura de linguagem, ou seja, a dos problemas que se ligam à assunção, por parte dos intelectuais, do **papel de retratista do “outro”**, daquele que a sociedade não consegue conceber, senão, de modo enviesado. Ora, não parece haver tarefa mais ingrata, ou mais, de antemão fadada ao fracasso. Não obstante, os romancistas do período pareciam especialmente inclinados a tentar.

Nesse sentido, é o próprio Luís Bueno quem aponta de modo mais taxativo, este tópico como o problema central do “romance de 30”. Na concepção desse autor, é necessário rever com bastante cuidado a ideia de uma distinção categórica entre um núcleo de escritores “engajados”, que se definem pela marca regionalista e outro de “não-alinhados”, os quais cultivavam tendência mais intimista em suas obras. Visto que, existiria um “embaralhamento” entre as fórmulas narrativas desses dois núcleos, “encontros não necessariamente previsíveis” que acabam criando uma estética em

¹⁵⁷ **Ibid.** p. 78.

comum.¹⁵⁸ Assim, muito embora seja possível encontrar marcas específicas “em uma série de escritores” da tendência dita “regionalista”, como, por exemplo, “esse narrador objetivo em terceira pessoa” que media “explicitamente a relação dos personagens com o leitor” sem sequer se incomodar em expressar o “mecanismo do pensamento das criaturas”¹⁵⁹, isso não é válido para todos os casos e se apresenta pouco legítimo até mesmo para marcos e nomes famosos dentro do movimento como *Vidas Secas* de Graciliano Ramos (ironicamente sua única obra escrita em terceira pessoa) e a obra da escritora Rachel de Queiroz, sobre quem o autor construiu comentário bastante interessante:

É engraçado, por exemplo, como nos acostumamos a pensar na escritora de *O quinze* como uma escritora regionalista levando em conta apenas seu romance de estreia – e nem este é somente romance regionalista, diga-se. Embora sempre tocando em temas que poderiam ser chamados de sociais, seus romances seguintes são mais psicológicos do que qualquer outra coisa, a ponto de um crítico que procurou estudar o regionalismo como tendência geral das letras brasileiras afirmar: “a conclusão que se pode facilmente chegar é que qualquer rótulo generalizante aplicado à ficção de Rachel de Queiroz, do tipo romancista regionalista, ou mesmo romancista social, constitui um simplismo e uma inexatidão”.¹⁶⁰

Enfim, voltando ao assunto, o que se pode depreender daí é que a figuração dos setores historicamente marginalizados (dos “outros”) em relação à literatura é a tensão central que motiva as inovações estéticas desse período. De fato, há aí uma relação óbvia com o que se entende por “romance proletário”. Pois, como afirma Eduardo de Assis Duarte:

De 1930 a 1933, a presença da classe trabalhadora na literatura brasileira se afirma de modo palpável, numa relação homóloga à intensificação, no plano social, das lutas pelas conquistas dos direitos trabalhistas. Em 1931, publicam-se os *Poemas Proletários* de Paulo Torres e o romance *O Gororoba*, de Lauro Palhano, que se juntam a novela *Bruhaha*, de Pedro Mota Lima na constituição de uma literatura social de nuances esquerdistas. *Os Corumbas*, de Amando Fontes, publicado em 1933, denuncia a degradação de uma família interiorana a partir de sua inserção no contexto urbano e fabril do Nordeste [...].¹⁶¹

¹⁵⁸BUENO, Luis. **Ficção de 1930**. In: WERKEMA, Andrea Sirihal et. Ali. *Literatura Brasileira 1930*. Editora UFMG. 2012. p. 21

¹⁵⁹**Id.** p. 27.

¹⁶⁰BUENO, Luis. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 56.

¹⁶¹DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 33.

Contudo, seria mais pertinente ficar restrito aos termos de Bueno, pois, por um lado, como já dito, não são apenas os escritores de esquerda que aceitam a tarefa. E por outro, é toda uma nova ordem de personagens que emerge. Não apenas trabalhadores urbanos em situação de risco, mas também mulheres de renda modesta, flagelados da seca, presidiários, e todo um rol de atores debutavam nesse universo de ficções, não apenas enquanto elemento da paisagem ou como coadjuvantes sem importância, mas assumindo posição central e às vezes até (não poucas) protagonizando as narrativas.

Mas afinal, o que há de tão complicado nessa empreitada? Fora as dificuldades inerentes a qualquer tentativa de se “falar pelo outro”, é preciso que se diga em primeiro lugar que se tratam, na sua maioria, de sujeitos cujas formas de contar e encarar o mundo sofreram (e ainda sofrem), desde há muito tempo, uma exclusão das fórmulas e esquemas tradicionalmente desenvolvidos pelo universo letrado.

Além disso, havia ainda o dilema criado pela negação a esse contingente – na maior parte, formado por analfabetos – do conhecimento e da competência necessários para se apreciar, e às vezes até mesmo entender, o sentido das obras literárias. O que fazia com que os livros anteriormente produzidos não se voltassem a esse público e promovia sub-repticiamente, além do desinteresse destes, a impossibilidade da circulação das conquistas narrativas entre os “setores marginalizados”. Como bem disse o próprio Eduardo de Assis Duarte, é uma “dupla marca” que distingue a literatura desse período, de um lado “um texto preocupado em fazer do povo o principal personagem”, de outro, o desejo de “ganhá-lo como leitor”¹⁶².

Não é de se causar espanto, portanto, o fato desse dilema fundamental (falar do “outro” para o “outro”) ter incitado diversas inovações narrativas durante a década de 1930. Fato que faz com que alguns especialistas, inclusive, prefiram compreender as primeiras obras de escritores como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz à maneira de “experimentos”, ou seja, “ensaios de romance e momentos de um aprendizado ficcional”¹⁶³. Como se pode supor são muitas as mudanças formais e técnicas que surgem a partir daí. Por isso, para os fins desse trabalho, o mais pertinente é deter-se, dentre todas elas, no modo com que a figura do intelectual é mobilizada e empregada.

¹⁶²**Id.** p. 35.

¹⁶³**Ibid.** p. 40.

Nesse sentido, cabe atentar para o fato curioso da vasta presença de tipos letrados ou intelectualizados nessas narrativas. Detalhe intrigante, justamente porque a maior parte delas supostamente se ambienta em meios onde não se espera encontrar sujeitos com tais características. A causa lógica desse fenômeno, provavelmente, reside nas dificuldades que adviriam da presença de um narrador totalmente analfabeto. Tome-se, a fim de melhor explicar, o exemplo de *Cacau* de Jorge Amado onde, embora o autor tente contar a história de um trabalhador rural duramente oprimido pelos empregadores, o faz a partir do ponto de vista de um personagem letrado, cuja família, antes detentora de alguma riqueza, decai na pirâmide social por conta de um parente avarento. Essa obra é muito expressiva quando situada dentro do movimento geral do trabalho do autor, que segue nos três livros seguintes debruçando-se sobre a experiência da classe trabalhadora, sem, contudo, apelar para a narrativa em primeira pessoa.

Em resumo, é “como se fosse impossível a esse elemento não letrado ou de letramento precário assumir o papel de narrador”¹⁶⁴. O intelectual, ou mais simplesmente, a figura letrada, emerge, enfim, nesse tipo de situação para suprir uma falta, ou melhor, para garantir a narratividade da história, incontável nos moldes dos tipos ignaros (pelo menos segundo os parâmetros do escritor).

Outra razão para o comparecimento dos intelectuais é, como já se repetiu anteriormente, a de por sua simples presença, aludir ao contraditório, ou, à injustiça. Veja-se *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Obra que, segundo Regina Zilberman e Mariza Lajolo¹⁶⁵, inaugura uma nova relação com o leitor, pautada na admissão da maturidade literária deste último.

Aqui, segundo as pesquisadoras, pela primeira vez o autor (mesmo que apenas enquanto metalinguagem) não se sente superior ao sujeito que decifra sua grafia. Isto porque o personagem-narrador, Paulo Honório, embora seja homem de posses, é um sujeito tosco, sem estudo, que inclusive chega a pedir desculpas e um tanto de compreensão em vista da má qualidade da obra apresentada. O que pode até parecer mudança bastante simples, mas na realidade compõe um golpe fulminante sobre a “prepotência” do ato de escrever que imperava no Brasil, país onde, desde o século XIX, se percebe certa presunção em relação às capacidades do leitor, cuja inépcia

¹⁶⁴BUENO, Luis. **Ficção de 1930**. Op. Cit. 26.

¹⁶⁵LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A Formação da leitura no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999. p.45.

suposta era tamanha que necessitava de ser toscamente orientado em cada etapa da narrativa, retomando-lhe questões mencionadas em páginas anteriores e lhe reforçando características.

São Bernardo, nesse contexto, é um movimento inegável no sentido de uma cultura mais democrática, visto que traz à tona as dificuldades (muitas vezes subestimadas) advindas da falta de acesso à literatura, o que implica, no limite, na exclusão, da parcela iletrada e pobre, da partilha sobre as descobertas referentes à forma de tratar, pensar e, sobretudo, contar a própria vida. Tal Aspecto põe em discussão de modo muito arguto, a crueldade presente no monopólio do capital cultural pelos intelectuais e pelas elites sociais. Há de fato, aqui, uma crítica aos setores letrados. Não é à toa que nesse livro, o papel dos intelectuais seja o de aludir à distância entre a história que de fato se contou e a que emergiria caso as regras do cânone social não fossem questionadas pelo protagonista. Ponto que se percebe logo nas primeiras páginas, quando Paulo Honório critica os trabalhos produzidos sobre encomenda por alguns conhecidos seus dotados de alguma erudição ou estudo.

Pode-se até pensar que no ver de Graciliano Ramos o direito à leitura, não compõe um luxo um reservado a poucos, mas um direito que deveria ser inalienável. Tanto é que o desejo de tornar evidente a função positiva da literatura (a de dotar os sujeitos da habilidade de produzir histórias coerentes) emerge novamente de modo até mais contundente em *Vidas Secas*, pois, como apontado por Ana Paula Pacheco, há uma passagem nesse romance em que “Fabiano está na cadeia por obra da arbitrariedade” do soldado amarelo, e passa então a refletir sobre os motivos e o processo que levaram à sua prisão, até aí “a narração imagina de perto a mente” do camponês, “que intui muita coisa sobre os nexos sociais”, contudo, subitamente, “o fio do pensamento se perde” e eis que surge “um narrador” para “dizer o que Fabiano supostamente não saberia”. O intelectual aqui, se faz presente mesmo quando figura ausente na narrativa e sua função mais uma vez é a de murmurar as contradições que a maioria não vê. Pois, para Ana Paula Pacheco, nessa obra, muito embora ele deixe “de ser o protagonista, caso dos romances anteriores do autor”, passa “a ser aquele que observa os passos e os

pensamentos do subtrabalhador, com todas as ambiguidades que o ato de olhar implica”¹⁶⁶.

O que há de contraditório, é que na realidade não é nem Paulo Honório nem Fabiano que não conseguem pôr os problemas que lhe cercam em evidência. À bem da verdade, é o próprio Graciliano Ramos que é incapaz de imaginar sujeitos pobres capazes desses feitos e por isso sua “representação do sertanejo encontra seu limite numa voz autoral transformada em autoridade narrativa”¹⁶⁷.

É um tanto decepcionante que o artigo de Ana Paula Pacheco não aponte o momento em que essa relação é exposta talvez de forma mais contundente. Àquele em que Fabiano se compara com Seu Tomás da Bolandaria. Situação que por outro lado, foi muito bem nuançada pelo historiador Jorge Siqueira, para quem Graciliano Ramos:

[...] identifica um herói que vive o drama de ver e perceber o mundo, convivendo com coisas, com outras pessoas e, no entanto, sentindo-se incapaz de narrar, de contar, esta inserção, esta convivência, sua história: ‘Havia muitas coisas, ele não podia explicá-las, mas havia. Fossem perguntar a Seu Tomás da Bolandaria, que lia livros e sabia onde tinha as vendas. Seu Tomás da Bolandaria contaria aquela história. Ele, Fabiano, um bruto, não contava nada.’¹⁶⁸

Nessa cena, mais uma vez o letrado emerge para dizer alguma coisa, ou pelo menos para tornar possível a dicção da mesma. De maneira geral, tanto pela autoridade da bibliografia especializada quanto pela repetição da sorte e do caráter dos personagens, fica patente que este dilema se conformou como uma sensação negativa em relação ao escritor e ao intelectual, tipo social cuja condição estava, para os escritores, clivada de problemas e de contradições.

A CRÍTICA À TRADIÇÃO CÉTICA DOS ANOS 20

Dentre os fatores que concernem para a sustentação dessa sensação de desconforto ante a posição intelectual, pode-se elencar, com certeza, uma espécie de reação – expressa na própria literatura – contra a tradição brasileira ligada a esta categoria, que, muito embora possa ser enxergada como uma crítica dirigida a todas as

¹⁶⁶PACHECO, Ana.Paula. . "O duplo do trabalho e o trabalho do duplo". In: Ana Amélia M. C. de Melo; Irenísia T. de Oliveira. (Org.). Aproximações cultura e política. 1ed.Ceará: Expressão Gráfica Editora, 2013, v. 1, p. 93-108.

¹⁶⁷Op. Cit.

¹⁶⁸SIQUEIRA, Antonio Jorge de. **Imaginários da exclusão**. In: Anais da Associação Nacional de História, 1996, São Paulo. História e Utopias. São Paulo: Editora da ANPUH, 1996. p. 446-447.

experiências intelectuais anteriores, recaí, como se argumentará aqui, com força especial, sobre aquelas atividades letradas realizadas nos anos 1920. Isto se dá muito provavelmente por conta da efervescência política de que se falou outrora, ela serviu como linha divisória para que uma geração se distinguisse da outra. Ela é, pode-se dizer, baliza fundamental para a definição da identidade dos escritores do “Romance 1930”. Identidade, essa, que se construiu em parte como oposta à dos primeiros modernistas.

De fato, esse ímpeto histórico já mostrava sinais desde a lactação do movimento, podendo ser notado nas obras de estreia de Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado. Nesses romances, o que se encontra é uma busca exemplar da discussão do ser intelectual que se dá em duas frentes, por um lado a crítica do que se vinha fazendo até então, por outro, a análise de sua própria posição enquanto “jovens” escritores.

É assim, portanto, em *O País do Carnaval* (1931), marco inicial de Jorge Amado no âmbito das belas-letas, pois, como afirma o crítico Marcelo Magalhães¹⁶⁹, neste romance o autor demonstra uma visão muito atenta à “vida literária e ideológica brasileira”, forjando, sem sombra de dúvida, um “documento parcial [...], como não poderia deixar de ser”, mas de uma riqueza esquemática tal, que faz com que transpareçam “as dores de duas maioridades, simbólica ou efetivamente compreendidas, a se estabelecer: a do modernismo literário brasileiro e a do próprio autor do romance em questão”.

Corroborar com esta opinião o trabalho de Eduardo de Assis Duarte, para quem *O País do Carnaval* “procura discutir os caminhos que então se esboçavam, ao mesmo tempo em que expõe as indagações do protagonista e do grupo de [...] literatos que o circunda”¹⁷⁰. Nisso o leitor é apresentado a uma série de trajetórias e modelos possíveis aos letrados brasileiros, os quais tem em comum apenas o fato de partir da mesma condição de incredulidade ante as respostas oferecidas para a direção do país. O autor realiza esse feito de modo enfadonho, a partir de “tipos sem profundidade psicológica”, de forma que, de um lado, se ostente o personagem Pedro Ticiano, o qual personaliza o “egocentrismo descrente”, de outro, a descrença absoluta de Paulo Rigger, de outro, Jerônimo e Ricardo, que por seu turno encarnam “a vida pequeno-burguesa e a

¹⁶⁹MAGALHÃES, Marcelo. *O País do Carnaval: instantâneo da vida literária no Brasil Modernista*. In: **Revista Substância**. [on line]. Edição 1. Fortaleza. Substância, 2013 [Disponível on line].

¹⁷⁰DUARTE, Eduardo de Assis. Op. Cit. p.42

instituição do casamento” e, ainda por outra via, se depare com um comunismo representado como “ilusão”, a partir da figura de João Lopes.

No que concerne à visão do que vos escreve, é sobre as personagens de Paulo Rigger e de Pedro Ticiano, o jovem protagonista cético e descrente e seu velho “guru” boêmio, que Amado constrói as críticas mais contundentes, já que se demora mais na elaboração de suas trajetórias, os afrontando, portanto, a situações de tensão nas quais seus temperamentos e escolhas são questionados de forma mais veemente. Segue abaixo a apresentação de Rigger por Jorge Amado:

[...] Estava de volta ao Brasil depois de sete anos de ausência. Ainda estudante de ginásio morrera-lhe o pai, riquíssimo fazendeiro de cacau no sul do Estado da Bahia. A última vontade do velho Rigger foi que mandassem o *seu rapaz* formar-se na Europa. E, terminado o curso ginásial, Paulo seguiu para Paris em busca de um anel de bacharel. O velho Rigger queria o filho formado. Mas já estava muito banal a formatura no Brasil. Só poderia fazer sucesso um doutor da Europa.

Paulo Rigger, em Paris, como é natural, fez tudo, menos estudar Direito. Ao formar-se era um *blasé*, contaminado de toda a literatura de antes da guerra, um gastador de espírito, que tinha amigos entre os intelectuais e freqüentava as rodas jornalísticas, fazendo frases, discutindo, sempre em oposição.

A *atitude oposta* era sempre a sua atitude. Não chegara, muito francês que era, a fazer uma base para a sua vida. Não tinha filosofias e fazia *blagues* acerca do espírito de seriedade da geração que surgia. Dizia que o homem de talento não precisa de filosofia.

Aos vinte e seis anos, era o tipo do cerebral, quase indiferente, espectador da vida, tendo perdido há muito o sentido de Deus e não tendo achado o sentido de Pátria. Frio, não se emocionava. Tinha prazeres diferentes: amava ser contra as idéias dos seus vizinhos de mesa e gostava de estudar almas.¹⁷¹

A personagem descrita acima estereotipa a opinião que Jorge Amado nutria em relação a certa parcela juventude letrada dos anos 1930, ou seja, a de um grupo cujo capital lhes foi legado por herança, não tendo, portanto, obrado esforço nenhum para adquiri-lo; cujas opiniões estavam exageradamente de acordo com as modas francesas e cuja postura de homem público consistia de um lado, em enveredar em debates pirrônicos onde imperava a blague e o escárnio e, de outro, na abnegação frente a qualquer espécie de projeto político e social. Como se pode perceber, as afinidades com a atuação dos escritores da década de 1920 não são, pois, nem um pouco desprezíveis, visto que, à semelhança com o protagonista do romance, esses também estavam especialmente preocupados com a assimilação de ideais europeus, na sua maioria,

¹⁷¹ AMADO, Jorge. **O País do Carnaval**; Cacau; Suor. São Paulo, Martins, 1957. p. 22.

esquivavam-se do embate ideológico e por fim, quando não se tratavam de latifundiários, à maneira de Oswald de Andrade, eram financiados por eles.

Em suma, todo o apelo e o deboche lançados sobre Rigger constituem, de um lado, um olhar afrontoso, dirigido de modo bastante negativo a atuação dos modernistas de 22 e de outro, uma crítica àqueles que no início da década se colocavam como continuadores dessas práticas e tradição. Não é absurdo, portanto, dizer que esta personagem incorporava a maneira com que o autor concebia tanto o “passado próximo” como o “presente” da vida letrada brasileira. De certo modo, esse ataque resvala até mesmo no próprio Jorge Amado visto que, não apenas este, mas toda sua geração, naquele momento, compartilhava das dúvidas de Paulo.

É interessante atentar que o alvo do autor em *O País do Carnaval* é – à exceção apenas, talvez, de Jerônimo – um tipo ou modelo de escritor que naquele momento já se encontrava em pleno declínio. Não se avistará aqui, o protótipo do intelectual profissional de mentalidade capitalista para quem o trabalho é a escrita. Há, certamente, alguns lapsos que demonstram a instalação desse processo, mas o assunto de Amado é basicamente o arquétipo vigente até os anos 20, onde no lugar de um especialista, voltado ao *métier* cerebral, o que se tem é uma fusão entre a carreira das letras e da política, tal como na passagem citada abaixo, que por acaso faz a introdução de Pedro Ticiano:

Pedro Ticiano contava então sessenta e quatro anos. Velho trabalhador da imprensa, estava, na última fase da sua vida, à margem do jornalismo, onde fizera nome.

Toda a sua existência resumira-se em fazer frases de espírito e desagradar o bom senso.

No Rio de Janeiro tornou-se conhecido pelos seus epigramas e pelo seu espírito sarcástico. Panfletário de pulso, chegara a ter um grande lugar no jornalismo da Metrópole.

Um dia, deram-lhe um bom emprego na província.

Na Bahia, que noutro tempo fora chamada Atenas Brasileira, florescia nessa época a mais completa estupidez.

Pedro Ticiano resolveu fazer, na boa terra, a campanha pró-inteligência. Começou a atacar o mulatismo. Desassombrado, ficou sendo o terror dos estudantes que se fazem poetas e dos camelôs que fazem os artigos de fundo dos jornais baianos.

(Porque na Bahia, boa cidade de todos os Santos e em particular do Senhor do Bonfim, todo mundo é intelectual. O bacharel é por força escritor, o médico que escreve um trabalho sobre sífilis passa a ser

chamado de poeta e os juízes dão valiosas opiniões literárias, das quais ninguém tem coragem de discordar).¹⁷²

Como apontou a socióloga Ângela Alonso, tal indistinção entre a carreira do escritor e a carreira pública era uma realidade muito comum à vida brasileira do fim do século XIX. Sendo, inclusive, bastante rara a assunção a cargos políticos sem publicação prévia de poema ou ensaio jornalístico, pois, de alguma forma tais modalidades de prestígio não eram concebidas de modo separado, mas como parte de uma única trajetória coerente.¹⁷³ Tal situação só seria rompida após a autonomização do “campo literário” iniciada em meados dos anos 30.¹⁷⁴

Essa intercessão entre os âmbitos implica, então, que na versão de Amado a reação à tradição intelectual brasileira toma, também, a forma de uma crítica aos administradores do país, que se não aparecem aos olhos do escritor como pares, pelo menos o fazem como aspirantes a intelectuais. Isto fica mais fácil de ser compreendido caso se faça menção, ao trabalho de Júlia Monnerat Barbosa¹⁷⁵, que ao analisar esta obra, situa-a em certa vertente literária, muito atuante nos anos 20, que, dentro de um viés cético, estabelecia que os problemas da nação eram basicamente questões de má-gestão. Fazem parte dessa corrente, obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto e *Canaã*, de Graça Aranha, as quais colocam o ponto de vista dos que se sentiram excluídos pelas circunstâncias, da efetivação do projeto republicano.

Quanto a Pedro Ticiano, pode-se concluir que ele tem dupla função no romance. Em primeiro lugar serve de mote para que Amado dirija suas censuras a escritores mais antigos cuja data de nascimento talvez retome dígitos do século XIX. Em segundo, pode-se dizer que ele generaliza problemas, por meio da construção narrativa, que vão sendo dotados de antiguidade e de universalidade, considerados, assim, típicos dos intelectuais brasileiros. Em suma, ele corrobora para uma ideia negativa do intelectual como um todo, que é tido como o causador dos males da nação, posto, que é indistinto dos políticos.

¹⁷²AMADO, Jorge. O País do Carnaval. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 17

¹⁷³Ver: ALONSO, A.. Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

¹⁷⁴JOHNSON, Randal. **A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945)**. In: Revista USP, São Paulo (26), jun/ago, 1995, p. 164-181.

¹⁷⁵BARBOSA, Júlia Monnerat. **Militância política e a produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB**. Tese de Doutorado, UFF, 2010.

Rigger e Ticiano são, enfim, duas faces do mesmo fenômeno, o seu “passado” e o seu “presente”. Ambos, na visão de Amado, representam modelos inapropriados a esse mundo que apenas se levantava do pós-guerra e que vislumbrava os primeiros passos do Governo de Getúlio. São impróprios porque o momento supostamente exige uma escolha, um engajamento. Como afirmou Luís Bueno, muito embora o próprio Jorge Amado tenha se definido na nota explicativa de seu romance como “um que procura” uma causa pela qual lutar, ao encontrá-la, tornar-se-ia, para ele, inadmissível, que alguém não tivesse feito o mesmo ainda.¹⁷⁶ Eis, pois, a identidade de 30, construída pela negação à Semana 22, ela tomou forma de um extremo desejo pelo alinhamento.

Caetés (1933), romance de Graciliano Ramos, por sua vez, caminha em direção diferente. Não se encontrará nesse romance o modelo de um Paulo Prado, ou de um Oswald de Andrade, escritores, cuja experiência, afirma Marcelo Magalhães, serviu como argila à elaboração de Rigger.¹⁷⁷ O protagonista João Valério está mais próximo do arquétipo de Fran Martins, ou seja, o do intelectual “capitalista” de província. Para ele, a escrita é, portanto, o meio de sustento e de manutenção da vida. Em um breve artigo, Bueno apontou muito bem essas questões:

[...] a figura de João Valério representa a problematização, em alto grau de complexidade, do ambíguo papel do intelectual naquele momento em que o país passava por fortes transformações. [...] João Valério, que numa rápida passagem nos informa ter tido algumas posses, sente-se inferiorizado na posição subalterna que ocupa - ainda que participe da vida social da cidade. Não tendo mais nada, nem dinheiro nem talento, qual o caminho que lhe resta para buscar algum tipo de prestígio social? Tornar-se respeitável pela atividade intelectual. Assim, quando pensa no livro, tudo o que lhe vem à mente é a imagem de sua exposição nas livrarias e as palavras que se diriam a seu respeito. Diante das dificuldades que tem pela completa ignorância sobre o assunto que escolheu, facilmente desiste, adiando seu trabalho e, portanto, sua glória. Não é à toa que sua vocação literária desaparece sem deixar vestígios assim que, por um golpe do destino, acaba se tornando sócio da casa comercial em que trabalhava. O prestígio social chegou e basta: não é preciso buscar derivativos na literatura.¹⁷⁸

Embora tenha alcançado as prateleiras das livrarias somente no ano de 1933, *Caetés*, provavelmente foi escrito ainda antes de 1931, visto que Frederico Schmitt, editor bastante renomado naquele contexto, o anunciara já neste último ano, tendo

¹⁷⁶BUENO, Luis. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 50.

¹⁷⁷MAGALHÃES, Marcelo. Op. Cit. p. 46.

¹⁷⁸BUENO, L. O Herói Por Contraste de *Caetés*. Folha de S. Paulo, São Paulo, versão online, 09 mar. 2003.

demorado a empreender sua publicação por razões que não se esclareceram muito bem mesmo hoje. Tais questões editoriais vêm ao caso, pois o atraso dessa obra em relação à estreia do restante do “romance de 30” parece ser ponto fulcral para sua recepção crítica um tanto morna. Segundo Bueno, a partir do ano de lançamento deste livro a tendência regionalista entraria em declínio e, além disso, há de se levar também em consideração que o aspecto de crítica ao intelectual, que aqui, tanto quanto em Amado, aborda, através da sátira, aspectos do modernismo de 22, já não surtia os mesmos efeitos, constituindo, provavelmente um tema, já ruminado demasiadamente.

De todo modo, prescreve aqui, antes de tudo, debruçar-se brevemente sobre a personalidade de João Valério. Sua figura, como já era de se esperar, também compõe uma recusa debochada às práticas do “primeiro tempo modernista”. De fato o caráter desse tipo é bastante negativo, tanto é que a já mencionada Júlia Barbosa o definiu, não sem alguma razão, a partir de termos como invejoso, volúvel, preguiçoso, superficial e fútil.¹⁷⁹

A crítica à reação intelectual de 22 talvez se torne mais aparente se o leitor voltar suas atenções ao processo de escolha da temática e do formato do livro, jamais concluído pelo protagonista: um romance histórico sobre a tribo caetés. Aqui sim, Graciliano dá mostras de um humor delicado e sutil, pois, não bastasse o fato de que a abordagem dos nativos aparecia com especial furor entre os tópicos favoritos da burguesia nacional, sendo útil a estes como elemento para elaboração de uma “antiguidade brasileira” – como se viu anteriormente, isto constituiu uma das características do primeiro modernismo – tratava-se, ainda, de um uso do capital cultural que não privava pelo ideal político ou pela crença na construção de uma vida mais igual – Valério sequer é conhecedor do tema, ou demonstra interesse pelo mesmo – mas, sim, pela facilidade editorial e pelo prestígio e retorno financeiro que o trabalho podia trazer imediatamente.

O que João Valério faz é, basicamente, deslocar o tipo de reflexão de Amado para um contexto mais próximo da experiência de Graciliano, ele mesmo, uma espécie de intelectual de província: prefeito de Palmeira dos Índios, tornado célebre por nada mais, nada menos, que um exótico relatório de prestação de contas.

¹⁷⁹BARBOSA, Júlia Monnerat. **Op Cit.** p. 130.

Tal recusa à tradição intelectual brasileira parece alcançar seu grau mais difuso, dentre as três obras elencadas para análise, no romance de estreia de Rachel de Queiroz, *O Quinze* (1930). Nele, não se encontram os sinais indiretos que remeteriam o leitor ao grupo de Oswald e Mário, contudo, há igualmente repúdio semelhante àquele presente em *O País do Carnaval* e em *Caetés*, pois, também se condena atitudes desinteressadas, boêmias e irresponsáveis nos sujeitos de mais instrução. É verdade que o tom é bem outro, não há, lá, na realidade, nada do ceticismo e da ironia de Amado, ou do humor fino de Graciliano. O que se encontra é um discurso que coloca a dor e o sofrimento em primeiro plano, numa atitude empática para com aqueles que se prejudicam com a postura intelectual. A passagem que melhor evidência isso, provavelmente é aquela em que a trajetória do tosco Vicente, filho de proprietários de terra do sertão cearense, é oposta a de seu irmão, cuja sorte e o temperamento levaram aos estudos e à vida urbana, intelectual. Segue abaixo o trecho:

O cigarro o envolvia em branco nevoeiro; Vicente foi recordando sua vida de trabalho ininterrupto, desde os quinze anos - trabalho de sol a sol, sem descanso e quase sem recompensa...

Quantas vezes não sentira um movimento de revolta, quando via o pai mandar aumentar com custo, quase com sacrifício, a mesada do irmão acadêmico, e dar-lhe o extraordinário para festas, para sabe lá que bambochatas de estudantes disfarçadas em livros e matrículas...

Então, porque não quisera estudar estaria eternamente obrigado a esse papel paciente e sofredor que agora o revoltava?

Onde ficava afinal o mérito do Paulo que o colocava tão alto no conceito da família, que punha sobre o bigode branco do major um sorriso desvanecido, quando dizia numa conversa:

- O meu filho, o doutor...

Seria por suportar com mais paciência a maçada das aulas onde um velho pedante disserta, por se enrascar com inexplicável interesse em leituras difíceis, que só de recordá-las sentia calafrios de preguiça e de tédio?

E o seu esforço constante, sua energia, sua saúde e sua alma que nunca suportou a servidão a uma disciplina ou a um professor, que não admitia que o mandassem agir e que o mandassem pensar... não valeriam muito mais que um interesse estéril de juristas por abstrações, ou o quase culto do servilismo em que o Paulo se comprazia, quando estudante, servilismo de aluno pelo mestre depois de formado, o mestre fora substituído pelo juiz, de quem suportava as anedotas e a carranca, de quem comia os jantares, a quem namorava a filha, visando apenas promoção, prestígio...¹⁸⁰

Existem muitas nuances a se explicar sobre a representação de Paulo, o irmão de Vicente, seu estudo depende de uma concepção geral do romance como um todo, pois, de certa maneira, ela se articula diretamente a seu cerne. Isto traria um enorme desvio

¹⁸⁰QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze* (2ª edição). São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1931. p. 63-65.

de rota ao que se vem discutindo, portanto, por questões de organização tais temas somente serão aprofundados no tópico seguinte, em que se reservará uma seção unicamente para *O Quinze*, infelizmente, isso inclui também o aspecto em que Rachel de Queiroz representa sua própria condição de escritora debutante.

Por enquanto, cabe dizer apenas que: há n’*O Quinze* a crença, um tanto ingênua de que o sofrimento pode de alguma maneira, “humanizar” as pessoas. Dessa forma, Paulo é a expressão de valores negativos, não apenas por conta da sua condição intelectual, mas, sobretudo, por obra do meio. Ele representa o caminho daqueles que escolheram fugir da seca, da dor e dos agouros, o caminho, enfim, daqueles que cederam ao “súbito desejo de emigrar, de fugir, de viver numa terra melhor, onde a vida fosse mais fácil e os desejos não custassem sangue”. Tentação a qual Vicente jamais se rende, seja em função da “lembrança dos pais” ou da perspectiva triste que viria com o “desamparo da fazenda”, ou seja, o “abandono do gado”, a ideia de viver com o “coração exilado” metido em “isolamento na terra longínqua”.

Como já se anunciava, aqui não há, como antes, rastros de sangue respingados por ocasião do ataque ao modernismo de 22. O leitor teria de tirar suas próprias conclusões por si mesmo, caso desejasse entender a quem se dirigem as repreensões. O golpe aqui, contudo, talvez seja tão ou mais efetivo quanto os anteriores, visto que está deliberadamente voltado ao presente e funciona de modo muito sub-reptício, provocando uma espécie descontextualização do tipo de que se fala, formando assim, uma concepção negativa bastante generalizada do intelectual.

Em suma, não são poucas as semelhanças entre os personagens citados acima. Todos são tipos descompromissados com projetos políticos e com o papel crítico do intelectual, todos são investidos de carga negativa poderosa e os narradores parecem sempre compor as cenas de modo a delinear suas piores qualidades. A formulação desses tipos converge para a divulgação de uma noção negativa do fazer intelectual, que, como se argumentou, dirige-se preferencialmente ao passado.

A CONCEPÇÃO DO PCB

Em vista da diretriz de alinhar-se politicamente é inegável que as concepções do Partido Comunista Brasileiro influenciaram uma parcela considerável dos intelectuais. O curioso é que esse processo tenha acontecido num dos momentos mais complicados

no que concerne à história das relações dos letrados com a organização. Como esclarece Antonio Albino Canelas Rubim¹⁸¹, baseado em depoimento de Astrojildo Pereira, “a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 não teve nenhuma repercussão no meio intelectual”, seria apenas com o advento da década de 1930, ou seja, em meio ao turbulento processo de rechaço, remoção e expulsão dos “intelectuais” do partido – conhecido pelo termo “proletarização” – que um contingente grande de pessoas “cultivadas” se aproximaria.

A dimensão real desses fatos para a elaboração das noções de intelectual do partido só pode ser devidamente mensurada retomando as origens da organização. Nesse sentido, como apontam alguns estudos recentes voltados à temática¹⁸², é preciso ter em mente que a atuação dos militantes tupiniquins nos primeiros anos correu de forma bastante autônoma em relação à direção soviética.

Na opinião de Roberto Mansilla Amaral, pesquisador da temática, “é importante relativizar em muito a existência de uma prática de Ação direta da Internacional Comunista” sobre sua contraparte brasileira. Nesse sentido, é certo que houve alguma influencia, tanto é que os dirigentes do PCB se esforçaram para atender “os 21 pontos exigidos para serem seus membros”. Mas, uma vez que “na época muito do que se fazia dependia de decisões tomadas aqui, com absoluta autonomia e sob completa responsabilidade dos ativistas”¹⁸³, parece melhor colocar de lado a ideia de uma estreita ligação com Moscou, quanto mais qualquer tipo de coordenação direta.

Some-se a falta de referências estratégicas por parte do Komintern à dificuldade de encontrar obras do próprio Marx e à total inexistência de trabalhos socialistas de porte denso que analisassem o Brasil e, então, se tem o contexto em que Octávio Brandão, dirigente do PCB, resolveu escrever *Agrarismo e Industrialismo* (1924). Obra bastante criticada, cujo “argumento central [...] é sustentar que desde o advento da

¹⁸¹RUBIM, Antonio Canelas. Marxismo, Cultura e intelectuais no Brasil. IN: QUARTIM DE MORAES, João. (Org.) *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1998. v.3. p. 418.

¹⁸²Sobre esse assunto consultar: KAREPOVS, Dainis,. MARQUES-NETO, J. Castilho. LOWY, Michel. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, J. Quartim de (org). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 1995. v.2. AMARAL, R. M. . Astrojildo Pereira e Octavio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Org.). *As esquerdas no Brasil..* 1ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 249-272. AMARAL, R. M. . Uma voz destoante no PCB: Octavio Brandão, militante e intelectual. In: Daniel Aarão Reis Filho. (Org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. 1ed.Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000, v. 1, p. 98-136.

¹⁸³AMARAL, R. M. . Astrojildo Pereira e Octavio Brandão: os precursores do comunismo nacional. **Op. Cit.** p. 102.

República havia uma dicotomia que caracterizava a sociedade brasileira: o conflito entre o ‘capitalismo agrário feudal’ e o ‘capitalismo industrial moderno’”¹⁸⁴. Pouco mais tarde, no II Congresso do Partido, o mesmo Brandão sugeriria baseado em seu livro, a implantação da tática de aliança com os setores pequeno-burgueses (os tenentes) em vista da força que essa parcela vinha tomando na sociedade brasileira. Recomendação que fora prontamente acatada pela direção.

A partir de 1929 a situação muda de coloração, a Internacional Comunista, por ocasião das diretrizes tomadas no seu VI Congresso, volta suas atenções para a América Latina. É então organizada, em Buenos Aires, uma reunião com militantes das diversas nações da região, dentre eles estavam os líderes brasileiros, Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. O primeiro fora duramente criticado, não era pra menos, era considerado o principal teórico do PCB e suas linhas de ação iam de encontro aos encaminhamentos e concepções que a IC, até então praticamente ausente, agora apregoava, sobretudo no que concerne à condenação, por parte de Moscou, “de qualquer aproximação com as forças da pequena burguesia”. Além disso, ambos por serem considerados intelectuais iriam perder seus postos de dirigentes em face da “política de proletarização dos quadros” que havia de ser implantada¹⁸⁵.

A historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna, ao estudar esse processo, afirmou que a “intervenção da IC no Brasil [...] foi desastrosa”. Desmantelando o partido e instalando uma boa dose de bagunça no lugar, de um lado, ela representou uma proletarização manca, na qual sujeitos advindos das classes privilegiadas falsificavam alguma origem proletária a fim de ocuparem posições na cúpula diretiva; de outro, a total falta de bom senso na regência da organização – expressa muito bem no estabelecimento de um princípio em “que qualquer pessoa da rua, desde que fosse pobre, tinha direito a participar e a votar nas reuniões do partido” e isso significava que até mesmo “alguns mendigos foram convidados a tomar parte de reuniões partidárias”. Como se já não fosse suficiente, a nova direção ainda “ordenou a dissolução do BOC”, o qual correspondia a importante elemento de mobilização, “determinou que a principal

¹⁸⁴**Idem.**

¹⁸⁵VIANNA, M. A. G. **O PCB - 1929-43**. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. (Org.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições. 1889-1945*. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1º, p. 334-41.

tarefa fosse formar sovietes de operários, camponeses, soldados e marinheiros” e apoiar a eventual “secessão de negros e índios”¹⁸⁶.

Em suma, para Marly Gomes, esta “posição”, além de ter fındado “com a pouca ligação política que o PC mantinha com a sociedade”, também instalou um “delírio de caça” aos que apoiassem o Bloco Operário Camponês ou, aos que enveredassem pela estratégia aliancista, ou ainda, a qualquer espécie de militantes “não-proletários”, diretriz que tinha como contrapartida a busca por “operários autênticos, cujas marcas distintivas pareciam ser as roupas sujas, rotas, e o falar errado”¹⁸⁷.

Basta um mínimo de empatia para dimensionar o quão traumático esse período foi para os militantes do PCB de modo geral. Para alguns implicou em perseguições e ostracismo político, caso de Brandão e Astrojildo, para outros significou uma total mudança no estilo de vida – situação vivenciada, por exemplo, pela escritora Patrícia Galvão, também conhecida como Pagu, que passou “a morar numa vila operária”¹⁸⁸ – e por fim, num âmbito global, a transição para os anos 30, por conta de todas as adversidades, deixou um saldo bastante negativo na trajetória do partidão. É justamente a partir dessa difícil experiência que emergiu a concepção do intelectual vigente na organização até pelo menos a metade dos anos 50.

Havia ainda, outra questão fundamental à elaboração da noção de intelectual do PCB, uma última peça que é preciso posicionar no tabuleiro: a facção trotskista, grupo da organização que fazia oposição às decisões stalinistas da IC e mantinha como objetivo principal a ideia de “revolução permanente”.

Como explicam José Castilho de Marques Neto e Dainis Karepovs em artigo conjunto, o estudo dos primeiros tempos do comunismo brasileiro tem sido frequentemente realizado através da remissão a “causas externas” à realidade nacional e a história do trotskismo não compõe exceção a essa regra. Pode-se, pois, sintetizar da seguinte maneira esse tipo de versão:

Mario Pedrosa, militante do partido desde 1926, fora designado pelo PCB em fins de 1927 para frequentar a Escola Leninista em Moscou. Quando se encontrava em trânsito na Alemanha contraiu uma doença, adiou sua viagem para [...] entrou em contato com os opositores

¹⁸⁶**Ibidem.** p 337.

¹⁸⁷ **Ibid.** p 336.

¹⁸⁸MORAES, M. L. Q. **A solidão de Pagu.** In: Ferreira, Jorge; Reis, Daniel Aarão. (Org.). *As esquerdas no Brasil.* Rio de Janeiro: Edityora Civilização Brasileira, 2007, p. 372.

européus, principalmente os franceses, aderindo então às posições de Trotsky. Da Europa, depois de ter desistido de frequentar a Escola Leninista, manteve correspondência com Lívio Xavier e outros companheiros do Brasil, convencendo-os das novas concepções políticas que adotara [...].¹⁸⁹

Em detrimento do esquema exposto acima, parece mais pertinente, concordar com a posição dos autores e adotar uma percepção dialética entre as dinâmicas nacionais (internas) e internacionais (externas). Pode-se então começar explicando que Mário Pedrosa e seu grupo de intelectuais já se encontravam em contato com ideias internacionalistas desde 1923, através da revista francesa *Clarté* e do jornal *L'Humanité*¹⁹⁰. Além disso, numa tintura até um tanto trágica, cabe notar que alguns dos futuros integrantes desse grupo trotskista como Rodolpho Coutinho e Joaquim Barbosa, formaram, durante os anos 20, contundente oposição à política de “alianças” de Octávio Brandão estando, portanto, pelo menos no que tange a esse ponto específico, em consonância com as diretrizes stalinistas que somente seriam outorgadas em 29. O caso é que essa desavença geraria uma das justificativas para a formação da facção trotskista. O outro ponto importante foram as manifestações da célula de militantes intitulada 4-R que, composta basicamente por gráficos, demonstrou claro descontentamento em relação à linha seguida pelo PCB na direção da greve desta categoria, deflagrada em 1929.

Desse conjunto de influxos e discordâncias surgiu, pois, a Oposição de Esquerda, coletivo que não se concebia de modo apartado do PCB, mas como uma fração interna que tinha por principal objetivo modificar a estratégia política da organização, atitude que não era permitida pelos estatutos. Em termos de aptidão e reconhecimento intelectual este grupo representava talvez o maior oponente do Partido Comunista dentro da esquerda. Como disse Ricardo Figueiredo de Castro, eles foram “o grupo de intelectuais radicais, de origem marxista, mais produtivo e capacitado teoricamente nos anos 30”. Além disso, Mario Pedrosa, o nome mais forte do grupo, era um dos críticos de arte mais notáveis do Brasil do momento¹⁹¹. Em vista disso, não é de se estranhar que a concepção de intelectual que o PCB produzira em sua vivência se

¹⁸⁹KAREPOVS, Dainis,. MARQUES-NETO, J. Castilho. LOWY, Michel. Trotsky e o Brasil. **Op. Cit.** p.238

¹⁹⁰**Idem.**

¹⁹¹Consultar: ALAMBERT, Francisco. **Mário Pedrosa: política e arte em revolução.** In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. (Org.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. 1ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 407-428.

fizesse em relação, ou melhor, em oposição à experiência que mantinha com os trotskistas.

Com tais referências em mente o caminho fica livre para circunscrever a concepção de intelectual do PCB nos anos 30, como se viu, uma organização marxista-stalinista em termos de hegemonia que contava com bastante prestígio entre a juventude letrada e que computava, dentre seus problemas, um passado de inadimplência e uma dissidência interna, ambas, questões que vão se materializar mediante a figura do intelectual.

Dito isso, resta o impasse: onde melhor se expressa, então, o sentimento em relação aos intelectuais? João Quartim de Moraes, em artigo publicado no segundo volume da História do Marxismo no Brasil, lançou uma base importante para o estudo da maneira com que esta categoria era concebida entre os militantes do PCB:

Não é, entretanto, nos escritos políticos dos primeiros dirigentes do comunismo brasileiro, nem, menos ainda, nos documentos programáticos e partidários do PCB de então, e sim, na obra literária do comunista Jorge Amado que encontramos a expressão mais completa e concreta da concepção bolchevista da política marxista tal como a concebiam os militantes do PCB durante os “asperos tempos” e mesmo em tempos menos áspersos.¹⁹²

Dentre a vasta obra do autor sugerido acima, um marco parece especialmente favorável à iniciação da discussão sobre a concepção pecebista do intelectual: *Os Subterrâneos da Liberdade*. Obra produzida durante a residência do escritor na U.R.S.S, em 1954, apontada por muitos como de caráter panfletário que, como afirmou o próprio Quartim de Moraes, é onde “a força narrativa do romancista Jorge Amado, aplicada à defesa e ilustração do combate dos comunistas brasileiros, confere, [...] ‘forma fantástica e artística’ ao ‘elemento doutrinário e racional’”¹⁹³. De certo modo, é como se os sentimentos em relação ao tema ganhassem uma expressão estética que é ela mesma uma faceta análoga à prática institucionalizada no PCB.

Seria mais preciso falar em duas concepções do intelectual atuantes nesse livro, uma positiva e outra negativa. Contudo, mesmo a faceta do que seria o comportamento ideal de um comunista intelectual não se encontra destituída de certo tom pejorativo, isto pode ser mais bem explicado retomando-se as primeiras páginas da obra. Quanto a

¹⁹²JOÃO QUARTIM DE MORAES. **A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros**. In: História do marxismo no Brasil- II Os influxos teóricos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995, v. 2, p. 71

¹⁹³**Id.**

elas, diga-se de passagem, é curioso que um romance que enseja tratar basicamente da experiência comunista trabalhadora inicie (e de maneira tão íntima) pela visão que a classe rica, letrada e latifundiária elaborava do contexto imediatamente anterior à instalação do Estado Novo em 1937:

Aquele fôra um mês de más notícias. O deputado Artur Carneiro Macedo da Rocha, descendente da velha estirpe paulista, pensava com alegria que dentro em poucas horas aquele fatídico mês de outubro do ano de 1937 estaria terminado, talvez novembro se iniciasse sob melhores auspícios.¹⁹⁴

“Aquele fôra um mês de más notícias”: percebe-se no trecho – curto, mas preciso – a confusão entre narrador e personagem, a assimilação e a empatia com os sentimentos de Artur, presente justo na primeira frase do romance nessa passagem em que por um segundo não se sabe quem está contando a estória. Logo em seguida, Amado retoma certa distância, chama o personagem pelo nome completo, a fim de tentar aludir ironicamente à sua estirpe de “aristocrata do café”, passa a narrar seus mínimos atos desde a vestidura do paletó até a entrada no carro. O espaço da narrativa se desloca e então o autor pode, pelos olhos do deputado, apresentar um comunista:

Chovera no princípio da noite e o automóvel atravessava uma cidade molhada e semideserta nas ruas silenciosas do bairro elegante. Através dos vidros, Arthur enxergava os postes elétricos derramando uma luz baça sobre gotas d’água no passeio, dando-lhes um brilho de pedra preciosa. À proporção que avançavam para o centro da cidade o movimento aumentava e a marcha se fazia lenta. [...]

Artur leu quase soletrando através dos cristais úmidos, a inscrição em piche que mãos desconhecidas haviam traçado sobre os sólidos muros do edificio monumental da Light & Power [...].

[...] O automóvel marchava outra vez, mas Arthur continuava a enxergar a inscrição subversiva. E ela relembra-lhe a entrevista com o dirigente comunista, a precisão das palavras do môço, [...] Uma estranha mistura de sentimentos dominava Arthur ao recordar a entrevista: um certo despeito – aquele homem ainda moço, mal vestido, saído sem dúvida dos meios operários, querendo lhe ensinar política – e uma certa admiração pela figura do revolucionário.¹⁹⁵

O dirigente do PCB de Jorge Amado, aí descrito acima, cujo codinome é João, é uma espécie de herói mítico, sem vacilos nem falhas. Por isso mesmo sua aceitação por parte do leitor é quase sempre questionável, mas há de se admitir que, nesse trecho, o autor construiu com relativo primor certa aura mítica em torno do dirigente. Se simplesmente projetasse sua opinião ou narrasse a cena, talvez não se conseguisse o

¹⁹⁴AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2000. p. 1

¹⁹⁵**Id.** p. 2

mesmo efeito que o assombro – jamais admitido – de um famoso orador em ver seus dotes discursivos superados. Daí talvez sua escolha de iniciar através dos pensamentos de Artur, pois ele atua como a peça com a qual o público pode se identificar e, a partir dela, conhecer o mundo ilegal do comunismo, visto que não causa estranheza que ele mesmo, Artur, seja desconhecedor daquele universo.

A partir do ponto de vista do deputado, o leitor é então informado do contexto difícil em que este se encontra: seu filho se metera em confusões sexuais em Bogotá, quase criando um incidente internacional e isso o levará a discutir e ameaçar o burocrata responsável pela região a fim de que esse minimize as penas do moço – o modo firme com que controla essa situação quando contrastado à sensação do encontro com o dirigente do PCB só aumenta a grandiosidade em torno desse proletário – além disso, Artur teme pelo golpe de Getúlio, do qual sabe por boatos, e é justamente esse medo o mote para a entrada de João na narrativa. Segue abaixo o trecho:

Talvez tivesse sido êsse clima de nervosismo, êsse sentimento obscuro de medo, que o houvesse levado a aceitar a ideia de uma conferência com um dirigente comunista que Cícero d'almeida, o conhecido escritor, lhe propusera. Artur desejava saber o que os comunistas pensavam da situação, colhêr dados, pois êles passavam por bem informados. Tinha também curiosidade de conhecer e tratar com uma dessas misteriosas personalidades que dirigiam a luta comunista dos seus impenetráveis esconderijos...¹⁹⁶

E é aqui que a figura “positiva” do intelectual emerge encarnada na personagem de Cícero d’Almeida, a peça de ligação entre dois universos duramente apartados. Qual sua função na narrativa? Qual a função do intelectual nesse mundo de ficção que Jorge Amado criou? Qual pode ser a função dos intelectuais, num mundo em que os dirigentes proletários são, tanto cerebralmente quanto espiritualmente, mais capazes que qualquer um deles? A resposta é categórica: a de uma mera ferramenta facilitadora. Dos intelectuais não se espera que pensem ou que critiquem, mas que abram portas, que realizem a mediação de encontros e, por fim, que sirvam como apoio, às vezes até prosaico, para as deliberações dos líderes. Isto, basicamente, porque eram em geral concebidos como comunistas de segunda categoria, ou caso se prefira, porque sua condição mista os tornava especialmente propícios a vacilar ante as deliberações da causa, distancia irreduzível apontada pelo próprio Artur. Ora, quem melhor que o

¹⁹⁶ **Ibid.** p. 9

inimigo para distinguir entre os que apresentam perigo e os que apenas lhe causam estranheza:

[...] Os [comunistas] que êle [Artur] conhecia eram geralmente intelectuais como Cícero d'Almeida e Artur não podia julgá-lo como um comunista, ligando-o a tudo que esta palavra significava. Como êle próprio, Cícero descendia de uma antiga família da aristocracia cafeeira, seus avós haviam sido senhores de escravos como os de Artur, Cícero havia cursado como êle a Faculdade de Direito de São Paulo, vestiam-se no mesmo caro alfaiate, faziam os sapatos sob medida na mesma elegante sapataria, encontravam-se nas mesmas recepções e por vezes até discutiam, o escritor citando Marx entre os cristais onde brilhava uísque.

O Comunismo em Cícero, segundo Artur, não representava um sério perigo e êle mesmo intervieria certa vez junto às autoridades para libertá-lo quando o escritor estivera prêso. Dissera então ao chefe de polícia:

- Extravagância de intelectual jovem. Afinal é um robusto talento e é filho do velho conselheiro Almeida, herdeiro da sua fortuna. Um dia dêsses nós o faremos deputado e êle cura-se do comunismo...

Acrescentara numa generalização:

- Essa coisa de comunismo e integralismo é como o sarampo que todos os meninos têm, em certa idade. Os intelectuais o têm também, mas depois, com a idade, passa...

[...]

Porém, com o outro, aquêle com quem conversara nessa tarde, era diferente. Pôr esse ele não intervieria junto ao chefe de polícia. Nêle [...] se percebia em seguida uma fôrça, uma convicção, que nada tinha de amadorismo intelectual, uma flama na voz severa, nos olhos penetrantes [...].¹⁹⁷

A única posição que restava a sujeitos assim tão destituídos de utilidade, mesmo quando esses contavam com toda a confiança da organização, era a de coadjuvantes da causa. O arquiteto boêmio Marcos de Souza, personagem “cuja lealdade ao partido datava de longo tempo”, é a que parece melhor ilustrar esse modelo. Bastante rico, por não ser “um homem de ação” gozava de passar insuspeito pela polícia e podia emprestar a casa para as reuniões organizativas e deliberativas. Sua subserviência em relação aos militantes do partido, a qual parece mais com mero paternalismo, é aparente já na maneira com que recebe a personagem Mariana, quadro de menor vulto dentro da dinâmica do PCB:

[...] Quando Mariana o vinha ver, em seu escritório, êle lhe perguntava, após ter trancado a porta, um âmplo sorriso na boca carnuda:

- É dinheiro ou é a casa?

¹⁹⁷AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**: os ásperos tempos. Vol. I. São Paulo: Record, 2006. p. 10.

Nunca negava nem dinheiro nem a casa mas Mariana procurava não abusar, aquele era o melhor local para reuniões [...]. Na rua elegante tranquila, os companheiros podiam discutir em segurança. Na sala da frente sentado ante a janela o arquiteto velaria, bebendo em pequenos tragos, um aperitivo qualquer, enquanto numa sala aos fundos o secretariado discutia.¹⁹⁸

Em resumo, a natureza do intelectual emergia como coisa débil e problemática, mas que poderia ser aproveitada, apesar de suas limitações, por conta de seus vínculos, de suas posses e de seu prestígio. Tais constatações parecem confluir com o argumento de Antonio Canelas Rubim, que notava em seu artigo o mau aproveitamento das competências dos intelectuais, sua exclusão da arena decisória e, por fim, o uso apenas “ornamental” dos produtos culturais elaborados.¹⁹⁹

Não obstante, o ponto a se analisar que melhor configura o sentimento puramente negativo em relação ao intelectual é, muito provavelmente, o personagem Saquila: intelectual trotskista e crítico de literatura e arte, este sujeito se porta por diversas vezes como traidor da causa, colocando-se, nesse processo, em dissimulada posição de sabotador. Embora Quartim de Moraes acredite que esta figura dramática nada mais seja do que uma representação caricatural de Hermínio Sacchetta, um chefe trotskista pertencente à geração posterior a Mario Pedrosa e seu grupo, parece mais coerente pensá-lo como um amálgama das várias figuras intelectuais existentes no movimento desde os anos 30, e isto inclui até mesmo Octávio Brandão e Astrojildo Pereira.

A despeito da constituição um tanto débil desse personagem que apela bastante para uma caracterização maquiavélica de sua índole, há uma cena interessante que parece expressar não apenas o (mau) caráter de Saquila, mas também certa postura mais geral em relação às tensões da prática intelectual e da militância comunista. Nela o leitor pode observar dois interrogatórios comandados por líderes do partido; no primeiro, a operária Mariana é censurada por ter realizado uma atividade para a qual não fora designada, pondo então em risco não apenas sua vida, mas também a logística do partido. Aqui o tom de repreensão com que Ruivo e João se dirigem a ela é bastante paternalista, quase como o de pais que se põe a ralhar com a filha por causa de alguma estripulia. De modo equivalente, a maneira conformada com que Mariana assente a

¹⁹⁸Id.. p. 269

¹⁹⁹ RUBIM, A. A. C. **Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil**. In: João Quartim de Moraes. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, v. 3, p. 435.

legitimidade das críticas colabora para esse clima de cena familiar. Vale a pena acompanhar a citação:

[...]O Ruivo dissera, a voz rouca:

– Senta Mariana.

João viera andando de junto do quadro, perguntou, a voz baixa parando ante a poltrona onde ela se instalara:

– Como vai a senhora pichadora de muros?

– Ah! Já sabe? Eu tinha mesmo a intenção de falar nisso. Penso que foi uma besteira, uma dessas coisas que a gente faz nem se sabe por quê. Me deu pena de ver a equipe desfalcada, a segurança dos outros em perigo, e fui. Quando me dei conta já era tarde, estava de pincel e piche na mão.

– Não foi uma besteira [...] Foi bem mais que uma besteira, foi uma grave infração da disciplina partidária. Você jogou com a segurança de toda a direção. Um comunista responsável não pode fazer uma dessas coisas que se fazem sem saber por que, como você diz. Um comunista deve saber o que faz e por que faz.

[...]

– É verdade. Só agora me dou conta do erro que fiz. Muito maior do que eu pensava. Não estive à altura da confiança que o partido depositou em mim – estava certa de que a iam separar da tarefa atual, fazê-la voltar a uma base, e achava justo. [...]

– A única coisa a dizer é que não fiz por mal, mas bem sei que isso não diminui em nada a gravidade da falta, agora me dou conta, de hoje em diante procurarei conter meus impulsos, pensar antes de tudo no interesse do partido. Agi como uma leviana.

O Ruivo sorriu, sua voz de frases entrecortadas na respiração difícil:

– O erro está, sobretudo em você não ter pensado que, arriscando sua liberdade, estava arriscando a de uma estafeta da direção. [...].

João continuou:

– A direção resolveu fazer-lhe uma séria advertência. E espera que um fato desses não se repita mais.

– Não se repetirá. Estou pronta para receber a advertência. É bem merecida.

O Ruivo voltou a sorrir:

– Já foi feita e bem feita por João. Agora é saber ganhar a experiência do erro cometido...²⁰⁰

Ao término do inquérito João e Mariana (o par romântico da narrativa) se põem a contemplar um dos quadros expostos no recinto em que se encontravam. A moça comenta de sua incapacidade de entender a pintura, o que serve de mote para que o dirigente num tom professoral, de quem é detentor da verdade, passe a explicar o caráter classista da obra. É a deixa para a entrada em cena de Saquila. Mais uma vez, segue a citação:

[...] O Ruivo falou:

– Saquila, você que é entendido nessas coisas de literatura e arte, explique a João o que significa aquele quadro na parede em frente[...]:

²⁰⁰ AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**. Op. Cit. p. 173-174.

– Esse é um quadro de um surrealista inglês, Cícero trouxe da Europa no ano passado. Possui uma grande qualidade plástica, e um colorido original. Pintor de grande poder técnico...

– Mas o que é que o pintor quis mostrar no quadro? João repetiu a pergunta de Mariana.

– Ah! Trata-se da reação do artista diante de um domingo de festa religiosa. Todo o tumulto de boas e más emoções que a visão da pequena burguesia lhe provoca...

– Complicado, velho. Aqui o que vejo são manchas e linhas, mas nada. Por mais esforço que faça...

– Mas, se são as emoções do artista refletidas no jogo dessas cores e dessas linhas aparentemente sem harmonia. Você não sente a angústia, a solidão, os instintos primários, o medo telúrico e o desejo da liberação misturados no quadro?

– Não sinto nada disso, absolutamente nada e, lhe digo mais, não creio que ninguém sinta, nem você, nem Cícero, nem o pintor...

– Bem, é necessário um gosto educado...

– Não, velhinho, o que é preciso é ter apodrecido por completo para gostar realmente de uma coisa dessas. Só que não creio que a maioria de vocês goste realmente. É moda, vocês vão na onda para não parecer atrasados...

O Ruivo apontava outro quadro:

– E aquele, mais malfeito que desenho de menino de oito anos? Aquela rua ali com garranchos representando homens...

Saquila tirava o cachimbo da boca:

– É um dos melhores óleos de uma primitiva brasileira, Sibila. Uma beleza, de uma sensibilidade poética extraordinária.

– Meu velho, isso pode ser o que você quiser, só que não é pintura. Pelo menos pintura para meus olhos de operário...

– [...] essa pintura que é produto de uma burguesia podre. Jamais a classe operária pode aceitar esses quadros. A classe operária é sã e esses quadros são enfermiços [...]

[...] O Ruivo tomou a palavra. Sua voz rouca e lenta, devido a dificuldade da respiração, se fazia aos poucos apaixonada. Acusou Saquila de atividades divisionistas, de agir de forma antipartidária, levantando uma campanha contra a direção no seio das bases, criando dificuldade para o bom cumprimento das tarefas, sabotando-as em última instância, já que criava confusão entre os companheiros. A linha política a ser seguida na campanha eleitoral tinha sido amplamente discutida antes de ser aprovada pela direção nacional do Partido. Aprovada que fora, cumpria aos militantes, levá-la à execução [...] estavam [saquila e seu grupo] apontando o Golpe como resultado de uma linha política falsa do Partido. [...] Como explicava ele [Saquila] sua atividade de nítido caráter trotskista?

Saquila não explicou, negou. [...] se alguma vez haviam conversado com ele os outros camaradas que pensavam como ele, tratava-se de bate-papos sem importância, simples comentários casuais...²⁰¹

O episódio acima é interessante por duas razões. Em primeiro lugar, há a tentativa de convencer o leitor sobre uma espécie de insubmissão típica dos intelectuais. Perceba, nesse sentido, que Saquila não realiza devidamente a prática da autocrítica

²⁰¹Id. p. 177.

(como faz questão de salientar o narrador). Postura que é colocada lado a lado com a de Mariana, personagem que não fora escolhida à toa para encarnar esta cena, pois, na sua sujeição parece retomar uma tradição machista na qual é comum que as mulheres se coloquem em posição servil e inferior. Note-se, por exemplo, a naturalidade com que João se põe a falar num tom professoral com ela sobre a pintura, como se esta fosse plenamente leiga, não obstante a personagem se dedicasse com afinco à leitura e ao estudo do marxismo.

Em segundo lugar, o episódio demonstra bem a maneira como o PCB lidava com o trabalho intelectual. Em suma, para a organização este ofício só merecia respeito na medida em que convergia com suas opiniões, na medida em que desgarrava deste propósito, o tom se distanciaria do paternalismo com que se tratava Mariana e se tornaria mais aparentado com a rudeza dirigida a Saquila. O qual não tem sequer o direito de realizar qualquer defesa de seu gosto artístico. Nesse sentido, o caráter didático da obra de Amado é autoritário num nível tão elevado que impede até mesmo qualquer manifestação do ponto de vista do antagonista.

4.4. OS INTELECTUAIS DE RACHEL DE QUEIROZ

Em artigo escrito no fim da década de 90, o já citado Luís Bueno prescrevia certos cuidados para com a análise da obra de Rachel de Queiroz. Dentre outras coisas, o autor receitava uma revisão no conjunto dos romances da escritora que se baseasse em dois tópicos principais, são eles:

[...] seu caráter realista e o problema que eles encerram no que diz respeito ao ponto de vista, ao lugar de onde falam os narradores desses romances.²⁰²

O primeiro ponto já foi discutido algumas páginas atrás e, portanto, dispensa explicações demoradas. De todo modo, pode-se afirmar quanto a ele, que implica na defesa, por parte de Bueno, da existência de uma tendência introspectiva na obra da escritora, detalhe que repele a percepção geral de parte da literatura especializada, a qual costuma situá-la a partir da noção pré-estabelecida de uma objetividade ou de uma “crueza” descritiva. O que se fará aqui, em resumo, é tomar em consideração que não é essa, na maior parte do tempo, o tipo de narrativa que se encontra em seus livros, mas, sim, um nível muito profundo de subjetividade.

²⁰²CAMARGO, L. G. B. **Romance Proletário em Rachel de Queiroz**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

O que leva à segunda questão: subjetividade de quem, ou melhor, de qual ponto de vista? De tipos proletários, dos oprimidos, dos flagelados da seca, diriam os mais apressados. Não poderiam, contudo, estar mais enganados. Na realidade, como se demonstrará à frente, a autora preza, quase sempre, pela visão “de fora”, pela visão do opressor – certamente, um opressor mais “humano”, comovido com as dificuldades dos desvalidos, mas, ainda um opressor. Curiosamente, embora tal princípio pareça andar na contramão dos imperativos próprios à geração dos anos 30, ele não significa um abandono da busca pela percepção do “outro”. De fato, a autora emprega diversos recursos para falar dos pobres através de seu próprio “ponto de vista”, os quais podem ser resumidos a partir da menção à ideia de uma “porosidade cultural” com a qual se provoca o intercâmbio de fórmulas, práticas, experiências, etc.

Por conseguinte, as concepções de intelectual que Rachel de Queiroz constrói estão, de modo geral, embasadas em tal ideia. É a partir dela que seus romances ensejam um deslocamento dos sentidos atribuídos ao conceito, que, como exposto acima, prescreviam, em todas suas encarnações, uma distância quase intransponível entre o escritor e seu “outro”. Nesse movimento, longe de apenas se filiar a alguma das tradições expostas até aqui, a autora constrói respostas bastante consistentes aos problemas de sua geração, num diálogo crítico com as formas de perceber a intercessão entre o letrado e o iletrado.

O INTELLECTUAL EM “VIAS DE”

O romance de estreia de Rachel de Queiroz, *O Quinze* (1930), passou por diversas edições durante os anos em vista de seu sucesso retumbante. Entretanto, originalmente fora publicado num formato modesto em uma gráfica local. Tal exemplar, como era de se esperar, teve fraca circulação nacional, devendo sua fama principalmente à rede de contatos dos familiares da autora, os quais a promoveram de modo tão positivo que a levaram a ser agraciada com o prêmio da Fundação Graça Aranha. É justamente por conta deste laurel que se torna possível uma segunda publicação da obra, versão com a qual a escritora, finalmente, angaria grande fama e respaldo. Este pequeno volume vem acompanhado de uma “nota introdutória”, na qual a literata expressa certo sentimento de infantilização que vem bem a calhar como mote para a discussão do romance. Segue a citação:

Respeitavel publico:

O QUINZE é uma ousadia ingenua de ensaísta.

Livro feito aos dezenove annos, ha de ter todos os defeitos daquillo que a gente produz nesta idade em que estou, quando não se tem a socegada prudencia de ir devagar para fazer bem feito, quando nos governa a impaciencia insoffrida de não esperar, de ver o nosso pensamento, mal é concebido, logo escripto, impresso, disseminado, cotejado com outros alheios, fazendo parte do patrimonio mental da humanidade...

E' esta, pelo menos, a explicação que dou á arguição de não ter esperado mais tempo para fazer correr mundo o meu romance.²⁰³

Anos mais tarde, já consagrada como uma “imortal” pertencente à ABL, a escritora volta a descrever seu comportamento durante os anos 30, dessa vez em uma espécie de autobiografia compartilhada com a irmã. De modo similar, faz uso da ideia de uma imaturidade, ou, melhor, de uma ingenuidade pueril. Dessa vez, entretanto, o tema não é a atividade literária, mas, sim, a postura política, como se pode perceber através da leitura do trecho abaixo:

A primeira vez em que o comunismo mostrou a cara na rua foi em 1935; mas, antes disso, descoberto qualquer movimento ilegal, a repressão era implacável. Talvez por isso mesmo nós víssemos na revolução um certo colorido romântico, o apelo, a fascinação do proibido. Na verdade, éramos os revolucionários mais ingênuos do mundo.

Estávamos dispostos a morrer, a matar, a aceitar todas as submissões. Quanto mais o Partido exigia mais a gente se submetia, mais se entregava.²⁰⁴

Ainda há outro momento de sua biografia no qual a autora retoma o mesmo modelo de argumento. Dessa vez a situação exigiria certa tensão, já que Rachel narra os momentos de sua primeira prisão e os procedimentos tomados por seu tio, o famoso jurista Euzébio de Queiroz, para pô-la em liberdade, contudo, o relato toma forma lúdica, quase como se tudo apenas se tratasse de uma presepada de criança. Ao final, têm-se um desfecho bem sintomático, no qual, como num roteiro de filme das *Gêmeas Olsen*, uma Rachel de Queiroz sorridente escapa de uma confusão em que se envolveu por excesso de doçura ou singeleza e pode gozar o fato de ter, entregue às suas mãos, pelo próprio comandante, o leme do navio que a traz de volta à casa paterna. Destaca-se abaixo, trecho bastante expressivo desse tópico, no qual a escritora se compara ao tio mencionado há pouco:

²⁰³QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. Op. Cit. p. 5.

²⁰⁴QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos Anos**. São Paulo, Editora Siciliano, 1998. p. 74

Tomamos um táxi, fomos para o cais, subimos num navio, o Almirante Jaceguai (creio que posto a pique durante a guerra) e Tio Eusébio me entregou ao Comandante Teixeira de Souza com uma carta do chefe de polícia do Rio, onde se ordenava que eu fosse entregue a meu pai, em Fortaleza. Tio Eusébio me deu um beijo, fez umas brincadeiras comigo – ele era realmente um homem maravilhoso. Muito inteligente, muito lúcido, um democrata autêntico: nos deixava discutir as maiores tolices, tolerava as nossas insolências comunistas e chegava a debater com a gente. Aquela cultura tão grande e nós uns bobalhões, mas ele discutia conosco de igual para igual; era mesmo um sujeito único.²⁰⁵

Este tipo de percepção da trajetória de Rachel de Queiroz encontra-se bastante difundida entre biógrafos e especialistas. Sua versão mais famosa talvez seja aquela que trata da origem d'*O Quinze*. Nela se conta que a obra fora concebida às escondidas da mãe que, por conta de uma tuberculose adquirida pela jovem autora no momento da pesquisa de campo – um hábito bastante comum entre os escritores do momento – proibiu a menina de entrar noite adentro consultando livros e rabiscando versões²⁰⁶.

Não é o caso aqui de verificar a veracidade da anedota ou de negar que a moça fosse um tanto quanto acriançada, ou ainda, que não contasse com uma série de recursos familiares a protegê-la, de modo, às vezes, até exagerado. O que se enseja é distinguir são as intenções motivadoras dos diferentes procedimentos de autoinfantilização aludidos acima, o primeiro empregado em 1930, ainda durante a juventude e, o segundo, deflagrado no fim dos anos 90, em plena velhice.

Neste último, documentado nas passagens de sua autobiografia, o objetivo da escritora não é simplesmente explicar seu alinhamento ao PCB e, posteriormente, à esquerda trotskista, mas, sim, fazê-lo de modo que as diversas mudanças ideológicas pelas quais passou durante toda a vida – Rachel de Queiroz se inclinou à direita após os anos 40, chegando até a apoiar a ditadura militar na década de 60 – possam, também, mais tarde, ser agregadas de modo coerente à sua trajetória, conciliando-a com a identidade (geriátrica e de direita) que assumia no momento de elaboração da narrativa.

Cabe então, em vista disso tudo, relativizar essa visão infantilizada da relação que a autora constrói entre seu engajamento à esquerda e a presença de certa ingenuidade em seu caráter. Dentro dessa lógica, os anos de militância são muito simplesmente o resultado da falta de conhecimento ou de reflexão “típicos” da idade

²⁰⁵Id. p. 50.

²⁰⁶Ver: ACIOLI, S. **Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003.

tenra, construção que é problemática por duas razões: em primeiro lugar, a ideia de uma juventude mal informada e desapegada ao pensamento rigoroso ou cauteloso é por si só, algo a ser posto em dúvida, em segundo, porque, como demonstra a dissertação de Natália de Santanna Guerellus²⁰⁷, ao escrever *O Quinze*, Rachel de Queiroz já possuía bastante vivência intelectual tendo trabalhado pelo menos cinco anos como colunista para um jornal local, não podendo, pois, ser tachada como alguém incapaz de efetuar, levando em consideração a conjuntura política e social, escolhas ideológicas e estéticas.

Em suma, a obra de Rachel de Queiroz é antes um testemunho sério e ponderado de suas posições e não um devaneio infantil. É importante afirmar isto, porque somente por causa desse rigor e dessa preparação reflexiva, a autora fora capaz de colocar em xeque, através de procedimentos retóricos sentimentais complexos, os significados de intelectual delineados no subtópico anterior.

Quanto ao procedimento de infantilização presente na nota introdutória d'*O Quinze*, há nele, obviamente, um quê de falsa modéstia somada a certa sensação de insegurança, a qual parece advinda não somente da pouca idade da autora, mas principalmente do desajuste entre as expectativas iniciais da obra e o status alcançado por esta, visto que, como esclarece a própria Rachel de Queiroz, trata-se simplesmente de um “romaneco anonymo,”²⁰⁸ editado em província”. Dito de modo mais claro, o que provocava receio na literata eram dois fatores. Em primeiro lugar, o fato do livro não ter sido concebido para circular nacionalmente, visto que se esperava dele, no máximo, que alcançasse dimensões regionais – daí a falta de um glossário que poderia amenizar as diferenças linguísticas – e, em segundo, a própria situação de indeterminação em que foi produzido, ou seja, o fato de ser um romance de estreia e, pior, de alguém que não se decidira plenamente pela carreira intelectual, como demonstra o seu anonimato.

Por sinal, tanto os dilemas dos “intelectuais menores”, ou seja, aqueles sem visibilidade nacional, quanto a condição de “escritor sem trunfo”, ou melhor, sem uma obra que lhe respalde ante sua comunidade, estão muito presentes na construção da personagem Conceição, a protagonista. À guisa de demonstração, pode-se recorrer, nesse sentido, às primeiras páginas do romance, em que ela é apresentada ao leitor:

²⁰⁷GUERELLUS, N. S. **Rachel de Queiroz: Regra e Exceção**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 2011.

²⁰⁸QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Op. Cit. p. 7.

Foi á estante. Procurou bocejando, um livro. Escolheu uns quatro ou cinco, que poz na mesa, junto ao pharol.
 Aquelles livros, - uns cem, no maximo – eram velhos companheiros que ella tirava ao acaso, para lhes saborear um pedaço aqui, outro além, no decorrer da noite.
 Pegou no primeiro livro que a mão alcançou [...].
 Era uma velha historia polaca, um romance de Sienkiewics, todo um drama nacional de rebeliões e guerrilhas.
 [...] Largou-o, tomou os outros – um volume de versos, um romance francês de Coulevain.
 E ao repo-los na mesa, lastimava-se:
 – Está muito pobre, essa estante! Já sei quasi tudo decorado!...
 [...]
 Conceição tinha vinte e dois annos e não falava em casar.
 As suas poucas tentativas de namoro, tinham-se ido com os dezoito annos e o tempo de normalista; dizia alegremente que nascera solteirona.
 Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão... Ou, voltando-se condescendente:
 – Esta menina tem umas idéas!
 Teria razão a avó? Porque, de facto, Conceição tinha umas idéas...
 Escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos, e ás vezes lhe acontecia citar Nordau ou Renan...
 Chegára até a se arriscar em leituras socialistas; e justamente dessas leituras é que lhe saham as peores das taes idéas, extranhas e absurdas á avó...
 Acostumada a pensar por si, a viver isolada, criara para seu uso idéase preconceitos que próprios, ás vezes largos, ás vezes ousados, que peccavam principalmente pela excessiva marca de casa...²⁰⁹

Como dito, o trecho acima remete, basicamente, a algumas preocupações e problemas característicos dos jovens “intelectuais de província”, como, os inconvenientes que se colocam como obstáculos para a aquisição de livros (circunstância mencionada inclusive durante o Congresso de 1946), as pressões familiares que se acercam sobre as incertezas desta carreira, a impossibilidade de conciliação entre a “vida intelectual” e a “vida comum” (tal como expressa na negação do matrimônio, presente na passagem) e, por fim, as dificuldades de manter, no isolamento do sertão, uma rede de contato entre letrados, capaz de trazer fluidez às ideias em discussão.

Pode-se até argumentar que *O Quinze* fora escrito por um “intelectual em vias de” – ou seja, alguém em processo de se tornar um escritor profissional – e que este amadurecimento, é de fato o cerne da obra. Temática que, numa leitura desatenta, pode parecer ínfima dentro da dinâmica do romance, mas que, se devidamente mensurada, pode ser compreendida como definitiva para o desfecho do enredo, visto que, a partir

²⁰⁹Id. p. 12-15

dela *O Quinze* passa a ser, não o relato das consequências vis da estiagem, mas, a história do autodescobrimento de Conceição, que toma consciência de sua “diferença” ante o mundo sertanejo.

O entendimento desta questão requer paciência. Por isso cabe dividi-lo em partes. Desse modo, em primeiro lugar, cabe iniciar esclarecendo a organização geral do romance o qual, alterna entre capítulos em que, ora se conta a saga de Chico Bento, um trabalhador rural expulso pela estiagem juntamente com sua família, ora a de Conceição, uma jovem normalista que nutre paixão não correspondida por Vicente. De um lado, portanto, o cotidiano dos iletrados, de outro o dos alfabetizados. Isto, não implica, entretanto, que esta obra seja narrada a partir de dois pontos de vista distintos, na realidade, há apenas um narrador e, como afirma Bueno, seu quadro de valores corresponde aos da elite dominante e paternalista do início dos anos 1930²¹⁰.

Cabe, então, em segundo lugar, indagar como essa escolha narrativa se encaixa, no dilema da geração de 1930, cujo postulado inicial era justamente o de tentar “falar do outro”. A resposta a tal questionamento passa, fatalmente, pela já mencionada crença ingênua de que o sofrimento “humaniza” as pessoas. Aspecto evidente, por exemplo, numa passagem em que Chico Bento e família cruzam com um grupo de retirantes durante sua peregrinação pelos sertões, segue abaixo sua transcrição:

Debaixo de um juazeiro grande todo um grupo de retirantes se arranchara [...].
O sol, no céu, marcava onze horas quando Chico Bento, com seu grupo apontou na estrada [...].
Os meninos choramingavam pedindo de comer.
[...]
O juazeiro era um só. O vaqueiro [Chico Bento] também se achou no direito de tomar seu quinhão de abrigo e de frescura.
E depois de arriar as trouxas e aliviar a burra, reparou nos vizinhos. A rês estava quase esfolada. A cabeça inchada não tinha chifres. Só dois ocos podres, malcheirosos, donde escorria água purulenta.
Encostando-se ao tronco Chico Bento se dirigiu aos esfoladores:
- De que morreu essa novilha, se não é da minha conta?
Um dos homens levantou-se com a faca escorrendo sangue, as mãos tintas de vermelho, um fartum sangrento envolvendo-o todo.
- De mal dos chifres. Nós já achamos ela doente. E vamos aproveitar, mode não dá para os urubus.
Chico Bento cuspiu longe enojado:
- E vosmecês tem coragem de comer isso? Me ripuna só de olhar...
O outro explicou calmamente:
- Faz dois dias que a gente não bota um de-comer de panela na boca...

²¹⁰CAMARGO, L. G. B. **Op Cit.**

Chico Bento alargou os braços, num gesto de fraternidade:
 - Por isso não! Aí nas cargas eu tenho um resto de criação salgada que dá para nós. Rebolem essa porqueira pros urubus que já é deles! Eu vou lá deixar um cristão comer bicho podre de mal, tendo um bocado no meu surrão!
 [...]
 E o bode sumiu-se todo...
 Cordulina assustou-se:
 - Chico, que é que se come amanhã?
 A generosidade matuta que vem na massa do sangue, e florescia no altruísmo singelo do vaqueiro, não se perturbou:
 - Sei lá! Deus ajuda! Eu é que não havera de deixar esses desgraçados roerem osso podre...²¹¹

Na passagem acima as situações adversas promovem a emersão de uma solidariedade que apenas existia em potência. O que há é o desabrochar das qualidades humanas, da “generosidade matuta”, do “altruísmo singelo”. Não obstante, as complicações que decorrem da estiagem podem “humanizar” também, num sentido assemelhado à ideia de purgação. Onde, após sofrer alguns tormentos o personagem retorna renovado. O episódio abaixo é bastante sintomático desse caso:

O pequeno ia no meio da carga, amarrado por um pano aos cabeçotes da cangalha.
 [...]
 Chico Bento fechava a marcha com o cacete ao ombro, do qual pendia uma trouxa.
 Mocinha, de vestido engomado, também levava sua trouxa debaixo do braço, e na mão, os chinelos vermelhos de ir à missa.
 [...]
 Súbito sua vozinha [a da criança] estridulou num grito comovido:
 - Olha a Rendeira!
 E, apontava para uma vaca pintada de preto e branco, que magra e quieta à beira da estrada, parecia esperar a família fugitiva [fugiam da seca] para uma derradeira despedida.
 Cordulina começou a chorar; o próprio Chico Bento passou rapidamente a manga pelo rosto.
 [...]
 Só Mocinha olhou a rês com indiferença, ajeitou na mão as chinelas, e continuou a andar no seu passo macio, tão rápido e leve que mal esmagava os torrões quebradiços do chão.²¹²

No trecho, tem-se, a partir de breves pinceladas, a construção da personagem Mocinha. Nesse sentido, a primeira informação que se dá ao leitor é relativa ao estado de suas vestes, às quais estão claramente inapropriadas às condições da viagem. Além disso, numa tentativa de conservar os calçados, a moça os traz na mão. Provavelmente, o que se enseja passar a partir da construção de tal imagem é a sensação de futilidade,

²¹¹Queiroz, Rachel de. **O quinze**. Op. Cit. p. 57-60.

²¹²**Id.** p. 54-55.

de apego a coisas pouco relevantes quando comparadas à vida, seja ela humana ou animal. Tanto é que, dentre todos os envolvidos na ação dramática da cena, apenas Mocinha manifesta indiferença frente ao sofrimento da vaca abandonada na beira do caminho. Em suma, no conjunto, o que se tem, portanto, é uma imagem negativa desta flagelada. Bastariam, no entanto, apenas duas páginas, o equivalente a “três dias de caminhada”, para que se note alguma alteração em sua personalidade:

Os três dias de caminhada iam humanizando Mocinha.
O vestido amarrotado, sujo, já não parecia *toilette* de missa. As chinelas baianas dormiam no fundo da trouxa, sem mais saracoteios nos dedos da dona. E até levava escanchado ao quadril o Duquinha, o caçula, que, assombrado com a burra, chorava e não queria ir na cangalha.
Chico Bento troçava:
- Hein, minha comadre! Botou o luxo de banda...²¹³

Aqui, a figura do narrador não se contenta apenas em contar os atos dos personagens, ele faz questão de sistematizar o processo que está se degradingolando – “os três dias de caminhada vão humanizando...” – concedendo em primeira mão sua própria visão do que se passa. Quanto a Mocinha, a diferença é gritante, não apenas suas roupas estão diferentes, mas toda a atitude da flagelada, que, muito embora opte pouco depois, por um emprego em uma estação ferroviária – afastando-se, desse modo, do restante da família – chega ao ponto até de derramar lágrimas ao despedir-se de Duquinha, tamanha é a tristeza que sente.

Ademais, cabe lembrar ao leitor certa passagem transcrita algumas páginas atrás, em que o vaqueiro Vicente, personagem do romance em discussão, se compara a seu irmão, Paulo, o intelectual boêmio e *bom vivant*. Nela, também se percebe a crença na purgação (humanização) pelo sofrimento. O que demonstra que esse princípio é válido também para personagens “de cima”.

A narração desses casos opera a construção de certa visão positiva das aflições e dos tormentos, advindos não apenas da seca, mas também da rusticidade da vida rural como um todo. Segundo esse ponto de vista, valores como o apego à família, a solidariedade para com os outros e a abnegação de uma vida sem luxo, enraízam-se em certas experiências cujo palco principal é o sertão. Pode-se até pensar, levando em conta as reflexões de Vicente sobre a sua condição de sertanejo, numa “escolha” pela permanência naquele lugar que torna os sujeitos mais propícios à “humanização”.

²¹³Id. p. 57.

Em resumo, o sofrimento opera uma aproximação entre os personagens do romance, promovendo entre esses, experiências similares e, conseqüentemente, empatia e troca de valores e ideias, seja ela entre sujeitos da mesma classe ou de classes distintas. Eis aí a resposta de Rachel ao dilema central do Romance de 30. Eis aí a porosidade que se mencionou anteriormente: Falar do “outro” não é tarefa impossível n’*O Quinze*, pois a seca faz todos semelhantes, sejam pobres ou ricos, todos “falam” a língua do sofrimento.

Portanto, embora, por um lado seja bem verdade que a escritora se vincula a uma tradição de romancistas cearenses que se caracteriza pela presença de “personagens” advindos da elite latifundiária que, quando expostos à estiagem, se mostram “homens bons e íntegros, cristãos e caridosos, portadores de um saber letrado, mas, também profundamente identificados com saber camponês” e às vezes até representados – tal é o caso de Vicente – como “modelos de reserva de uma moral social e familiar da sociedade sertaneja”²¹⁴, por outro, isto não implica de modo nenhum em afirmar, como o faz Durval Muniz, que a composição das relações de poder engendrada pela autora, ignore a desigualdade social. Os lados estão inclusive, bastante cientes de suas diferenças, que não são apenas de ordem econômica, mas transpassam as noções de masculino e feminino; letrado e iletrado; branco e negro.

Nesse sentido, a escolha pela condição de “intelectual”, vivenciada por Conceição, compõe, talvez, o elemento mais expressivo em todo o romance deste processo de tomada de “consciência da diferença”. Ele fica saliente na passagem em que a normalista se depara com uma flagelada que outrora vivera como agregada na fazenda de Vicente e, em meio à conversa, acaba descobrindo uma faceta do vaqueiro que até então ignorava. Como é sabido por qualquer um que tenha se dedicado à leitura da obra, este acontecimento gera uma série de situações que terminam inviabilizando o *affair* do casal. Segue abaixo o trecho:

Conceição atravessava muito depressa o Campo de Concentração.
A’s vezes uma voz a atalhava:
– Dona uma esmolinha...
Ella tirava um tostão da bolsa e passava adeante, no seu passo ligeiro,
fugindo da promiscuidade e do mau cheiro do acampamento.
Que custo, atravessar aquele atravancamento de gente immunda, de
latas velhas de trapos sujos!

²¹⁴BARBOSA, I. C. **Sertão um lugar-incomum**. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 164.

Mas uma voz a fez parar.

[...]

Conceição teve um auxílio da memória:

– Sim... Ah! É a Chiquinha Bôa! Por aqui? Mas você não era moradora de seu Vicente? Saiu de lá?

[...]

Já Conceição, esquecendo a pressa, sentara-se num tronco de cajueiro interessada por aquela criatura que chegava do sertão:

– E tudo por lá? Bem?

– Vae, sim senhora. Seu Major, Dona Idalina e as moças foram pro Quixadá, só ficou seu Vicente...

[...]

A moça [Conceição] comoveu-se com esse isolamento:

– Imagino como a vida do pobre não é triste!

– Qual nada! Seu Vicente é pessoa muito divertida[...].

[...]

– E até aquela filha do Zé Bernardo, só porque sempre elle passa lá e diz alguma palavrinha a ella, anda toda ancha, se fazendo de bôa...

Conceição extranhou a historia, e não se poudo conter:

– E elle tem alguma cousa com ella?

A mulata encolheu os hombros:

– O povo inora muito... Se tiver peor para Ella... Que moço branco não é para bico de cabra que nem nós...

A conversa principiou a incomodar Conceição; o máo cheiro do campo parecia mais intenso; e levantou-se dando uns nickeis á mulher.

[...]

Ainda sob a impressão da conversa com a Chiquinha Bôa a moça pensava em Vicente.

E novamente sentiu o desilludido sentimento de despeito que a magoara quando a mulher falava.

[...]

E ella, que o supunha indifferente e distante, e imaginava que, para elle, todo o resto das mulheres se esbatia numa massa confusa e indesejada...

Que julgara ter sido ella quem lhe acordara a virgindade arisca e desdenhosa do coração!...

– Uma cabra, uma mulata qualquer, de cabelo pixaim e dente podre!...²¹⁵

Há duas coisas a se sublinhar aqui. Em primeiro lugar, o modo como os valores do narrador coincidem com os de Conceição. De fato, às vezes chegam até a se confundir. Nesse sentido, atente para a pressa da protagonista, estado cuja razão não precisa ser explicada, pois para aquele que narra ela é óbvia visto que ele também comunga, mesmo que não admita inteiramente, com a repulsa – da qual o leitor só tem ciência por causa do arroubo de ciúmes da normalista, no fim do trecho – ao aglomerado de pobres (e negros) que sobrevivem no campo de concentração.

²¹⁵QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Op. Cit. 85-89.

Em segundo lugar, o fato de que esta aversão expõe os limites da porosidade de Conceição, os quais, não por acaso, coincidem com a consciência de sua diferença, ou em outras palavras, com o início de seu processo de aceitação de sua condição intelectual, pois, é apenas quando percebe Vicente de modo não idealizado, como uma figura “manchada” pelo contato com uma “mulata qualquer de cabelo pixaim”, que ela passa vê-lo como realmente é, ou seja, diferente dela. O que se tem aqui, na realidade é uma metáfora (e uma crítica) da vida letrada. Nela, o intelectual só quer contato com o ignaro, o flagelado, o “povo” em suma, até certa medida, uma vez que passa a se confundir com ele, perde de imediato o encanto.

O que remete de volta à afirmação realizada algumas páginas atrás de que a indecisão de Conceição sobre os rumos de sua vida era questão de suma importância para o desfecho da narrativa. Nesse sentido é bastante explícito na obra que, à medida que sua escolha pela atividade intelectual se fortifica também se delineia o desencanto ante Vicente, que passa a ser percebido como um companheiro inadequado, não apenas por conter vestígios dessa vivência entre o “povo”, mas sobretudo porque ele é parte desse “povo”. Como se pode perceber na citação:

Foi então que se lembrou de que, provavelmente, Vicente nunca lia o Machado... nem nada do que ella lia...
Elle dizia sempre que, de livros, só o da nota do gado...
Num relevo mais forte, tão forte quanto ella nunca sentira, foi-lhe apparecendo a disparidade que havia entre ambos, de gosto, de tendencias, de vida...
O seu pensamento, que até pouco se dirigia ao primo como a um fim natural e feliz, esbarrou nessa encruzilhada difficil e não soube ir adiante.
Elle lhe apparecia agora como um desses recantos de matta, proximo a um riacho, num sombrio mysterioso e confortante.
Passando num meio dia quente, ao trote penoso do cavallo, a gente o olha como se fosse um cantinho de céu...
Mas volvendo depois, numa manhã chuvosa, encontra-se o doce recanto enlameado, escavacado de minhocas, os lindos troncos escorregadios e lodentos, os galhos de redor pingando tristemente...
Da primeira vez, pensa-se em passar ali a vida inteira, naquella frescura e naquella paz; mas á ultima, sae-se com o coração pesado, curado de bucolismo por muito tempo, palpando na realidade a aggressiva inconstancia da rude natureza...
Elle era bom de ouvir e de olhar, como uma bella paisagem, a quem só se exige belleza e côr...
Mas nas horas de tempestade, ou de abandono moral, onde iria buscar o seguro companheiro que entende e ensina, e completa o pensamento incompleto, e discute as idéas que vêm vindo, e comprehende e retruca aos paradoxos que a mente vagabunda vae criando?
Pensou no exquisito casal que seria o delles...
A' noite, nos serões, quando ella sublinhasse num livro querido um

pensamento subtil e quizesse repartir com alguém a impressão recebida, a indiferença delle, a murmurar um "é" condescendente e distante, por detraz do jornal...

E sentiu entre ambos, profundo e desolante, o vacuo immenso de afinidades.

E pensou que, mesmo o encanto poderoso que a sadia fortaleza delle exercia nella, não preencheria a tremenda largura desse abysmo...

Já agora, o caso da Zephinha, lhe parecia mesquinho e distante...²¹⁶

Em tudo a escolha pela vida intelectual é concebida como oposta às práticas da vida “ordinária”. Tanto é que Conceição se sente obrigada a abrir mão de uma série de expectativas do universo feminino. É como se a opção pelo empoderamento na forma de carreira intelectual coincidissem inteiramente com a certeza do celibato (o que a trajetória de Rachel de Queiroz nega largamente, visto que fora casada duas vezes), apelidado de “solteirice” e com o embargo da maternidade. Duas concessões com as quais a protagonista se conforma com muito pesar.

Mas não é apenas Conceição que toma ciência de suas peculiaridades a partir do contato com o “outro”. O mesmo é válido para Vicente, como demonstra o trecho abaixo, no qual ele se compara com a normalista:

Só Conceição, com o claro brilho de sua graça, alumia e floria com um encanto novo e fino, o rude aspecto de sua.

De começo, o intimidara. Suppoz que o visse com o mesmo olhar de compassiva superioridade do irmão, quando falava em sua existência elegante de moço chic, e alludia às suas preocupações intellectuales. E no aspero zelo de seu orgulho, como uma porta hostil que se fecha, fechou-se a qualquer intimidade, doendo-lhe que ella também o julgasse incapaz de uma sensação delicada, de uma mais alta comprehensão da vida, que não fosse vaguejar ou nadar...

Só pouco a pouco foi verificando que a prima o fitava com grandes olhos de admiração e carinho; considerava-o, de certo, um ente novo e áparte; mas á parte por sua magnífica superioridade de varão forte, sciente de sua força, desdenhosamente ignorante das subtilezas em que se engalfinham os miseráveis de corpo e os bysantinos de espirito, amesquinhados pelo intrigar, amarelecidos pelo treslar...

Foi-lhe grato por essa sympathia. Perdeu com ella a timidez receiosa que o entravava.

E abriu-lhe seu coração de menino grande, ingenuo e forte, onde dormiam, concentradas, energias desconhecidas, forças primitivas e virgens...

Havia de ser bom e suave ter, por toda vida, aquella carinhosa intelligencia a acompanhá-lo...

E seduzia-o o sabor de novidade, o gosto de desconhecido que lhe traria a conquista de Conceição, sempre considerada superior no meio das outras, e que se destacava entre ellas como uma fita de seda num confuso montão de trapos de chita...

²¹⁶Id. p. 120.

No entanto, agora, Conceição estava bem longe...²¹⁷

Desta feita, ao se enxergarem sem idealizações, os personagens instalam uma incomunicabilidade entre si, que é, à bem da verdade, a causa principal da falência de seu relacionamento platônico. Sobre esta ótica, o que antes parecia um motivo banal para a irrealização desta aproximação, uma série de desencontros amorosos, passa então a ser visto como uma questão de incompatibilidade de identidades: ao intelectual e ao ignoto estava proibido o diálogo, assim que se reconhecem enquanto tais.

O que há de curioso aqui é o ar zombeteiro com que Rachel de Queiroz aponta as contradições da vida literária nacional. Metaforicamente, o casamento entre o “intelectual” e o “povo” é impossível de acontecer por conta das diferenças irreparáveis, mas, na opinião da autora, ambos têm muito mais em comum do que gostariam de admitir. Pelo menos essa é a tônica da ideia de porosidade que se propôs aqui como elemento interpretativo da obra da escritora.

Com isto, o terreno fica limpo de tal maneira que até mesmo àquelas dívidas contraídas anteriormente, no subtópico destinado a discutir a reação à tradição intelectual perpetrada pelo “Romance de 30”, encontram-se agora, quitadas. Recorde-se, portanto, que ficara suspensa apenas certa parte da análise que dizia respeito ao modo com que a autora expressava em seus romances sua situação de escritor debutante. Ora, isto se encontra bem discutido acima.

Contudo, caberia talvez perguntar por que, então, afinal, Conceição não sofre a mesma condenação de Paulo – o irmão de Vicente – já que ela também se encontra cravejada de preconceitos típicos dos intelectuais e, paulatinamente, tende a se afastar do “povo”? Em primeiro lugar porque a normalista tenta fazer de sua vida alguma coisa útil: investe em leituras socialistas e feministas, ajuda os retirantes no campo de concentração, se dedica à tia moribunda, etc. Este critério, como já é de se imaginar, opõe-se diretamente à postura *blasé* de tipos como Rigger, no romance de Jorge Amado, e Paulo n’*O Quinze*. O que leva diretamente ao segundo ponto: porque esta tentativa de ser útil, bem ou mau, a coloca de modo legítimo, em contato com o “povo”, que é para onde deve confluir, para Rachel, o exercício intelectual. Por fim, e talvez o mais importante, porque qualquer crítica à postura de Conceição seria indevida, até pelo

²¹⁷ *Ibid.* p. 65-66.

menos o desfecho do romance, pois, como se disse antes, à bem da verdade, a personagem ainda não optara plenamente pela carreira intelectual.

A POROSIDADE DE JOÃO MIGUEL

O segundo romance da autora cearense, João Miguel, é tido, por muitos de seus intérpretes, como o melhor da fase inicial – delimitação que abrange os quatro primeiros livros de Rachel, de modo a corresponder ao período de aprendizado e experimentação. É de fato obra muito marcante. Nela, se aborda o cotidiano de um sujeito pobre, homônimo ao livro, que, em meio a uma briga de rua motivada pela embriaguez, acaba cometendo um assassinato e tendo com isso sua liberdade tolhida, ficando então, encarcerado na cadeia local.

Embora esta obra tenha sofrido duramente com as censuras do PCB – fato que levou, inclusive, ao rompimento da escritora com a organização²¹⁸ – na opinião daquele que vos escreve, ela é, dentre todo o volume produzido pela autora nesse período inicial, o livro que mais se encaixa nas perspectivas da organização. De fato, no artigo de Bueno mencionado páginas atrás, o autor apresenta algumas concepções correspondentes ao que seria, para a crítica de esquerda, o dito “romance proletário”. É, então, bastante sintomático que João Miguel se encaixe quase perfeitamente nas características difusas apontadas pelo crítico. Pode-se resumi-las na seguinte citação:

Romance da gente bruta, de corpo sujo e alma limpa como de criança. História de miseráveis que gritam como condenados do inferno diante da natureza ora ressequida, ora estuante, mas sempre esterelizada pelo egoísmo de classe.²¹⁹

O Romance proletário pode ser, pois, tanto aquele que tenta de modo “distanciado” relatar as dificuldades da vida dos oprimidos, quanto àquele que o faz, mediante a assunção de um ar de revolta. Nesse sentido, defende-se aqui que a autora tentava aproximar-se das diretrizes elencadas para uma escrita nesses moldes. Tanto é que, assumindo seu desconhecimento em relação a essa realidade, apela para a pesquisa de campo, entrando em contato com a população carcerária e absorvendo profundamente seus dramas²²⁰. Além disso, é patente o ensejo de evocar as contradições do sistema judiciário, como se pode perceber a partir da leitura do trecho abaixo:

²¹⁸QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Op. Cit.** p. 39-41

²¹⁹CAMARGO, L. G. B. **Op. Cit.** p. 24.

²²⁰QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Op. Cit.** p. 32-33.

Deitado, João Miguel olhava fixamente a sua mão, que se estirava sobre o pano da rede, abandonada num gesto negligente.

[...]

E ao realizar o gesto lembrou-se do outro – o gesto inicial ao crime, a mão fechada em torno do cabo de chifre da faca. Teve um estremecimento. Abriu novamente a mão, olhou-a com novos olhos procurando fisionomia especial de criminosa.

Mas, calma, inofensiva, pesada, a mão permanecia no seu jeito pacífico de repouso e de paz.

E, no entanto, aquela mão era a mesma... os dedos, agora trêmulos, tinham o mesmo aspecto dos dias antigos, das horas de trabalho ou de prazer.

A mesma...

Debalde, num exame ansioso, ele procurou o vestígio do crime, da faca, na mão fremente. Nada mudara nela, como nada mudara nele próprio.

E então, por que, na sua vida externa, tudo sofrera uma revolução assim estranha, dolorosa, irremediável?

Deixara de ser homem, perdera o direito de viver com os outros, de andar, de falar, de abrir uma porta.

[...]

O homem depois do crime era o mesmo homem de antes do crime. E, contudo era o antigo homem que sofria agora a pena feita para o “outro”!...

Porque aquele que sabia viver, que sabia rir, que tinha pena, que tinha saudade, que dava uma esmola, que rezava, não era o criminoso a quem todo o mundo insulta e que fazia medo aos outros, ali preso.

Ele ainda era bem o primeiro, o inocente. O outro só vivera um minuto – na hora fatal da morte.²²¹

À bem da verdade, pode-se até dizer que há uma tentativa de superação do ponto de vista paternalista que balizava *O Quinze*, visto que, se ainda há algum contato entre as partes que possibilite a empatia com o “outro”, esse se dá através de uma explicitação muito mais radical das relações de poder, que acontecia no primeiro livro de modo mais sutil. Isto fica bem óbvio, por exemplo, no momento em que um representante do potentado local, o Coronel Nonato, vai se somar ao conjunto dos moradores da cadeia em que reside João Miguel. Na iminência de receber o homem, os detentos engendram a seguinte conversa:

João Miguel tomara o prato, mas não se lembrava de comer, no interesse da história. E insistia:

– Mas o que ele queria que o outro fizesse? Mode que era a briga?

– Dizem uns que era por causa de uns dinheiros, outros, de eleição, outros que tem rabo-de-saia no meio... Eu só sei é que o pobre do moço pegou uma bala bem no meio da arca do peito, e não teve tempo de dar nem um ai! Morreu com a alma dentro, coitado!

– E o Coronel já foi preso?

²²¹QUEIROZ, Rachel de. **Obra Reunida** (O Quinze; João Miguel; Caminho de Pedras). Vol. 1. Rio de Janeiro, José Olympio. 1989. p. 19-20.

– Vi dizer que foi. O delegado não é inimigo dele?
 – Quer dizer que ele vem para cá?
 Filó escandalizou-se com a pergunta:
 – Naturalmente! E para onde era de ir? Lugar de assassino não é na cadeia?
 Depois de uma pausa, sorriu, a uma lembrança que lhe ocorria:
 – Quando o Coronel dava às vezes um saltinho lá em casa, se fazendo de muito bom, acostumado a pagar rapariga da cidade, eu nunca pensei em ter que morar com ele na mesma casa, debaixo da mesma lei... Aquilo, quando ia na cidade, gastava de conto de réis e mais... Mas, aqui no Baturité, não tinha coragem de fazer tanto assim, que era pra mulher não saber... Quer ver que eu agora vou cozinhar também pra ele...
 – Naturalmente a família manda a mesada...
 Filó encolheu os ombros, incredulamente.
 – Pode mandar nos primeiros dias, pra se mostrar... Conheço a fama da cobra cascavel da mulher dele...
 João Miguel meteu a colher no prato e começou a mastigar lentamente, pensando. Filó ainda falou sobre o crime, expôs detalhes; e ele filosofou, enquanto engrossava com farinha o caldo ralo do feijão:
 – Quando penso num homem como aquele cair na mesma desgraça que um de nós! De que serve ser rico, ter as coisas? Mais vale nunca ter sido nada!...
 Filó comentou, incrédula:
 – Ora, Seu João, vá ver se ele vem pra cá e cai na mesma desgraça que um de nós... E, se vier, há de ser mesmo porque não teve outro jeito, e sempre é de ser num quarto melhor, asseado, com sua boa rede e sua boa comida... Rico é sempre rico...
 João Miguel abanava a cabeça, mastigando.

Além disso, dentre os intelectuais presentes na obra, nenhum se aproxima da imagem de Conceição, nenhum é capaz de ser significado dentro de sentidos positivos, pois o conhecimento letrado é de modo muito mais firme que no romance anterior, situado como algo excludente e cruel. Essa percepção dá sinais, por exemplo, em certa passagem na qual João Miguel incapaz de ler uma inscrição rabiscada a carvão na parede da cela tem de recorrer a Seu Doca, o carcereiro. Segue o trecho:

[...] os pequenos detalhes da cela – o ninho de morcego, a grande aranha preta do teto, as listas amarelas do reboco e as réstias vivas de luz que entravam pela trapeira gradeada – em quase nada o interessavam.
 Apenas lhe despertava a curiosidade um escrito rabiscado a carvão na parede suja, em grandes letras grossas e informes.
 Ele via um O, um A, um M... O resto se perdia na névoa densa do seu conhecimento rudimentar, que não conseguia destacar mais nada.
 Um O, um A, um M... Que seria? Se ele não tivesse nenhuma noção do á-bê-cê, aquilo talvez não o interessasse tanto.
 Mas as letras familiares chamavam, obcecavam a sua atenção dispersa, com uma atração poderosa:
 O....M....A....V..... Se as letras fossem todas maiúsculas!

[...]

[...] João Miguel abandonou a porta; mas, ao voltar-se, deu com os olhos no escrito de carvão. Tornou à grade, chamando apressadamente:

[...]

– O senhor sabe ler?

Seu Doca estranhou a pergunta:

– E por quê?

[...]

– Mode aquilo que tem ali, lá na parede. Eu malmente ferro o nome... E faz tempo que pejejo pra ler...

Seu Doca teve seu sorrisinho de superioridade:

– Ah, isso foi o finado Meia-Noite que escreveu... faz bem uns cinco anos... Foi quando pegaram a dizer que estava pra vir um redemoinho...

– E afinal, o que é?

Seu Doca fingiu ler, mas realmente apenas repetiu a velha prece familiar:

– “Ó Maria concebida sem pecado, rogai por nós, que recorremos a vós...”

Não obstante indique uma compreensão deveras crítica das vantagens e da autoridade atrelada ao letramento, a passagem também alude a uma característica, já presente no primeiro romance de Rachel de Queiroz que tende a suavizar esta crítica: a porosidade entre os meios sociais. Não fosse ela, nem João Miguel cismaria com os escritos, visto que seria plenamente analfabeto, nem Seu Doca saberia decorada a prece. Aqui também, assim como n’*O Quinze*, a palheta de cores vai muito além do preto e do branco e os “de cima” se confundem o tempo todo “com os de baixo”.

Esse teor crítico com relação aos intelectuais parece presente também na composição de certo personagem anônimo, cuja apresentação, sintomaticamente, se dá nos seguintes termos:

Nessa tarde, a paz da cadeia foi violentamente perturbada pela vinda de um pensionista novo. Era um homem entre trinta e quarenta anos, gordo, pálido, de bigode curto e nariz redondo, os olhos miúdos e pisca-pisca, e os cabelos duros aparados à escovinha.

Ao entrar, carregavam-no à força quatro soldados, entre os quais ele se debatia em puxões enfurecidos, atirando-lhes murros pesados do grosso punho. E gritava:

– Cínicos! Patifes! Não vêem que estão maltratando um cientista?

João Miguel ouviu os soldados que seguravam o preso dizerem para Seu Doca, que acudira:

– Ande, Seu Doca! É um doido que tem de ir amanhã pro Asilo. Correu ainda agora nuzinho, no meio da praça!

– O delegado mandou trazer pra cá. Quase que a gente não pode sujigar ele!

Seu Doca, gordo, assustado, escorregando nos tamancos, abriu às pressas a grade de uma cela.

O doido, mais emopurrado e furioso, ao ser trancado, começou a esmurrar danadamente a grade até fazer sangue na mão. Ao ver o sangue, parou, olhou a mão magoada, passou-lhe a língua por cima, e ficou um momento considerando o novo ferimento; mas, repentinamente, deu novo grito e novo murro.
– Sangue! Botei sangue! Sangue de sábio!
E começou a rasgar a roupa.
– Eu não posso ser preso! Eu sou um homem útil! Pobrezinho de mim! Foi o Coronel Esteves que fez minha infelicidade! Porque eu sou um homem útil! Um rapaz distinto!

Eis então a identidade do personagem: um cientista enlouquecido pelo seu ofício, pelo ensejo de se mostrar útil à sociedade. Desejo este, que, não por acaso, correspondia à galinha dos ovos de ouro dos escritores da época. No fundo trata-se de um olhar bem negativo para a categoria dos tipos instruídos, que nesse caso, talvez pela debilidade de sua posição provinciana, de homem sem grandes feitos, não mereça, por parte do narrador, sequer a alcunha de pesquisador, de cientista, de intelectual, visto que é da boca dos personagens, que o leitor recebe tal informação. Veja-se, pois, o que Santa afirmou dele:

João Miguel, entretido em espiar o louco, respondeu, distraído:
- É horrível...
Santa levantou-se, e pondo-se escondida por detrás do preso, espreitou também. E murmurou:
- É uma dor de coração! Quem havia de dizer o fim desta criatura!
João Miguel voltou-se:
- Onde você conhece ele?
Ela o olhou, admirada:
- E tu também não conhece, João? Aquele moço da casa de seis janelas, do lado de lá da feira?
Ele abanou a cabeça:
- Nunca ouvi nem falar...
Santa impacientou-se e recordou com insistência:
- Credo, João, aquele que mandou cavar um buraco na saia dele, que era pra ir bater do outro lado do mundo...
E, como João Miguel insistia em afirmar que não, ela acabou concordando:
- Então não foi do seu tempo... Esse homem foi rico, tinha fazenda de gado e sítio na serra... O pai dele era dono de uma loja na praça... Diz que ele andou no seminário, e largou já perto de ser padre, porque não acharam que fosse muito bom do juízo. Depois deu pra ter tudo quanto era mania esquisita. Foi botando fora tudo quanto tinha, inventou uma intriga com o Coronel Esteves, as irmãs dele foram-se embora pra Fortaleza... Ficou só, e não se desenganou do tal de buraco, cavava com as mãos dele, arrumava umas rodas e umas caçambas e andava virado mesmo um carpina... Quando foi hoje, correu doido...
João Miguel voltou à porta, murmurando:
- Coitado!
[...]

Perto da porta, de cócoras, com a cabeça entre as mãos, o doido tinha começado a chorar desesperadamente.

Neste caso, a concepção de Rachel de Queiroz parece bastante assemelhada às noções advogadas pelo PCB no que concerne a seus intelectuais. Diga-se nesse sentido, que próprio Saquila, no livro de Jorge Amado, à semelhança com o “louco” de *João Miguel*, é acusado por Ruivo, um dirigente operário, de ser levado a devaneios absurdos por conta de seus interesses de estudo. Voltando àquele romance, segue abaixo a citação:

[...] Você, Saquila, é um homem que leu Marx, Engels, "O Capital" completo, obras de Lenin e Stalin, tudo que pôde arrebanhar de marxismo pelas livrarias e o que manda buscar no estrangeiro. Leu e não entendeu nada, meu velho. Indigestou. É o mal de vocês, intelectuais metidos num gabinete a devorar marxismo, distante das massas. Em vez de se alimentarem de teoria para melhor agir na prática, vocês indigestam e depois só fazem besteira...²²²

Mas mesmo aqui há espaço para a porosidade, mesmo em meio a uma visão tão crítica à categoria dos intelectuais a autora encontra um jeito de aproximá-los do “povo”. Assim, não obstante ela os humilhe, expondo-os “de cócoras, a chorar desesperadamente” e se alinhe às ideias do PCB, consentindo ser possível isolar-se por excesso de brio intelectual ou por exagero nas práticas letradas, no fim, tanto João Miguel quanto o pretense “cientista” compartilham o mesmo destino cruel, encontrando-se no sofrimento.

Em suma, pode-se dizer de *João Miguel* que, embora nesse romance se reconheça a distinção do intelectual ante o oprimido, também se admite a partilha com ele, de um leque de referências culturais muito mais abrangente do que se gostaria de admitir. Como se percebe no trecho abaixo, em que o protagonista é assistido pelo seu advogado:

Um dia, pela manhã, apareceu o advogado. Era rábula de tipo clássico, miúdo e seco, todo de preto, uma dessas velhas, curiosas relíquias de interior.

Entrou com Seu Doca, que lhe abriu a grade da célula:

[...]

– Vou buscar um tamborete...

Quando ele chegou com o assento, o advogado ainda estava em pé fixando no preso ansioso o seu *pince-nez* fuzilante.

Sentou-se então. E João Miguel sentiu-lhe o gesto formal, irritante:

²²²AMADO Jorge. *Os Subterrâneos da Liberdade*. Op. Cit.p. 182.

– Sente-se. Na sua rede mesmo. Vamos conversar como dois bons amigos.

[...]

João Miguel, estranhamente confuso, percebia apenas que, como o delegado, aquele homem devia significar a Justiça, e que urgia desculpar-se perante ele. Mas a sua história lhe ficava grudada na garganta, como um entalo.

[...]

Qual foi afinal a causa do crime? Ciúme, cachaça? Vocês só matam por terra, cachaça e mulher...

João Miguel baixou a cabeça, perdeu o fio da história. O homem insistiu.

– Foi cachaça?

– Foi, inhor sim...

[...]

O velho afirmou com autoridade:

– É preciso garantir a embriaguez absoluta... Se eu consigo provar a privação de sentidos, dou uma rasteira nessa cambada!...

João Miguel não notava, mas a linguagem do velho rábula sofria de súbitos desmanchamentos, como um trem que vai indo e descarrila...

O diapasão inicial tinha de quando em vez uma síncope.

Assim, se por um lado o personagem jurista é empertigado e tenta a toda hora impor sua superioridade intelectual sobre João Miguel, por outro, seus arroubos de simplicidade, o colocam numa relação de proximidade bastante constrangedora com o presidiário, que, confrontado com a autoridade do advogado, à semelhança de Fabiano, protagonista de *Vidas Secas*, mal consegue elaborar sua história de forma coerente. Aqui, como n’*O Quinze*, identidade e troca cultural jogam uma partida interessante de se acompanhar.

APOSTASIA NO “CAMINHO DE PEDRAS”

Dentre os romances que se analisam aqui, *Caminho de Pedras* é com certeza aquele que enlaça as opiniões políticas e estéticas da autora de modo mais apertado. À bem da verdade, tudo neste livro, de sua temática à sua estrutura parece articular – de maneira especialmente direta – elementos vivenciados por Rachel de Queiroz nos anos posteriores à deserção do Partido Comunista com as concepções sobre a porosidade cultural, as quais vinham, paulatinamente, amadurecendo em seu trabalho. Portanto, em primeiro lugar parece necessário descrever brevemente alguns aspectos da trajetória de Rachel de Queiroz antes e depois de sua desfiliação.

Diga-se em antes de tudo que, em meados de 1932 a problemática de sua condição de intelectual-militante aparentemente aumentava em grau de importância para a autora. Seu próprio afastamento se deu em função desta valorizar certa ética

artística e intelectual em detrimento das ordens da organização. Assim, descontado qualquer exagero que o caso acima contenha, parece certo que foi em prol da salvaguarda de sua liberdade de produção que a escritora rompeu com o PCB.

Outro fator que com certeza colaborou para que a autora se debruçasse sobre a natureza da vida intelectual foi a aproximação com as correntes trotskistas, cuja composição como se viu anteriormente – à exceção do sindicato dos gráficos – era quase inteiramente formada por intelectuais insatisfeitos com a política de “proletarização”, situava-a em meio ao mais sofisticado núcleo de pensadores marxistas do país. Em entrevista posterior, a escritora demonstrou consciência deste fato argumentando que:

Eu era comunista, depois briguei com os comunistas. Descobri os trotskistas, porque os comunistas eram muito burros, muito certos, muito fechadinhos, muito apertadinhos, e os trotskistas tinham uma visão mais ampla. O Trotski que era o puxador da corrente. Era um homem de grande talento e escrevia muito bem. Dessa forma, passei muito cedo para os trotskistas.²²³

Também em sua autobiografia Rachel de Queiroz se mostra especialmente ciente da composição social da facção trotskista e dos problemas que isto acarretava para a militância:

[...] Era esse grupo de trotskistas a fina flor do movimento. A desgraça era que só tínhamos teóricos e não tínhamos “massa”. Compunham a ‘célula’ Lívio Xavier, Mário Pedrosa, Aristides Lobo, Plínio Melo, Arnaldo Pedrosa Horta, irmão mais tarde ministro de Jânio, Oscar. [...]²²⁴

Ademais, em outro trecho, ela circunscreve de modo bastante racional o descontentamento em relação à estratégia de “proletarização”, demonstrando consciência do tratamento autoritário e discriminatório que a organização dispensava aos membros advindos das categorias intelectuais. Segue a citação:

[...] na província, de onde eu vinha, fazia-se, entre os comunistas, muita questão da disciplina, no caso especial dos “intelectuais. Os operários, que compunham a aristocracia dos grupos marxistas, exigiam de nós obediência cega. Os intelectuais eram por eles considerados uma espécie de subclasse, pouco merecedora de confiança.²²⁵

²²³QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Op. Cit.** p. 39-41

²²⁴**Id.** p. 64

²²⁵**Id.** p. 39..

Com isto em mente, parece de bom tom assumir que tais problemáticas foram incorporadas à elaboração de *Caminho de Pedras*. Coordenadas que parecem ter sido digeridas de forma muito pessoal, incidindo numa reflexão sobre a sua própria identidade e sobre os estereótipos que estavam atrelados a ela.

Este viés auto-reflexivo leva crer que, diferentemente de *João Miguel*, este romance não implica numa busca por alinhamento com o ponto de vista do trotskismo brasileiro. Na realidade, é muito difícil precisar quanto tempo efetivamente durou a militância da autora junto a esta facção visto que, desde o início, ela se deu de modo interrompido: Houve a gravidez bastante turbulenta e, pouco mais tarde, a perda, extremamente sofrida, do filho, fruto desta gestação. Logo em seguida veio o divórcio, um novo casamento, etc.

Além disso, Rachel simplesmente não discute o contexto imediato que a levou ao afastamento definitivo das correntes de esquerda, nem em sua biografia, nem nas entrevistas a que se teve acesso. Portanto, já que não se sabe exatamente quando se deu sua retirada, ou sequer as razões diretamente envolvidas – visto que, um rompimento leva sempre à crítica do grupo e a recusa de algumas de suas ideias – fica bastante difícil precisar as influências reais do trotskismo na obra. Aliás, não seria de espantar, então, que as razões de seu desencanto político se confundissem, inconscientemente com os traumas dessa fase pessoal, descritos acima.

Muito embora seja certo que, ao acercar-se de militantes como Lívio Xavier e Mario Pedrosa, Rachel de Queiroz tenha manifestado afinidades com os valores defendidos por essa corrente, parece mais produtivo, analisando a lógica de *Caminho de Pedras*, pensar que a escritora estivesse basicamente lidando, de forma artística com seu descontentamento em relação à estratégia de “proletarização” instituída pelo PCB.

De certo modo nenhum argumento demonstra isso de modo mais contundente do que a análise do próprio enredo de *Caminho de Pedras*, o qual tem por mote um romance – que culmina em adultério – de certo casal de militantes comunistas de Fortaleza: Noemi e Roberto.

Quanto ao livro, é imperativo explicar que, há alguns anos, Luís Bueno apontou de modo muito convincente a fragilidade, presente em certa leitura desta obra, que tende a dividi-la, por um lado, numa “descrição da vida partidária” (realizada nos moldes do

dito “romance proletário”) e, por outro, numa história de “superação da moral convencional”²²⁶. Na opinião do crítico, com a qual se concorda, seria mais correto supor que a narrativa, como um todo, encontra-se integrada no objetivo de compor uma crítica às práticas vigentes na política pecebista dos anos 30.

Nisso, o que era tido, de um lado, como questionamento da opressão sexual, ou, de forma mais ampla, do falso-moralismo da sociedade, e, o que era situado, de outro, como narrativa das experiências de proletários, somam-se, formando um único golpe desferido diretamente contra o Partido e os intelectuais a ele, filiados.

A problemática fundamental que se impõe, mais uma vez, é a da distância entre o intelectual e o proletário que, na concepção da autora, não é tão intransponível. Isto pode ser percebido, por exemplo, em certo trecho, no qual Roberto é alertado por um colega de militância, que seu ordenado, num emprego de jornal, é ainda menor que o dele que exerce a função de pedreiro.

O método retórico utilizado nesse ataque faz uso de uma temática já conhecida que, paulatinamente, amadurecia em cada experiência literária da escritora: a explicitação da contradição existente entre, de um lado, a incomunicabilidade do “operário” e do “intelectual” e, de outro, a porosidade cultural que transpassa todo o universo ficcional da autora. Ou, caso se prefira, o fato das pontas dessa ferradura – o intelectual e o “outro” – se julgarem tão diferentes que chegam a ponto de inviabilizar a troca de ideias, sendo, contudo, na realidade muito parecidas.

Nesse sentido o trabalho da autora é bastante precoce ao expor suas críticas, não sendo preciso ir muito fundo no romance para se deparar com elas. De fato, sua presença já está patente desde as primeiras páginas, como por exemplo, na cena em que Roberto se apresenta ao grupo de militantes. Transcreve-se ela, logo abaixo:

Os homens se apertavam na salinha, pequena demais para todos. O preto alto sentou-se no tamborete. Os outros foram se acomodando pelos caixotes, que a mulher trazia e empurrava com um sorriso humilde, como pedindo desculpas de ser tão pobre. O dono da casa ficou de pé, encostado no umbral.

[...] Os outros esperavam, muito sérios. Roberto olhava-os, meio comovido, como um ator que vai entrar no palco, esperando a apresentação. Afinal Luís falou:

– Companheiros, este aqui é o Camarada Roberto, que vocês já devem conhecer de nome. É um rapaz inteligente que saiu da classe dele para

²²⁶**Ibid.** p. 39-69

ajudar o proletariado. Conversou com os companheiros do Rio e traz ordens para reorganizar aqui as bases de uma Região. Se entendeu comigo, e eu, que conheço os camaradas desde os tempos do Bloco Operário, e sei que são companheiros decididos, pensei que podíamos fazer alguma coisa. Mas eu não tenho o dom da palavra e o camarada Roberto vai explicar tudo.

Aquilo tinha um tom de ritual que parecia satisfazer a todos, desempenhar mesmo um papel indispensável na reunião. Mas constrangia e decepcionava Roberto. Solenidade que o desorientava – a ele que sonhara uma conversa fraternal com os operários, uma troca viva de argumentos que já preparara, da primeira à última palavra.

Mas aquele silêncio formal, aquela muda expectativa, não os imaginara, desnorteavam-no. Esperavam todos um discurso. E como começar um discurso? E em vez de soltar as coisas definitivas que toda a noite da véspera fabricara e polira, sentia-se mudo, infeliz e meio ridículo.

Os outros, Sempre graves, esperavam. E ele acabou se afinando no tom, discursando:²²⁷

A impossibilidade de Roberto em comunicar sua mensagem aparece mediada aqui pela inviabilidade de sua identidade, ou seja, a total incapacidade dos “operários” em aceitarem a existência de um intelectual que não enseje dirigir o movimento. Além disso, no trecho, os estereótipos e idealizações arremessados contra Roberto não operam apenas uma repressão sobre qualquer desvio de conduta que a natureza do personagem possa conter em potência, mas, acabam por interiorizar-se naquele que é reprimido, promovendo, ironicamente, a emergência do desvio. Desse modo, na medida em que os operários só reconhecem em Roberto um intelectual e, portanto, esperam dele um discurso digno do status desta categoria, acabam direcionando-o ainda mais para os vícios de seu estrato social.

No fim das contas, o intelectual cede. Porta-se segundo as expectativas de todos. A cena prossegue:

– Camaradas, eu venho de ordem dos companheiros do Rio, [...] me escolheram porque sabem que eu não meço sacrifícios por amor da nossa classe...

[...]

– Qual é a classe do camarada?

Aquele remoque doeu a Roberto, que tinha vindo cheio de entusiasmo fraternal:

– Sou um jornalista pobre, sou um revoltado, há muito tempo que deserdei da burguesia. Sou um explorado como vocês!

O outro sorriu com superioridade, foi abrindo a boca [...]

[...]

²²⁷QUEIROZ, Rachel de. **Obra Reunida**. Op. Cit. p. 6-7.

Os homens, sempre em silêncio, aparentemente hostis, esperavam mais. E nenhum [...] respondia ao sorriso quase suplicante de Roberto, que pedia apoio, adesões.

Afinal, devagar, com gestos solenes, o camarada Rufino ergueu o magro corpo do caixote. [...] Nos seu olhos secos um fogo vivo brilhava. Cara de iluminado, de feiticeiro, de mártir. Estendeu a mão, pedindo silêncio:

– [...] O companheiro Roberto, apesar de não ser propriamente da nossa classe, é um rapaz sincero; mas os companheiros depois que ele falou ficaram calados como desconfiando. Eu creio que assim não se faz nada.

O preto alto tomou a palavra:

– É porque nós já estamos fartos, camarada Rufino, de ir atrás dos doutores, e os doutores depois nos dão o fora. O operário tem que andar com os seus pés, é o que eu penso.

[...]

– Ele pode ser sincero, mas chegando aqui é pra dominar! Vem pra organizar, vem chefiar, vem controlar... O operário é que deve guiar o operário e não o elemento estranho à classe!

O camarada Luís alteou, irritado, a sua fala de velha:

– Mas é preciso que alguém ensine o operário a ler!

– O operário não tem culpa de não saber ler, porque vive debaixo do chicote do burguês, trabalhando!

– Quem foi que disse que tinha culpa?

Todos se tinha envolvido na discussão, todos gritavam. Só Roberto, magoado, intimidado, calava-se. [...]

O negro Vinte-e-Um ainda falou, explicou. Não tinha intenção de desmoralizar o camarada Roberto. Mas não se podia negar que ele era pequeno burguês e nesse caso, toda desconfiança do operário é justa...²²⁸

Nesse jogo em que os dois lados da equação lançam mão de estereótipos e idealizações, o que chama atenção são as semelhanças com aspectos já presentes nas obras anteriores, como por exemplo, a relação de Vicente e Conceição. Ambos incapazes de se perceberem sem fazer uso de preconceitos. Aqui como lá, os “de baixo” ainda esperam certa postura prepotente, enganosa, traiçoeira do tipo intelectualizado. Daí a desconfiança que os caracteriza. Estes últimos por sua vez, não ficam atrás, munidos de um olhar idealizado, elaboram uma visão mítica do “outro” que cai por terra ao primeiro contato real.

Seria, no entanto, incorreto dizer que o narrador distribui por igual o fardo da incomunicabilidade. Embora admita “que os de baixo” estão colaborando para a manutenção do problema, sua natureza paternalista é incapaz de incumbir-lhes plenamente a culpa, pois como se percebe no final da citação, para ele (ou ela, afinal

²²⁸Id. p. 7.

não se sabe o sexo do narrador) a desconfiança é a única atitude razoável perante o intelectual, opinião essa fundamentada pela própria experiência.

Caso todo o teor crítico do romance em relação ao PCB se resumisse neste tópico, haveria mesmo de se discutir a fragilidade das opiniões de Rachel, visto que, a maior parte da responsabilidade pela situação negativa que apresenta ao leitor no trecho acima, não é arremetida aos dirigentes, mas aos próprios intelectuais. Visto sobre esse ângulo a montagem da autora compõem muito mais a continuidade da crítica aos princípios do “romance de 30” do que à organização comunista, pois são os primeiros que, na condição de intelectuais, dispõem verdadeiramente de alguma flexibilidade, porquanto que, à bem da verdade, mesmo que a porosidade resida nos dois lados, sua funcionalidade se aplica de modo muito mais efetivo no âmbito dos letrados.

Contudo, a crítica de Rachel de Queiroz não se resume apenas a este aspecto, ela enseja antes, abarcar todas as suas divergências pessoais para com o partido, projeto que passa necessariamente pela denúncia do machismo desta organização. Portanto, a temática da moralidade sexual da sociedade dos anos 30 não emerge desvincilhada da estrutura do restante do volume – como entenderam alguns críticos – mas, de modo sistêmico e até orgânico ela expressa os limites da liberdade que os comunistas pregavam.

5. SAÍDA

Considerações avulsas

Embora a difusão das ideias de Rachel de Queiroz seja realizada em escala bem mais ampla dos que as do grupo CLÃ é com certeza mais difícil medir seu grau de penetração na sociedade contemporânea. Isto se dá porque, como já mencionado antes, a escritora não busca a criação de organizações – abrindo assim a possibilidade de fazê-las perdurar além do contexto em que foram criadas – nem sequer as vincula à sua pessoa.

De fato suas ideias não inspiram qualquer espécie de movimento – pelo menos não diretamente – e, além disso, tem pouquíssima reverberação mesmo no meio acadêmico dedicado à pesquisa da literatura. A partir de tal quadro poder-se-ia enviar facilmente pela condenação de suas estratégias retóricas como inapropriadas, falhas.

Contudo, pensando a partir de um foco amplo – segundo o qual a ideia de porosidade se aproxima inevitavelmente da noção mais democrática de cultura, de que deu nota Antonio Candido – torna-se possível montar um quadro mais otimista. Dentro dessa perspectiva, é plausível que, de modo quase inconsciente, as ideias de Rachel tenham se reunido ao coro daqueles intelectuais que, sobretudo a partir do fim dos anos 80 advogam a ideia de “construir junto” dos pobres e trabalhadores os caminhos do Brasil. Ora, a operação de desconstrução que realiza entre o que estava posto para os “de cima” e “os de baixo” leva, de fato, a uma reflexão sobre ao elitismo daqueles que, à semelhança com Antonio Girão Barroso, queriam “guiar” a nação.

De todo modo, embora se possa atribuir às ideias de Rachel um lugar em meio a esse processo de democratização da cultura, cabe afirmar que, comparando elementos como o dispêndio de energia e a divulgação das mídias de que se utilizaram os integrantes do CEC foram bem mais felizes na sua empreitada.

Uma Intelectual oprimida?

Certamente. Mas não por sua posição enquanto intelectual e, sim, por sua condição de mulher letrada. Nesse sentido, aqui estão presentes as mesmas tensões e limites estabelecidos antes para os escritores de CLÃ – os quais não chegam a colocá-los em situação de submissão – no entanto, há o agravante de que a vida de escritor pode ser muito mais dura para pessoas do sexo feminino.

Ainda que não seja oportuno delongar-se muito sobre essas questões, cabe salientar que, não obstante a autora negue deliberadamente isso em certa passagem²²⁹ de sua autobiografia, o fato de ser mulher limitava ostensivamente sua liberdade de atividade intelectual. Estava embargada, por exemplo, a visita desacompanhada à casa de escritores do sexo masculino e, além disso, há todo o burburinho provocado com a escrita d’*O Quinze* – livro que teve a sua autoria questionada, inclusive por escritores do porte de Graciliano Ramos, porque supostamente possuía uma escrita demasiadamente característica típica do universo dos homens.

Formas estranhas x Formas naturalizadas?

Aqui o processo parece ter enviesado basicamente pela naturalização das formas e dos conceitos. Como dito no início, fazia parte da própria estratégia retórica de Rachel de Queiroz não apresentar sua noção como algo novo ou sequer diferente do que até então se compreendia como intelectual. Tal escolha faz com que a hibridização incline-se, mais ainda que no caso anterior, ao não estranhamento frente à expressão intelectual.

Afinidades ou Diferenças?

Parece correto afirmar que as reconversões efetuadas por Rachel se fazem preponderantemente a partir do realce das diferenças. Desse modo, tanto as noções do PCB, como as do Romance de 30 são contrastadas com a vivência da escritora, “lugar” de onde advém o material com o qual ela elabora suas ficções.

Circularidade?

Salvo a boa recepção d’ *O Quinze* a obra de Rachel de Queiroz foi bastante criticada pela intelectualidade letrada inclinada à esquerda. Este fato demonstra a dificuldade, por parte destes em se apropriar e aceitar as ideias da autora, cuja forma parece compor uma resposta bastante efetiva aos problemas centrais do período em questão.

Todavia cabe salientar que, para o bem ou para o mal, esta forma de pensamento mais democratizada da cultura, segundo a qual tanto os “de baixo” como os “de cima” convergem politicamente numa espécie de aproximação capaz de ressaltar suas intercessões e semelhanças, deve alguma coisa à obra da autora.

²²⁹QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Op. Cit.** p. 32.

6. BIBLIOGRAFIA

- AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *Intelectuais e Modernidades*. Rio de Janeiro, FGV. 2010.
- AGGIO, Alberto; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. Os intelectuais e as representações da cultura latino-americana In: *Dimensões*, Vol, 29, 2012, p. 22-49.
- AGULHON, Maurice. *El Círculo Burgués*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- ALAMBERT, Francisco. **Mário Pedrosa: política e arte em revolução**. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. (Org.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.
- ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales: nacimiento y peripecia de un nombre**. In: Nueva Sociedad No 245, mayo-junio de 2013.
- AMARAL, R. M. . **Astrojildo Pereira e Octavio Brandão: os precursores do comunismo nacional**. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Org.). *As esquerdas no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1.
- AMARAL, R. M. . **Uma voz destoante no PCB: Octavio Brandão, militante e intelectual**. In: Daniel Aarão Reis Filho. (Org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. 1ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000, v. 1, p. 98-136.
- A. N. (org.) **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ANDRADE, L. R. V. **O CLÃ DE MOREIRA CAMPOS: ASPECTOS SOCIAIS DOS CONTOS PUBLICADOS EM REVISTA**. Dissertação de Mestrado, Fortaleza, UFC, 2009.
- AVELLAR, Alexandre de Sá. et ali. **Contribuições à História Intelectual do Brasil Republicano**. Ouro Preto, EDUFOP, 2012.
- AZEVEDO, Sânzio. **Literatura Cearense**. Publicação da Academia Cearense de Letras, Fortaleza - Ceará, 1946.
- BASTOS, Elide Rugai. *A Revista Cultura Política e a influência de Ortega y Gasset*. In: BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo. **Intelectuais, Sociedade e Política – Brasil e França**. Editora Cortez. São Paulo – SP. 2003.
- BOOTH, Wayne. **A Retórica da Ficção**. Lisboa, Editorial Minerva, 1980.
- BUENO, Luis. **Ficção de 1930**. In: WERKEMA, Andrea Sirihal et. Ali. *Literatura Brasileira 1930*. Editora UFMG. 2012.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. RS: Unisinos, Aldus 18, 2003.
- CAMARGO, L. G. B. **Uma história do romance de 30**. Campinas: Edusp/ Editora Unicamp, 2006.

- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)**. Belo horizonte: Itatiaia, 1964.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Os intelectuais trotskistas nos anos 30**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.
- CHARLE, Cristophe. **O nascimento dos intelectuais contemporâneos**. In: *História da Educação*, ASPHE, Fae, UFPel, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003.
- CHAUÍ, Marilena. “Intelectual Engajado: Uma figura em extinção?”. In: NOVAES, Adauto (org). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo, Cia das Letras, 2006. p. 25.
- CHIAPPINI, Lígia. **Rachel de Queiroz: a invenção do nordeste e muito mais**. In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella. *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. Cortez, São Paulo, 2002.
- COLLINI, Stefan. **Absent Minds: Intellectuals in Britain**. Oxford University Press, 2006.
- COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular. 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci no Brasil: recepção e usos**. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*. São Paulo. Editora da UNICAMP. 2007.
- DARNTON, Robert. **Boêmia Literária e Revolução**. São Paulo, Cia das letras, 1987.
- DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**. São Paulo, Cia das Letras, 2005.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DENIS, Benoit. **Literatura e engajamento**. Bauru, EDUSC, 2002.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FARIAS, M. A. **EDIÇÕES E SEDUÇÕES: Revista CLÃ 1946-1957**. Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE, 2003.
- FILMER, Paul. **A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams**. In: *Revista Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, 2009.
- GIRÃO, Raimundo. **Dicionário da Literatura Cearense**. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1987.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo. Companhia das letras. 1987.

GOMES, Angela de Castro. **O Ministro e seu Ministério**. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. **História, Historiografia e Cultura Política no Brasil**: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982.

GUERELLUS, N. S. **Rachel de Queiroz: Regra e Exceção**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 2011.

GULHEMIN, Henri. Prefácio In: ZOLA, Émile. *J'accuse!*. Porto Alegre. L&PM, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As Funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa**: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto. Belo Horizonte, Humanitas. UFMG, 2003.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses**. Belo Horizonte, UFMG, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuições para uma semântica histórica**. Rio de Janeiro, PUC-RIO, 2006.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: A crítica e o Modernismo**. SP: Duas Cidades, 2000.

LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1989.

LOPES, Marcos Antonio. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARLETTI, Carlo. **Intelectual**. In: BOBBIO, N.; MATEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**, 2 vols. Brasília: Ed. UnB, 7a edição, 1995.

MARTINEZ, Ana Tereza. **Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico**. In: Prismas, Revista de historia intelectual, Nº 17, 2013.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Biblioteca Nacional e Cia das Letras, 2001.

MORAES, M. L. Q. **A solidão de Pagu**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. CLÁ: **Trajetórias do Modernismo em Revista**. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2004.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da Pátria A(r)mada**. O Centro Estudantil do Cearense em Fortaleza. Coleção outras histórias. 46. Museu do Ceará. 2005

MORETTI, Franco. **Signos e estilos na modernidade: ensaios sobre a sociologia das formas literárias**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem**. In D'ARAUJO, Maria Celina (org.) *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/FGV, 1999.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. (org.) **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens do trabalhismo no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 1999.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática, 1990.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. EDUSC, 2001.

PROCHASSON, Cristophe. **O caso em todos os seus aspectos**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa, Editora Estampa, 1998.

QUARTIM DE MORAES, João. (Org.) **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

RAMA, Ángel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMA, Ángel. **Transculturación Narrativa en América Latina**. Buenos Aires. El Andariego. 2008.

RAMALHO, Bráulio. **O Centro Estudantal Cearense**. In: Revista do Instituto Histórico do Ceará, v. 1998.

RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **FOI ASSIM!:** O movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Rio – São Paulo: ABC Editora, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Intelectuais e Modernidades**. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

ROLLAND, Denis. **O Estatuto da Cultura no Brasil do Estado Novo**. In: *BASTOS; ROLLAND; RIDENTI*, 2003.

ROLLAND, Denis. **A língua vetor motriz da modernidade nacional: o caso da América Latina ou os caminhos paradoxais de referência linguística estrangeira**. In: ROLLAND, Denis. MALARD, Letícia. Literatura e dissidência política. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

SAID, Roberto. **A Angústia da Ação**. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.

SARTRE, J.-P. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

SERRANO, Carlos. **El nacimiento de los intelectuales: algunos replanteamientos**. Madrid. Asociación de Historia Contemporánea Marcial Pons, Ediciones de Historia, S. A. 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIRINELLI, Jean François. **Sem mocinhos nem bandidos: entrevista publicada em 1/03/2013**. Revista de Historia.com.br.

SIRINELLI, Jean-François. **As Elites Culturais**. RIOUX, Jean-Pierre. Para uma história cultural. Lisboa. Editorial Estampa. 1997.

SIRINELLI, Jean-François. **Os Intelectuais**. In: REMOND, René. **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

THOMPSON, E. P. “**Algumas observações sobre a classe e a falsa consciência**” In: THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. São Paulo, UNICAMP, 2001.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. In: FERREIRA, Jorge; RUGAI, 2003.

VIANNA, M. A. G. **O PCB - 1929-43**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições. 1889-1945*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1º, p. 334-41.

WILLIAMS, Raymond. **La Larga Revolucion**. Nueva Visión, Buenos Aires, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo, UNESP, 2011.

WINOCK, Michel. **O Século dos Intelectuais**. Lisboa, Terramar, 2000.

FONTES

ACIOLI, Socorro. Rachel de Queiroz. Fundações Demócrito Rocha, 2003. Acervo Pessoal.

AFIRMAÇÃO. Anais do I Congresso Cearense de Escritores. Fortaleza: Edições CLÃ, 1947.

ADERALDO, Mozart Soriano. **Livros e idéias: crítica e ensaio** (2ª série). Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1987. Acervo Pessoal

ALVES, Joaquim. **Autores Cearenses**. Fortaleza: UFC, 1997.

BEZERRA, Carlos Eduardo. **Fran Martins: a alma simples das ruas**. (coleção Terra Bárbara), Edições Demócrito Rocha. Fortaleza, 2004. Acervo Pessoal.

BRUNO, Haroldo. **Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro, Cátedra, Brasília, 1977. Acervo Pessoal.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. Instituto Moreira Salles. São Paulo, 1997. Vol.4. – disponível na biblioteca pública do estado do Ceará.

CAMINHA, Edmilson. **Rachel de Queiroz: a senhora no Não Me Deixes**. Rio de Janeiro, RJ: Academia Brasileira de Letras, 2010. Biblioteca UFC.

CAMPOS, Eduardo. **Fran Martins, o inspirador decifrador de ruas**. In: Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza, UFC, 1996. Disponível On line.

CAMPOS, 1983, Op. Cit. p. 143.

CAMPOS, Eduardo. **As Atividades do CEC**. IN Revista do Instituto Histórico do Ceará, 1983, v. 97, p. 143.

CLÃ. Revista do clube de Literatura e Arte. N.0 (Dezembro de 1946) – Fortaleza: Edições CLÃ, 1946.

_____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 1 (Fevereiro de 1948) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1948.

- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 2 (abril de 1948) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1948.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 3 (Junho de 1948) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1948.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 4 (Agosto de 1948) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1948.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 5 (Outubro de 1948) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1948.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 6 (Dezembro de 1948) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1948.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 7 (Fevereiro de 1949) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1949.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 8 - 9 (maio e junho de 1949) - Fortaleza: Edições CLÃ, - 1949.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 10 (Julho de 1950) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1950.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 11 (Dezembro de 1951) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1951.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 12 (Julho de 1952) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1952.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 13 (Dezembro de 1952) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1952.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 14 (Dezembro de 1953) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1953.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. . 15 (Fevereiro de 1957) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1957.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 16 (Setembro de 1957) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1957.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 17 (Junho de 1958) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1958.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 18 (Maio de 1959) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1959.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 19 (Maio de 1960) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1960.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 20 (Outubro de 1964) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1964.

- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 21 (Dezembro de 1965) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1965.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 22 (Junho de 1966) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1966.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 23 (Janeiro de 1967) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1967.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N.25 (Dezembro de 1970) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1970.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 26 (Janeiro de 1980) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1980.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 27 (Março de 1981) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1981.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 28 (Dezembro de 1982) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1982.
- _____. Revista do clube de Literatura e Arte. N. 29 (Julho de 1988) - Fortaleza: Edições CLÃ, 1988.
- CAMPOS, Eduardo. **Fran Martins, o inspirador decifrador de ruas**. In: Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza, IUFC, 1996. Disponível On line.
- D'ALVAREZ, Maria de Lourdes Martins. **Memórias: 98 anos bem vividos**. Fortaleza-CE. Gráfica Nacional. 2005. Acervo pessoal.
- DÍDIMO, Horácio. Homenagem a Fran Martins (1913-1996). **Revista de Letras**, Fortaleza, CE , v.18, n.1 , p. 69-71, jan./jun.1996. Biblioteca UFC.
- GIRÃO, Raimundo; SOUZA, Maria da Conceição. **Dicionário da Literatura Cearense**. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1987. Acervo Pessoal.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- MARTINS, Fran. **Nós Somos Jovens**. Fortaleza, Casa José de Alencar, 1997. Página não numerada.
- MARTINS, José Murilo de Carvalho. **Ingressando no Instituto do Ceará**. In: Revista do Instituto do Ceará. Disponível Online.
- ORTEGA y GASSET, José. **Ortega y Gasset**. Tradução de Juan Escames Sanchez. Recife, Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.
- QUEIROZ, Rachel de. **Caminho de pedras**. 11. ed. São Paulo, SP: Siciliano, 1992.
- QUEIROZ, Rachel de. **João Miguel**. 13. ed. São Paulo, SP: Siciliano, 1998.
- QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1931.
- QUEIROZ, Rachel de e QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos Anos**. São Paulo: Siciliano, 3ª edição, 1998. Acervo Pessoal.

QUEIROZ, Rachel de. **Rachel de Queiroz: cadeira 5, ocupante 5**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. 55 p. (Essencial, 23) Biblioteca UFC.

ROTEIRO SENTIMENTAL DE FORTALEZA – Depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antonio Girão Baroso e José Maia. Transcriutores: Oswald Barroso, Catarina de Saboya, Sebastião Rogério Ponte, Fortaleza: UFC – NUDOC/SECULT-CE.

SARTRE, J.-P. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.